

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO**

**RICARDO JÚLIO COSTA OLIVEIRA**

**O TRATAMENTO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NA APURAÇÃO  
DE HAVERES DE SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS**

**SÃO PAULO  
2021**

RICARDO JÚLIO COSTA OLIVEIRA

**O TRATAMENTO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NA APURAÇÃO  
DE HAVERES DE SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS**

Dissertação apresentada à Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Direito.

Campo de conhecimento: Direito dos Negócios.

Orientador: Professor Paulo Doron R. de Araújo

SÃO PAULO  
2021

Oliveira, Ricardo Júlio Costa.

O tratamento de ativos intangíveis na apuração de haveres de sociedades uniprofissionais / Ricardo Júlio Costa Oliveira. - 2021.

94 f.

Orientador: Paulo Dóron Rehder de Araujo.

Dissertação (mestrado profissional) - Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo.

1. Associações profissionais. 2. Sociedades comerciais - Legislação. 3. Fundo de comércio. 4. Bens incorpóreos. I. Araujo, Paulo Dóron Rehder de. II. Dissertação (mestrado profissional) - Escola de Direito de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 347.72

RICARDO JÚLIO COSTA OLIVEIRA

**O TRATAMENTO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NA APURAÇÃO  
DE HAVERES DE SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS**

Dissertação apresentada à Escola de Direito de São Paulo da  
Fundação Getulio Vargas, como requisito para obtenção do  
título de Mestre em Direito.

Campo de conhecimento: Direito dos Negócios.

Data de Aprovação: 30/03/2021

**Banca Examinadora:**

---

Orientador: Professor Dr. Paulo Doron Rehder de Araújo  
(FGV Direito SP)

---

Professor Dr. Fabio Floriano Melo Martins  
(FGV Direito SP)

---

Professor Dr. Guilherme Setoguti Julio Pereira  
(INSPER)

## **RESUMO**

O presente artigo científico tem por objetivo sugerir uma solução convencional, previamente estabelecida em contrato social ou acordo de quotistas, capaz de evitar controvérsias judiciais envolvendo a apuração de haveres em sociedades uniprofissionais, nos casos de morte, retirada imotivada ou exclusão de sócio. Procurou-se explicar, inicialmente, como devem ser formatadas as referidas sociedades de profissionais intelectuais e quais os tipos existentes na realidade brasileira. Posteriormente, destinou-se parte da pesquisa ao esclarecimento dos critérios de registro contábil e avaliação econômica dos ativos intangíveis que justificam a expectativa de geração de caixa das entidades do tipo. Após a consolidação de conceitos jurídicos e contábeis essenciais, foram elucidadas as regras gerais e principais desafios encarados pelas sociedades nos casos de dissoluções parciais, além dos critérios de apuração de haveres legalmente previstos. Por último, foi realizada uma análise jurisprudencial sobre as decisões judiciais encontradas a respeito do tema, no período de 2012 a 2021, nos âmbitos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do Superior Tribunal de Justiça, destacando as contradições conceituais praticadas pelas referidas cortes, quando da apreciação de demandas que desafiaram o reconhecimento de fundo de comércio em sociedades uniprofissionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** sociedades uniprofissionais; fundo de comércio; apuração de haveres; ativos intangíveis; registro contábil; avaliação econômica.

## **ABSTRACT**

The purpose of this scientific article is to suggest a conventional solution, previously established in a social contract or shareholder agreement, capable of avoiding legal disputes involving the valuation of assets in professional service firms, in cases of death, unmotivated withdrawal or expulsion of a partner. The author sought to explain, initially, how these societies of intellectual professionals should be formatted, and which types exist in the Brazilian reality. Subsequently, its devoted part of the research to clarify the criteria for accounting registration and economic valuation of intangible assets that justify the expectation of cash generation of the referred entities. After consolidating essential legal and accounting concepts, it elucidated the general rules and main challenges faced by entities in cases of partial dissolutions, and the criteria for determining assets valuation legally used. Finally, it presented a jurisprudential analysis of the judicial decisions found on the theme from 2012 to 2021, within the scope of the São Paulo State Court of Justice and the Superior Court of Justice, highlighting the conceptual contradictions practiced by the referred courts, when assessing demands that challenged the recognition of a goodwill in professional services firms.

**KEYWORDS:** professional services firms; goodwill; assets valuation; intangible assets; accounting registration; economic valuation.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>7</b>  |
| <b>1      Das sociedades uniprofissionais.....</b>                   | <b>10</b> |
| 1.1    Conceito.....   | 10        |
| 1.2    Tipos.....  | 13        |
| <b>2      Ativos intangíveis.....</b>                                | <b>23</b> |
| 2.1    Conceito.....   | 23        |
| 2.2    Registro contábil.....  | 27        |
| 2.2.1   Reconhecimento de ativo.....                                 | 27        |
| 2.2.2   Avaliação econômica.....                                     | 31        |
| <b>3      Dissolução parcial de sociedades uniprofissionais.....</b> | <b>39</b> |
| 3.1    Morte de sócio.....   | 43        |
| 3.2    Direito de retirada imotivada.....                            | 47        |
| 3.3    Exclusão de sócio.....  | 51        |
| <b>4.     Apuração de haveres.....</b>                               | <b>55</b> |
| 4.1    Do critério do artigo 1.031 do Código Civil.....              | 55        |
| 4.2    Do critério do artigo 606 do Código de Processo Civil.....    | 61        |
| 4.3    Da jurisprudência.....  | 65        |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>  | <b>76</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>82</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>   | <b>87</b> |

## INTRODUÇÃO

Pretende o autor analisar o tratamento de ativos intangíveis na apuração de haveres de sociedades de profissionais intelectuais, também denominadas de uniprofissionais, e a eventual existência de fundo de comércio nas referidas entidades.

O contexto tem apresentado desafios à comunidade dedicada ao estudo das destacadas sociedades, bem como à jurisprudência responsável por pacificar entendimentos sobre a matéria, principalmente nas organizações societárias em que a característica inerente à expertise pessoal de um dos sócios é essencial para a manutenção da saúde econômica do negócio, mesmo que possua estrutura administrativa compatível com uma empresa.

Desafio maior é a necessidade de se refletir sobre a atualização das regras existentes sobre o tema, de forma a criar parâmetros mais objetivos de apuração de haveres nas sociedades uniprofissionais em que se vislumbra a existência de patrimônio social intangível e destacável da personalidade dos sócios.

O conhecimento intelectual específico, que justifica a criação de uma sociedade uniprofissional, deve ser analisado junto a um nível de fidúcia originado entre a clientela e o sócio morto, retirante ou excluído, que constrói a expertise discutida neste trabalho, por ora denominada de *know how*.

O *know how*, por sua vez, embora de difícil registro e mensuração nas demonstrações contábeis em sociedades de pessoas, origina um potencial de geração de resultados econômicos e financeiros chamado de *goodwill*.

Referida expectativa de geração de caixa, quando avaliada economicamente e vinculada ao sócio detentor da expertise que lhe dá causa, torna mais valorizada aquela entidade, possibilitando maior rentabilização e distribuição de resultados aos seus participantes.

Os elementos acima enumerados, quais sejam, o *know how*, *goodwill* e a clientela são, ordinariamente, alguns dos componentes intangíveis de uma universalidade denominada de “fundo de comércio”, que não é de fácil reconhecimento e registro contábil nas sociedades de profissionais intelectuais.

Por outro lado, as sociedades uniprofissionais têm alcançado tamanho porte e estrutura econômica, que há casos em que a personalidade dos sócios integrantes não mais importa para a manutenção da saúde financeira das entidades, criando verdadeiros traços de patrimônio social distinto das expertises individuais destacadas nas menores organizações.



Desta forma, no caso de dissolução parcial em que haja a necessidade de apurar haveres com base em disposições legais, bem como em critérios econômicos e contábeis, o resultado pode ser um complexo conflito societário, ante a ausência de sintonia entre a realidade do mercado, as normas aplicáveis à matéria e a jurisprudência atual, com relação à inclusão dos referidos ativos intangíveis nas contas realizadas.

Assim afirma porque o artigo 1.031 do Código civil, aplicável às sociedades simples, dispõe que a avaliação da quota do sócio, no caso de resolução em relação à sociedade, deverá ser realizada com base na sua situação patrimonial, à data da saída e em balanço especialmente levantado.

Já o artigo 606 do Código de Processo civil prevê que o Juiz definirá como critério de apuração de haveres, o valor patrimonial da quota, apurado em balanço de determinação, entretanto, levando em consideração o preço de saída de ativos tangíveis e intangíveis, aparentemente conflitando com a avaliação definida pelo Código Civil.

A jurisprudência analisada, oriunda do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do Superior Tribunal de Justiça, não ajuda na construção de critérios objetivos que promovam segurança jurídica e econômica em disputas sobre a inclusão de eventual fundo de comércio em apuração de haveres de sociedades uniprofissionais, fazendo confusão entre o tipo societário escolhido, a atividade econômica explorada e os novos parâmetros de mercado que devem ser esclarecidos e adaptados à legislação existente.

Complementarmente, a doutrina majoritária não reconhece, em entidades de menor porte do tipo discutido, ser o fundo de comércio pertencente à sociedade uniprofissional, mas aos sócios integrantes, ante a natureza intelectual e personalíssima do objeto social ali desenvolvido.

Assim o faz porque em sociedades de profissionais intelectuais, como, por exemplo, de médicos, advogados, engenheiro, consultores, contadores e programadores, dentre outros, é característica inerente a estas tradicionais entidades, que parte dos seus ativos intangíveis representados pelo *know how*, *goodwill* e clientela se confundam, em regra, com a própria reputação pessoal e profissional do sócio morto, retirante ou excluído.

Nesse sentido, quando um deles sai, leva consigo, quer queira quer não queira, parte da clientela da sociedade, bem como o conhecimento intelectual necessário para realizar a expectativa de rentabilidade futura inerente à expertise que foi responsável em criar e desenvolver, ante à inexistência de um fundo de comércio empresarial nestes tipos de organizações.

No caso específico, é desafiador preservar a entidade sem um sócio intelectualmente importante para a geração de fluxo de caixa, ainda mais quando uma eventual discussão judicial sobre a apuração de haveres pode trazer obrigações financeiras que inviabilizem a sua própria continuidade.

Será intenção do presente trabalho propor uma solução contratual, legal, prática e eficiente, que possibilite ao sócio retirante, excluído ou herdeiro do morto, quando da apuração de haveres, levar consigo parte do ativo intangível em que contribuiu para formação do *goodwill* societário, preservando também a própria entidade.

Explicará ainda de que forma se dá a avaliação de ativos intangíveis na apuração de haveres em sociedades uniprofissionais, onde não se reconhece, em regra, a existência de um fundo de comércio, embora exista um *goodwill* destacável, mensurável e negociável economicamente, em certos casos.

Neste sentido, indicará a possibilidade de entrega em dação em pagamento de parte da clientela conquistada, para que o ex-sócio possa levar consigo pelo seu valor presente líquido, e, performando os ativos, realizar financeiramente a inerente projeção de resultados, oportunizando a continuidade da sociedade com os integrantes remanescentes.

Para tanto, será necessário primeiramente entender as formas gerais de dissolução parcial das sociedades, navegar por conceitos contábeis referentes à classificação dos elementos do balanço patrimonial e suas formas de avaliação, para então possibilitar a construção da melhor estrutura jurídica de cláusula contratual com potencial de evitar os custos e desgastes de conflitos judiciais.

Não menos importante será entender o contexto de desenvolvimento dos preceitos legais utilizados no Código Civil e no Código de Processo Civil, no intuito de esclarecer as lacunas existentes nas aplicações dos métodos de apuração de haveres ali previstos.

Finalmente, de considerável importância será também expor de que forma o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o Superior Tribunal de Justiça têm tratado a matéria, no intuito de adequar a solução proposta aos entendimentos já existentes, viabilizando a sua utilização prática e influenciando futuras decisões sobre o tema destacado.

## 1. DAS SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS

### 1.1 CONCEITO

Em regra, as sociedades uniprofissionais são constituídas por profissionais intelectuais, artísticos ou literários, formatadas no tipo simples, podendo utilizar estruturas corporativas mais complexas para melhor gestão da operação econômica, o que não modifica a sua natureza jurídica. Desde que a saúde financeira da entidade dependa da personalidade dos sócios integrantes, diz-se que não possui patrimônio social intangível.

Inicialmente, importa esclarecer que é característica comum a todas as sociedades, a exploração de atividade econômica com a finalidade de produzir e distribuir resultados no formato de lucro, diferenciando-se em simples ou empresária a partir dos tipos de fatores de produção utilizados para tanto.

Ordinariamente, as sociedades de profissionais intelectuais são constituídas sob a forma de sociedades simples, sendo estas conceituadas por exclusão, conforme parágrafo único do artigo 982 do Código Civil<sup>1</sup>, quando a atividade exercida não é típica de empresário.

Nesse sentido, conceitua-se atividade não empresarial, conforme artigo 966 do Código Civil<sup>2</sup>, em sendo aquela que se destina a explorar ofício do tipo intelectual, científico, artístico ou literário, ainda que com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir mero elemento de empresa.

Vale destacar a opinião de Gladston Mamede<sup>3</sup> sobre os elementos diferenciadores das sociedades simples e empresárias:

Na compreensão do Código Civil, as sociedades empresárias são aquelas que têm por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (artigos 966 e 967); as demais são consideradas sociedades simples. Portanto, a nota distintiva da sociedade simples seria a inexistência de uma organização de bens materiais e imateriais (intelectuais), bem como de recursos humanos, voltada para a produção sistemática de riqueza. É o que se passa com algumas sociedades de profissionais liberais, nas quais cada um dos sócios desempenha, isolada e independentemente, por força de lei (*ex vi legis*) ou em virtude de vontade (*ex voluntate*), o objeto social. A sociedade de advogados é um exemplo de sociedade simples *ex vi legis* (artigos 16 e 17 da Lei 8.906/94). De qualquer sorte, por força do

---

<sup>1</sup>Art. 982. Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro ( [art. 967](#) ); e, simples, as demais.

Parágrafo único. Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.

<sup>2</sup>Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

<sup>3</sup>MAMEDE, Gladston. **Direito Societário: Sociedades simples e empresárias**. São Paulo. Atlas, 2018. p. 6.

parágrafo único do artigo 982, as sociedades por ações são sempre consideradas empresárias e a sociedade cooperativa é sempre considerada simples.

Desta forma, pode-se definir as entidades uniprofissionais como as organizações de profissionais liberais de mesma classe econômica, que se associam em forma de sociedade simples para explorar atividade do tipo intelectual, científico, artístico ou literário, produzir resultados financeiros e partilhar o lucro proveniente da reunião das expertises pessoais agregadas.

Assim preveem os Enunciados 193 e 194 da III Jornada de Direito Civil da Justiça Federal<sup>4</sup>, que esclarecendo a interpretação sobre o artigo 966 do Código Civil, ratificam o entendimento de estar o exercício da atividade de natureza exclusivamente intelectual excluído do conceito de empresa, bem como que os profissionais liberais não são considerados empresários, salvo se a organização dos fatores de produção for mais importante que a atividade desenvolvida.

Destaque-se que, em regra nesses tipos de sociedades não há predominância da organização profissional com o intuito de circulação de bens e serviços, mas a reunião de expertises intelectuais oriundas das capacidades pessoais dos sócios integrantes, como principal elemento de exploração das atividades econômicas desenvolvidas.

Há que se esclarecer que as sociedades uniprofissionais também podem ter relevante estrutura gerencial, mesmo quando formatadas no tipo simples, eis que muitas vezes é essencial ao próprio exercício das atividades propostas.

Entretanto, a escolha do adequado tipo societário e a predominância do objeto social executado é que as diferenciam das sociedades empresárias, mesmo nas de maior porte econômico.

Ao contrário das sociedades empresárias, que são constituídas sob o prisma de uma operação comercial desvinculada das pessoas físicas integrantes, em geral as sociedades uniprofissionais são marcadas pela inexistência da predominância do capital investido sobre a pessoalidade, sendo aquela cifra representativa da estrutura de capital utilizada como mero elemento de inicialização, manutenção ou expansão econômica do objeto social.

Vale mencionar que neste tipo de sociedade é possível a contribuição de sócios somente com serviços, sem a necessidade de investimentos por capital financeiro, fortalecendo a qualidade pessoal da assessoria ou consultoria oferecida.

---

<sup>4</sup>193 – Art. 966: O exercício das atividades de natureza exclusivamente intelectual está excluído do conceito de empresa.

194 – Art. 966: Os profissionais liberais não são considerados empresários, salvo se a organização dos fatores de produção for mais importante que a atividade pessoal desenvolvida.

Neste sentido é que se justifica, no contexto da efetiva presença e dependência econômica da personalidade dos sócios, a inexistência de um patrimônio social intangível, eis que a reunião das expertises que constrói o conjunto de ativos intelectuais da organização não pode ser segregada dos integrantes.

O mesmo pode ser dito em relação ao fundo de comércio, eis que é a reunião de diferentes capacidades intelectuais individuais que cria a expectativa de geração de receitas futuras para a organização societária, sem constituir uma universalidade comum a todos os integrantes, em regra, conforme esclarece o Professor Erasmo Valadão Azevedo e Novaes França<sup>5</sup>:

Nas sociedades simples não há, propriamente, fundo de comércio, com todas as características das sociedades empresárias. Naquelas cujos membros exercem atividade de natureza intelectual, o cliente normalmente se vincula à pessoa do profissional. Dependendo do caso concreto, porém, não se pode afastar o cálculo dos valores intangíveis, do *going concern*. E isto, sobretudo, nas sociedades que exercem atividade rural.

Característica inerente às sociedades simples é que os sócios respondem subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações assumidas com a clientela, nos limites de proporções em que participam das perdas sociais, reforçando a qualidade de não haver um patrimônio social capaz de limitar a eventual responsabilidade jurídica perante credores.

Ressalte-se que deve a sociedade uniprofissional ser constituída na forma simples e se limitar a prestar os serviços destacados no seu objeto social, predominantemente, sob pena de referida atividade configurar mero elemento de empresa e desvirtuar a natureza intelectual, criando um patrimônio social destacável da personalidade dos sócios.

Serviços estes que são ordinariamente qualificados como atividade meio, sem quaisquer garantias de obtenção de resultados provenientes das consultorias oferecidas pelos experts em cada área de atuação específica.

Portanto, é compreensível que em algumas sociedades uniprofissionais, a ausência de um dos sócios intelectuais nos casos de retirada, exclusão ou morte, interfira de forma significativa no *goodwill* da organização, eis que sua expertise tem a capacidade de ser separada de um eventual patrimônio social, ao contrário do que pode acontecer em outras entidades do mesmo tipo, quando a expectativa de geração de resultados econômicos é consequência de uma universalidade de fatores organizados comercialmente e denominada de fundo de comércio, conforme abaixo será melhor esclarecido.

---

<sup>5</sup> GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis; FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e Sociedade de Pessoas**. In: CARVALHOSA, Modesto (coord.). Coleção tratado de direito empresarial; v. II. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2016. p. 331.

## 1.2 TIPOS

O mercado tem evoluído de forma a proporcionar que as sociedades uniprofissionais alcancem tamanho porte e complexidade de estrutura comercial, que já se vislumbra na prática entidades em que a personalidade dos sócios não mais interfere na atividade econômica explorada, acumulando patrimônio social intangível, criando traços da existência de fundo de comércio social e desafiando a evolução das atuais instituições normativas a serem efetivamente aperfeiçoadas.

Quando uma única categoria de profissionais intelectuais se reúne na forma de sociedade simples para o oferecimento de determinado serviço específico, seja por convenção ou previsão legal, chamar-se-á, para fins deste trabalho, de uniprofissional, a exemplo das sociedades de médicos, engenheiros, advogados, agentes autônomos de investimentos, consultores, contadores e programadores.

Ressalte-se que as sociedades uniprofissionais ofertantes de serviços intelectuais deverão ser sempre simples, embora possam ser organizadas gerencialmente de outras formas que não as eximem das qualidades essenciais do tipo específico.

O Professor Fábio Ulhoa Coelho<sup>6</sup> ensina que:

Não se considera empresário, por força do parágrafo único do art. 966 do CC, o exercente de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, mesmo que contrate empregados para auxiliá-lo em seu trabalho. Estes profissionais exploram, portanto, atividades econômicas civis, não sujeitas ao Direito Comercial. Entre eles se encontram os profissionais liberais (advogado, médico, dentista, arquiteto etc.), os escritores e artistas de qualquer expressão (plásticos, músicos, atores etc.).

Quando organizadas tão somente na forma de sociedades simples e reguladas pelos artigos 997 a 1.038 do Código Civil, podem ser chamadas de “simples pura” e não utilizam estrutura administrativa de outros tipos societários.

Já quando utilizam a estrutura gerencial de sociedades empresárias, são chamadas de “simples limitada” e ainda assim podem preservar a essência de organizações de profissionais intelectuais na forma administrativa de entidades comerciais, sem perderem as principais características do tipo simples.

Nesse sentido, Aline França Campos<sup>7</sup> afirma que:

---

<sup>6</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **Novo Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2017. p. 52.

<sup>7</sup> CAMPOS, Aline França. **A natureza das sociedades limitadas: tratamento jurídico conferido às sociedades empresárias e às sociedades simples**. In: LUPION, Ricardo (org.). *Sociedades Limitadas: Estudo em comemoração aos 100 anos*. Porto Alegre. Editora Fi, 2019. p. 78.

Assim, tanto sociedades empresárias como sociedades simples podem se revestir sob a forma de uma sociedade limitada. Mas, se uma sociedade simples assim o fizer, não terá se tornado uma sociedade empresária. Será uma sociedade simples limitada, subordinada, no entanto, às normas aplicáveis às limitadas. Mas, apesar de se sujeitar ao regime jurídico deste tipo societário escolhido, à sociedade simples limitada continuam a ser aplicadas, no que diz respeito ao registro e insolvência civil, as normas próprias das sociedades simples. Assim, a sociedade, ainda que adote o tipo de sociedade limitada, deverá ter seu ato constitutivo registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, e não na Junta Comercial da circunscrição da sede da sociedade. Não se sujeitará também ao regime falimentar da Lei 11.101/2005, que só se aplica às sociedades empresária e aos empresários individuais. Subordina-se, assim, ao regime de insolvência civil previsto no Código de Processo Civil, numa clara demonstração de que não é porque a sociedade simples adota um dos tipos de sociedade empresária que perde a sua qualidade de sociedade simples.

Embora, por expressa vedação legal contida no parágrafo único do artigo 982 do Código Civil, as sociedades simples não possam ser constituídas com base nas sociedades anônimas, eis que estas são mercantis por natureza, nada impede que elementos estruturais sejam adaptados ao tipo em destaque, como ocorre nas sociedades limitadas quando regidas supletivamente à luz do artigo 1.053<sup>8</sup> do mesmo diploma legal.

Exemplo da utilização de elementos organizacionais de sociedades empresárias é o nível de governança corporativa em que se sujeitam para a prestação dos serviços oferecidos, os quais, embora em forma mais complexa de gestão, com a presença de conselhos, comitês e arranjos contratuais parassocietários, preservam a essência de entidades simples com responsabilidade subsidiária e ilimitada dos sócios integrantes.

Portanto, quando o elemento predominante da sociedade uniprofissional é o intelectual, e este não constitui mero fator de organização para oferecimento de bens e serviços comerciais, mesmo com a existência de estrutura empresarial de gestão e o concurso de auxiliares, a sociedade ainda se caracteriza como simples, conforme já ratificado pelo Enunciado 195 da III Jornada de Direito Civil da Justiça Federal<sup>9</sup>, que abaixo se destaca:

195 – Art. 966: A expressão “elemento de empresa” demanda interpretação econômica, devendo ser analisada sob a égide da absorção da atividade intelectual, de natureza científica, literária ou artística, como um dos fatores da organização empresarial.

Alguns tipos de profissionais intelectuais não costumam desenvolver atividades sem uma estrutura empresarial de organização gerencial ou o concurso de auxiliares, por razões fundamentalmente societárias e econômicas.

<sup>8</sup>Art. 1.053. A sociedade limitada rege-se, nas omissões deste Capítulo, pelas normas da sociedade simples. Parágrafo único. O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.

<sup>9</sup>BRASÍLIA. **Jornadas de Direito Civil I, III, IV e V: Enunciados aprovados**. Conselho da Justiça Federal. Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em <<https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/372>>. Acesso em 18 de setembro de 2019.

Outros passam a contar com estruturas empresariais de gerenciamento no decorrer do crescimento da sociedade, quando, para corresponder à demanda, precisam de organização mais complexa, a fim de manter o controle sobre a qualidade da atividade intelectual ofertada.

Referida escolha, portanto, se dá para melhor estruturação e atratividade econômica da organização uniprofissional, resultando em uma sociedade essencialmente simples com estrutura gerencial do tipo limitado, mas preservando o caráter de pessoalidade da expertise intelectual que justifica a sua existência, em regra.

Nesse sentido, leciona o Professor Alfredo de Assis Gonçalves Neto<sup>10</sup>:

Estando isso claro, torna-se fácil compreender que a natureza empresarial de uma sociedade não é aferida pela sua esmerada organização, por sua estrutura nem pela intensidade com que desenvolve seu empreendimento. Uma sociedade com profissionais liberais, voltada, exclusivamente, para dar apoio ao exercício da atividade que motivou sua criação, na área médica ou da advocacia, por exemplo, é e sempre será uma sociedade simples. Aliás, fosse inserido o critério da estrutura ou da intensidade dos negócios na identificação de uma sociedade, ter-se-ia de admitir que, com a só expansão dos negócios, uma sociedade simples, em um determinado momento histórico, ver-se-ia obrigada a migrar de um regime para o outro, isto é, cancelar seu registro no Ofício de Registro de Pessoas Jurídica e abrir outro no Registro Público de Empresas Mercantis – uma situação de fato que levaria à absoluta insegurança jurídica.

Há que se ressaltar que uma organização de profissionais intelectuais pode ser qualificada como sociedade de grande porte, em termos de receitas e resultados operacionais, não devendo haver qualquer confusão associativa do tipo societário (forma) com o porte econômico (conteúdo) da organização, a exemplo de entidades de auditoria contábil, sociedades de agentes autônomos de investimentos e bancas de advogados.

Vale registrar que as regras jurídicas para dissolução das sociedades de profissionais intelectuais não mudam no direito atualmente vigente, independentemente do nível de organização escolhido, eis que os padrões de registro contábil e avaliação econômica são inerentes à qualidade do tipo societário simples, e, em geral, à inexistência de um fundo de comércio.

O desafio que surge para a comunidade acadêmica é no questionamento e evolução das normas jurídica e contábeis destinadas às sociedades uniprofissionais que perdem a necessidade da pessoalidade do sócio para manutenção da sua saúde econômica.

Assim acontece, seja pela ausência do empreendedor fundador, pelo crescimento da marca comercial que representa a entidade ou pela própria existência de tantos experts, que a

---

<sup>10</sup> GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de Empresa**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2017. p. 160.



personalidade de certos integrantes não mais se destaca, acumulando ativos tangíveis e intangíveis num verdadeiro fundo de comércio.

Sobre a inexistência de fundo de comércio em sociedades de médicos, esclarece o mesmo Professor Alfredo de Assis Gonçalves Neto <sup>11</sup>, em obra específica sobre o tema:

A apuração de haveres de sócio que se desliga de uma sociedade de médicos não comporta, em princípio, determinação do valor dos fatores de valorização criados pela estrutura societária, o *goodwill*, que se costuma chamar de **fundo de comércio**, eis que ela no apoio ao exercício exclusivo da medicina não o possui. De fato, o cliente ou paciente não é da sociedade, pois se vincula à pessoa do médico que o atende ou que coordena o atendimento. O que vale é a relação de confiança, que não decorre da organização, mas da qualificação e da competência profissional. “Um escritório, nesse sentido, não tem um fundo de comércio, mas um centro de competência que resulta da atividade de cada profissional”, disse-o, com absoluta propriedade, Tercio Sampaio Ferraz Júnior ao analisar a questão sob o prisma das sociedades de profissionais liberais, mais especificamente, de profissionais de engenharia.

Conforme acima destacado, em regra, a escolha do tipo de organização gerencial da sociedade uniprofissional tem mais a ver com a intenção dos sócios em estruturar a gestão da atividade intelectual, constituindo órgãos de governança corporativa mais preparados ao crescimento do porte econômico da entidade, do que afastar o caráter pessoal da contribuição individual dos integrantes do quadro societário, embora assim aconteça em alguns casos.

Alinhadas com as disposições sobre sociedades simples do Código Civil, as entidades de profissionais intelectuais podem ser qualificadas de diversas formas e tipificadas de acordo com as legislações que regem as categorias de experts definidas em regras gerais ou conselhos de classes.

Ressalte-se que a existência de mais de um tipo de profissional intelectual na gestão operacional de uma entidade não tem, por si só, a capacidade de transformar a mesma em empresária, devendo prevalecer a análise sobre a predominância da qualidade do serviço oferecido e do tipo societário utilizado, mesmo que com o concurso de auxiliares.

Assim ocorre porque somente é essencial a presença de profissionais de um mesmo tipo de atividade intelectual no quadro de sócios da entidade que executará o objeto social ali pretendido, podendo ser delegado a um gestor profissional de outra categoria econômica as atribuições gerenciais necessárias à manutenção da saúde financeira e administrativa da sociedade.

Destaca-se a lição de Tércio Sampaio Ferraz Junior<sup>12</sup>, em artigo científico dedicado às sociedades de profissionais de engenharia:

---

<sup>11</sup> GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Sociedade de Médicos**. São Paulo. Lex Editora, 2010. p. 79.

A doutrina e a jurisprudência brasileiras caminham na mesma direção. Não se nega que da exploração comercial, com fundamento na organização, resulte um conjunto de bens corpóreos que vêm a constituir o fundo de comércio, mas, no caso de sociedades formadas para o exercício de atividades profissionais liberais, em função da confiança pessoal, não se pode falar em fundo de comércio propriamente dito (cf. Mário Figueiredo Barbosa: Valor da Clientela no Fundo de Comércio, São Paulo, s.d., p. 79). Na verdade, qualquer tentativa de se valorizar o aspecto meramente patrimonial da sociedade prestadora de serviços profissionais liberais só poderia ocorrer em detrimento do aspecto profissional de sua atividade. o que centraria o espírito da legislação específica. E esta conclusão não é obstada por uma distinção, crescentemente em desuso, entre sociedade comercial e sociedade civil, na medida em que o importante, no caso, é a estrutura funcional do sistema social (ou com base organizatória ou com base personalíssima) - (sobre o (ilegível) assim como os pensamentos de W. Bulgarelli à jurisprudência do TJSP in Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômica e Financeiro, n. 58, abril-junho 1985, nova série, ano XXIV, pp.97 e ss.).

Neste sentido, por exemplo, é comum que organizações médicas cresçam e se tornem centros de serviços de saúde em estruturas de empresas, sem perder o vínculo de pessoalidade do paciente com o profissional que o atende, como elemento predominante da atividade científica ali oferecida.

Por sinal, há casos em que o paciente não precisa sequer sair da unidade de saúde em que se submete a consultas, tratamentos e cirurgias, porque aquele específico local concentra uma quantidade e diversidade de referências pessoais de profissionais intelectuais de uma mesma categoria, e não somente porque a prática ali disponibilizada é bem qualificada como uma mera commodity salutar.

Diferentemente se dá quando juntamente com a expertise médica exercida há o oferecimento de outras atividades complementares ao bem estar do paciente, a exemplo da hospedagem (spa), tratamentos psicológicos, terapêuticos, fisioterapêuticos e até holísticos, tais como nas clínicas de oncologia, fertilização ou tratamentos ortopédicos, que viram verdadeiros hospitais, justificando, pelo motivos acima destacados, a sua qualificação como empresária, devendo haver o reconhecimento da existência de um fundo de comércio, eis que a atividade científica constitui mais um elemento econômico empresarial.

Nas sociedades de advogados, embora haja a adequação intelectual de formatação das mesmas como simples, são também regidas por conselho de classe, no caso, a Ordem dos Advogados do Brasil, que possui regras próprias definidas em Estatuto e não permite, de

---

<sup>12</sup> FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Da inexistência de fundo de comércio nas sociedades de profissionais de engenharia**. In: Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro; v. 36, n. 111. São Paulo. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1998. p. 45-51.

acordo com os artigos 15 a 17<sup>13</sup> do diploma legal, seu registro como se empresárias fossem, nem a participação de outros profissionais no quadro societário.

Entretanto, nas médias e grandes bancas de advogados do país também é natural se observar estruturas administrativas de empresas em essências de sociedades de pessoas, dando origem às verdadeiras sociedades simples com estruturas de limitadas, sendo possível, mas desafiador, a preservação do caráter personalíssimo da prestação de serviços oferecida.

Algumas dissoluções societárias vivenciadas por estas grandes bancas nacionais travaram interessantes debates sobre a inclusão de um eventual fundo de comércio nos critérios econômicos para a apuração de haveres dos sócios retirantes, excluídos ou mortos.

Como muitos desses conflitos societários ocorrem em sede de confidencialidade arbitral ou segredo de justiça, a pesquisa aqui realizada ficou prejudicada no levantamento de

---

<sup>13</sup> Art. 15. Os advogados podem reunir-se em sociedade simples de prestação de serviços de advocacia ou constituir sociedade unipessoal de advocacia, na forma disciplinada nesta Lei e no regulamento geral. [\(Redação dada pela Lei nº 13.247, de 2016\)](#)

§ 1º A sociedade de advogados e a sociedade unipessoal de advocacia adquirem personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede. [\(Redação dada pela Lei nº 13.247, de 2016\)](#)

§ 2º Aplica-se à sociedade de advogados e à sociedade unipessoal de advocacia o Código de Ética e Disciplina, no que couber. [\(Redação dada pela Lei nº 13.247, de 2016\)](#)

§ 3º As procurações devem ser outorgadas individualmente aos advogados e indicar a sociedade de que façam parte.

§ 4º Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, constituir mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional. [\(Redação dada pela Lei nº 13.247, de 2016\)](#)

§ 5º O ato de constituição de filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional onde se instalar, ficando os sócios, inclusive o titular da sociedade unipessoal de advocacia, obrigados à inscrição suplementar. [\(Redação dada pela Lei nº 13.247, de 2016\)](#)

§ 6º Os advogados sócios de uma mesma sociedade profissional não podem representar em juízo clientes de interesses opostos.

§ 7º A sociedade unipessoal de advocacia pode resultar da concentração por um advogado das quotas de uma sociedade de advogados, independentemente das razões que motivaram tal concentração. [\(Incluído pela Lei nº 13.247, de 2016\)](#)

Art. 16. Não são admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar. [\(Redação dada pela Lei nº 13.247, de 2016\)](#)

§ 1º A razão social deve ter, obrigatoriamente, o nome de, pelo menos, um advogado responsável pela sociedade, podendo permanecer o de sócio falecido, desde que prevista tal possibilidade no ato constitutivo.

§ 2º O licenciamento do sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário deve ser averbado no registro da sociedade, não alterando sua constituição.

§ 3º É proibido o registro, nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas e nas juntas comerciais, de sociedade que inclua, entre outras finalidades, a atividade de advocacia.

§ 4º A denominação da sociedade unipessoal de advocacia deve ser obrigatoriamente formada pelo nome do seu titular, completo ou parcial, com a expressão ‘Sociedade Individual de Advocacia’. [\(Incluído pela Lei nº 13.247, de 2016\)](#)

Art. 17. Além da sociedade, o sócio e o titular da sociedade individual de advocacia respondem subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possam incorrer. [\(Redação dada pela Lei nº 13.247, de 2016\)](#)

dados mais atuais e detalhados, se limitando a informações disponíveis sem restrições de acesso a conteúdo.

Um exemplo das referidas discussões foi a cisão que a banca Pinheiro Neto Advogados vivenciou em 1972, quando ao final do conflito originado pela exclusão de alguns sócios que planejavam dissolver a sociedade, elaborou obra literária que reuniu pareceres dos maiores acadêmicos e doutrinadores do país sobre a matéria à época, contratados pelas partes litigantes e com relevantes opiniões sobre aquele imbróglio societário, tamanha a importância do desenvolvimento das discussões para as sociedades uniprofissionais.

Nesse sentido, destaca-se a exposição do professor Orlando Gomes<sup>14</sup>, que assim se posicionou sobre as sociedades de advogados:

O trabalho de equipe, que está substituindo o trabalho artesanal do advogado, pode realizar-se pela simples associação de profissionais sem vínculo societário, que é antes uma divisão de trabalho por especialização ou aptidões, podendo, em algumas situações, tratar-se de sociedade de fato, e uma reunião de opiniões e pareceres visando à elucidação conjunta dos casos pela troca de idéias ou pela constituição de uma sociedade profissional para a partilha dos resultados patrimoniais auferidos na prestação de serviços, com métodos, técnica e meios materiais coletivos, troca de informações, decisões coletivas, distribuição de atividade profissional e até, no máximo, com despersonalização do advogado.

Em qualquer das duas modalidades, o exercício da profissão conserva-se, porém, individual. Nem poderia ser d'outro modo, até mesmo quando se define o objeto das sociedades de advogados como o exercício em comum da profissão. Essas sociedades civis são, como todas as sociedades particulares, dotadas de personalidade jurídica, e, ainda que a lei declarasse lhes competir o exercício da profissão, teriam de atuar através de pessoas físicas, outro não podendo ser o modo de agir das pessoas jurídicas.

Com todo respeito aos ensinamentos do ilustre Professor acima destacado, atualmente não há que se negar a tendência de comoditização de certas demandas jurídicas inerentes às bancas de advocacia, com o intuito de baratear o custo do serviço prestado e elevar os resultados econômicos dos escritórios que investem em sistematização da assessoria legal, conforme ensina Richard Susskind<sup>15</sup>.

Assim ocorre com a implantação de tecnologia nas bancas que laboram com o gerenciamento de grandes volumes de processos, expondo a contratação integrativa da categoria intelectual de programadores com os novos perfis de profissionais jurídicos.

<sup>14</sup> AVOGADOS, Pinheiro Neto. **Sociedade de advogados**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 1975. p. 115.

<sup>15</sup> SUSSKIND, Richard. **Tomorrow's Lawyers**. Oxford. Oxford University Press, 2013. p. 37. A informatização é uma ampla categoria de terceirização que considero incluir as três categorias de sistematização, empacotamento e comoditização, conforme introduzido no Capítulo 3. Em termos gerais, a informatização refere-se à aplicação da tecnologia da informação para apoiar ou substituir algumas tarefas, processos legais, atividades ou serviços. Tradução nossa.

Embora intensamente influenciadas pelo uso da tecnologia, há casos em que ainda importa a confiança do contratante em um gestor advogado que seja capaz de gerar os resultados pretendidos pela clientela, desenvolvendo também a fidúcia pessoal na expertise gerencial que o novo profissional do direito precisa apresentar.

Nestes casos, embora se afaste pela forma instrumental tecnológica, a intelectualidade dos serviços prestados, não se exclui em definitivo o caráter personalíssimo de sócios que mantém a estrutura de laços negociais e gerenciais de interesses privados, justificando a saúde econômica daquelas bancas.

Em outros casos, existe uma verdadeira substituição da pessoalidade dos sócios integrantes por modelos de gestão tecnológica de grandes quantidades de processos judiciais, onde predomina a marca da banca, além das capacidades comercial e estrutural da operação econômica, perdendo a verdadeira essência das originárias sociedades uniprofissionais.

Como consequência, a presença de diferentes tipos de fatores de produção dentro da mesma estrutura de prestação de serviços, como se empresas fossem, provoca uma série de mudanças reflexivas que desafiam a apuração de haveres nas dissoluções parciais dessas organizações.

Nos casos dos escritórios de advocacia, ao contrário das demais sociedades em que pode haver a constituição societária por pessoas que não se enquadrem na mesma qualificação profissional, e até por outras pessoas jurídicas, já é comum o tratamento econômico interdisciplinar de administradores, engenheiros, programadores e outros experts, como se sócios fossem, ante a importância da pessoalidade dos mesmos no desenvolvimento gerencial dos serviços oferecidos.

Destaque-se que a contratação de profissionais de outras áreas a título de auxiliares, em regra tem o objetivo de melhor organizar a cadeia interna de processos administrativos da sociedade uniprofissional, e não vender aqueles novos serviços ali incorporados para a produção de sinergias gerenciais como uma diversificação do objeto social desenvolvido.

Entretanto, não se pode negar que a criação de estrutura gerencial e comercial que resulte numa marca de renome, aliado à redução da importância da pessoalidade do sócio expert na execução dos serviços oferecidos, deve ter um tratamento diferenciado quando da dissolução parcial de entidades com referidas características, ante a existência de patrimônio social destacável dos integrantes individualmente considerados.

Sobre o assunto, leciona José Frederico Marques<sup>16</sup>:

---

<sup>16</sup> ADVOGADOS, op. cit., p. 161-162.

Indubitável que a capacidade profissional dos sócios do Grupo influi no recrutamento da clientela. Todavia, não é só o renome dos advogados o que atrai esta ao escritório do “grupo”, mas também a organização interna, a infra-estrutura em que descansa a funcionalidade da “equipe”, a produtividade de seu trabalho e a eficiência dos seus serviços. E se a saída de um especialista, é coberta pela substituição por outro especialista; e se, com isso, a organização permanece atuante e eficiente, - continuarão os clientes a procurá-la, o que, aliás, tem sucedido com a sociedade dirigida pelo Dr. PINHEIRO NETO, cuja continuidade de vida profissional, desde que fundada, é a melhor prova de que uma sociedade de advogados pode existir como pessoa jurídica, independentemente dos sócios que a compõem.

Em geral, mesmo que a clientela deposite confiança na pessoa ou no trabalho do profissional que lhe atende, criando uma relação mais próxima com aquele integrante da banca, a estrutura de serviços de uma grande sociedade de advogados com marca de renome pesa mais na confiança do cliente do que a sua expertise individualmente reconhecida, que pode ser substituída por outro brilhante expert, sem tanta complexidade.

Entretanto, no caso de resolução da sociedade em relação ao mesmo, caberá verdadeiramente à clientela a escolha de permanecer naquele grupo de experts e desenvolver uma nova relação com outro profissional que possa lhe corresponder, ou rescindir seu contrato e procurar uma nova banca para dar continuidade ao atendimento.

Neste sentido, quando há a resolução da sociedade em relação a um deles, é compreensível que a clientela atendida até queira permanecer com o sócio retirante ou excluído, em virtude da fideducía e admiração desenvolvida por aquele profissional, entretanto, a maior probabilidade é que mantenha laços comerciais com a banca de renome, pela segurança que a sua estrutura econômica lhe proporciona em termos negociais.

Destaca-se, portanto, nas pequenas e médias entidades, a importância da personalidade do sócio retirante, morto ou excluído da organização, no tratamento dado aos clientes representantes da expectativa de rentabilidade futura da sociedade uniprofissional, como concretização financeira do próprio potencial econômico que representam, sendo que, nas maiores organizações do tipo, é necessário repensar o direito vigente, diante de um verdadeiro afastamento da personalidade dos integrantes da operação econômica explorada.

Nas sociedades de profissionais intelectuais programadores, em sendo aquelas que desenvolvem produtos e serviços baseados em tecnologia de programação de dados, não é diferente a importância da expertise do sócio na execução do objeto econômico que justifica a utilidade desenvolvida.

Embora possa parecer mais fácil dar continuidade a uma sequência de comandos tecnológicos que oferecem ao cliente uma novidade, é necessário estar sempre atualizando

aquela arte ou corrigindo falhas que possam tornar inviável a continuidade do serviço oferecido.

Não menos importante é conhecer os detalhes operacionais dos negócios em que a consultoria em tecnologia da informação é utilizada para potencializar os resultados econômicos almejados, eis que o expert é também um acervo pessoal de evolução do tratamento de dados que origina a programação algorítmica desenvolvida.

Nesse sentido, por exemplo, em um sistema desenvolvido para a emissão de relatórios inteligentes utilizados na tomada de decisões de investimentos, o envolvimento pessoal do consultor em programação é essencial para a combinação dos melhores fatores que alimentam a expertise tecnológica utilizada.

Assim, quando o sócio não está mais presente para dar andamento aos projetos de consultoria que é responsável, nem treinou adequadamente outros profissionais para tanto, a sua saída da sociedade deve ser bem avaliada e negociada, para geração do devido custo de oportunidade sobre a pessoalidade ali dissolvida, e continuidade da sociedade com as menores perdas patrimoniais e de rentabilidade possíveis.

Entretanto, nas grandes sociedades de engenharia de produtos tecnológicos, a cumulação de um eficiente banco de dados informatizado, junto a uma gama de bons profissionais gestores, provoca a mesma reflexão do afastamento da individualidade de integrantes na manutenção de laços de fidúcia com a clientela, que passa a se comunicar mais através de sistemas de linguagem com base em programação algorítmica e menos por contato pessoal com os experts.

Para não tornar por demais delonga esta justificativa pelos conceitos utilizados, devem ser aplicados às demais sociedades de profissionais intelectuais, a exemplo de contadores, engenheiros e consultores, as mesmas variáveis acima descritas, como situações e problemas que justificam a discussão aqui apresentada.

A seguir, antes de dissertar sobre as hipóteses de dissolução parcial de sociedades uniprofissionais que este trabalho focará, cabe compreender melhor os conceitos contábeis inerentes aos elementos do balanço patrimonial, com destaque para os processos de reconhecimento e avaliação de ativos intangíveis em organizações de profissionais intelectuais.

## 2. ATIVOS INTANGÍVEIS

### 2.1 CONCEITO

Considera-se um ativo intangível o bem desprovido de substância física que tenha sido desenvolvido ou adquirido pela entidade no passado, identificável com autonomia em relação aos demais elementos contábeis e com potencial de geração de benefícios econômicos futuros para a sociedade, desde que mensuráveis com confiabilidade. Não é necessário ter a propriedade do bem, mas o efetivo controle sobre sua qualidade e disponibilidade econômica.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1),<sup>17</sup> que define os conceitos básicos da contabilidade societária, considera-se como ativo todos os bens e direitos resultados de operações pretéritas, dos quais se espera gozar de benefícios econômicos futuros para a entidade.

Ressalte-se que a escolha do conceito se dá em função do agente capaz de gerar benefícios futuros e não somente do direito econômico sobre o recurso em si. Nesse sentido, o que importa é a capacidade de controlar o recurso e o seu potencial de geração de sinergias para a entidade, independentemente da propriedade.

A conta de ativos societários explica ao leitor das demonstrações contábeis a destinação dada aos recursos captados pela entidade e registrados nas obrigações denominadas de passivos sociais.

Já o saldo remanescente entre a conta de ativos e passivos expõe a qualidade do patrimônio líquido da organização, informando se há lucro ou prejuízo no período demonstrado.

Dentre os bens e direitos que fazem parte dos ativos sociais, há uma diferença legal entre os tangíveis e intangíveis, ou seja, dentre aqueles que podem ser projetados fisicamente e os que somente existem em um espectro intelectual da ideia representada, sem possibilidade de serem materializados individualmente.

São exemplos de ativos tangíveis as cadeiras, móveis, computadores, carros e imóveis utilizados na prestação do serviço intelectual oferecido nas sociedades uniprofissionais e destinados à estruturação física da operação econômica.

---

<sup>17</sup> 4.8. O benefício econômico futuro incorporado a um ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade. Tal potencial pode ser produtivo, quando o recurso for parte integrante das atividades operacionais da entidade. Pode também ter a forma de conversibilidade em caixa ou equivalentes de caixa ou pode ainda ser capaz de reduzir as saídas de caixa, como no caso de processo industrial alternativo que reduza os custos de produção.



Mesmo que depreciados durante o exercício das atividades da entidade, possuem valor patrimonial e residual a ser informado ao leitor das demonstrações financeiras e contábeis, quer sejam os sócios presentes, retirantes, excluídos, herdeiros dos mortos ou novos integrantes.

O Pronunciamento Técnico CPC04 (R1)<sup>18</sup> define o ativo intangível como um bem não monetário, identificável e sem substância física. A vaga definição exige a utilização do Pronunciamento Conceitual Básico acima mencionado, para sua melhor compreensão.

Os ativos intangíveis mais comuns de serem encontrados em planos de contas societários são as propriedades intelectuais e a clientela, que como recursos que compõem o fundo de comércio empresarial, são controlados pela entidade a fim de produzirem efeitos econômicos futuros e positivos no caixa da entidade.

Assim lecionam Márcio Luiz Borinelli e Renê Coppe Pimentel<sup>19</sup>:

Portanto, no ativo intangível são contemplados os itens não corpóreos (sem substância física) que estão sob o controle da entidade, destinados à manutenção de sua atividade operacional e que se espera que gerem benefícios futuros por diversos períodos (mais um exercício social).

São exemplos de contas do ativo intangível: *softwares*, direitos de exploração, direitos de concessão, marcas e patentes, e fundo de comércio (ágio apurado em aquisições de outras entidades).

Dentre as propriedades intelectuais estão as artes desenvolvidas ou controladas pela entidade, seja a título de direito autoral, marca ou patente. Já na clientela estão as relações oriundas dos contratos firmados, que justifica a expectativa de rentabilidade futura da sociedade.

Ressalte-se que nem todos os itens acima descritos serão sempre considerados ativos intangíveis. Para tanto, é necessário que sejam identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros. Caso contrário, poderão qualificar meras despesas para a sociedade.

Importa ressaltar que a qualidade “identificável” é essencial ao conceito de ativo intangível, para que seja possível ao recurso ser separado da expectativa de rentabilidade

---

<sup>18</sup> 9. As entidades frequentemente despendem recursos ou contraem obrigações com a aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento de recursos intangíveis como conhecimento científico ou técnico, projeto e implantação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual, conhecimento mercadológico, nome, reputação, imagem e marcas registradas (incluindo nomes comerciais e títulos de publicações). Exemplos de itens que se enquadram nessas categorias amplas são: softwares, patentes, direitos autorais, direitos sobre filmes cinematográficos, listas de clientes, direitos sobre hipotecas, licenças de pesca, quotas de importação, franquias, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes, participação no mercado e direitos de comercialização.

<sup>19</sup> BORINELLI, Márcio Luiz; PIMENTEL, Renê Coppe. **Contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais**. São Paulo. Atlas, 2019. p. 116.

futura oriunda da combinação ou dissolução de negócios, denominada, para fins deste trabalho, de *goodwill*.

Vale mencionar, para mero esclarecimento, que há uma sensível diferença entre a expectativa de rentabilidade futura da entidade, definida como “aviamento”, da reputação gozada pela sociedade perante o mercado, por sua vez conceituada de “*goodwill*”. Entretanto, não será objeto deste trabalho a abstração inerente ao referido debate, utilizando esta última qualidade denominada de “*goodwill*” para se referir a ambos os atributos destacados.

Em regra, o *goodwill* oriundo da combinação de ativos identificáveis e separáveis não constitui um intangível contabilizável, na medida em que representa uma mera sinergia oriunda da organização de outros direitos, sem a capacidade de ser individualizado como um recurso autônomo.

Isto não significa a sua impossibilidade de ser avaliado economicamente como um potencial de geração de entradas de caixa, mas que não possui os critérios contábeis hábeis a identificar a sua existência para os usuários das demonstrações ordinárias, conforme será visto mais adiante.

A Lei 6.404/76 dispõe, em seu artigo 179<sup>20</sup>, que serão classificados como intangíveis os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia, ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Ainda neste sentido, as regras de padronização das normas contábeis internacionais, criadas na Inglaterra e denominadas de IFRS – *International Financial Reporting Standards*, foram recepcionadas pelo ordenamento jurídico brasileiro através da Lei 11.638/07, e,

---

<sup>20</sup> 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens; ([Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007](#))

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. ([Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007](#))

Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

modificando o artigo 178<sup>21</sup> da Lei das Sociedades Anônimas, permitiram a contabilização de ativos intangíveis como permanentes, facilitando o registro de mutações patrimoniais refletidas sobre referidos bens e direitos.

Antes da Lei 11.638/07 entrar em vigor, os referidos ativos já existiam informalmente na prática societária, embora as instituições contábeis somente previssem a existência de contas de ativos circulantes e não circulantes, sem quaisquer menções aos diferidos e intangíveis.

Conforme explica Osni Moura Ribeiro<sup>22</sup>, caso a sociedade não tenha como objeto social a negociação de ativos intangíveis, estes geralmente são organizados na conta de ativos não circulantes, que registra a aplicação de recursos em direitos realizáveis a longo prazo, bem como os bens de uso e bens imateriais.

Edino Ribeiro Garcia e Wagner Mendes<sup>23</sup> também destacam:

O novo subgrupo de contas introduzido pela Lei 11.638/2007 (Intangível) está relacionado a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Desta forma, e, para fins deste trabalho, importa analisar as características que permitem aos ativos intangíveis serem identificados e reconhecidos nas demonstrações contábeis ordinárias, antes de discorrer sobre os critérios de avaliação econômica deles em sociedades de profissionais intelectuais.

---

<sup>21</sup> Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

I – ativo circulante; e [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

I – passivo circulante; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

II – passivo não circulante; e [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

§ 3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.

<sup>22</sup>RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. São Paulo. Editora Saraiva, 2013. p. 60.

<sup>23</sup>GARCIA, Edino Ribeiro; MENDES, Wagner. **Enciclopédia de lançamentos contábeis**. São Paulo. SAGE-IOB, 2019. p. 109.

## 2.2. REGISTRO CONTÁBIL

### 2.2.1. RECONHECIMENTO DE ATIVO

A expertise técnica de um sócio integrante de sociedade uniprofissional, mesmo quando capaz de justificar a expectativa de rentabilidade futura da entidade, não possui os requisitos legais para ser reconhecida como um ativo intangível nas demonstrações contábeis, principalmente pela sua impossibilidade de identificação, controle e mensuração dos potenciais benefícios econômicos a serem gerados.

Por outro lado, a clientela, embora tradicionalmente pertencente ao sócio, porque fruto da sua expertise individual, pode ser considerada um ativo social nos casos em que a pessoalidade do integrante não mais interfira na saúde econômica da sociedade uniprofissional, fato este que desafia as normas contábeis e jurídicas a considerarem a existência de fundo de comércio em referidas entidades.

Para que os ativos sociais sejam contabilmente registráveis e reconhecidos no plano de contas societário, é necessário que possuam algumas características, tais como a identificação, controle, capacidade provável de geração de benefício econômico futuro e confiabilidade da mensuração do valor a ser produzido para a organização societária.

Ao contrário dos ativos tangíveis, que são facilmente identificáveis e individualizáveis contabilmente, frequentemente os intangíveis padecem da falta de capacidade de reconhecimento dentro da universalidade representada pelo conjunto de bens e direitos organizados societariamente em um fundo de comércio.

A ausência de um dos requisitos acima destacados impossibilita o registro contábil do ativo, mesmo que por estimativa, se esta não for razoável. Há casos em que na ausência de um único requisito, razoável se torna o registro de defeito do ativo em notas explicativas ou quadros suplementares, sem impactar nos elementos patrimoniais da organização econômica.

Em termos de identificação, o ativo intangível precisa ser individualizável, ou seja, separável dos demais elementos das demonstrações contábeis, provando autonomia em sua existência e capacidade de ser negociado isoladamente ou em conjunto com outros recursos igualmente disponíveis.

Deve ainda possuir origem legal ou contratual, independentemente dos atos jurídicos que o produziram poderem ser transacionados de forma autônoma em relação a outros recursos da própria sociedade.

Em regra, a propriedade do recurso resulta no controle dele, mas importa esclarecer que não há necessidade da propriedade plena para haver total domínio sobre o ativo, como, por exemplo, através de um contrato de locação em que se outorgue ao locatário total liberdade para usar o recurso como bem entender, inclusive com poderes para sublocar, reformar ou modificar a sua qualidade.

Assim foi destacado no inciso IV do artigo 179 da Lei 6.404/76:

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

Caso não haja a probabilidade que o recurso controlado seja capaz de gerar caixa para a entidade, ou ainda de reduzir as saídas de caixa, valorizando os elementos contábeis representados no balanço, impossibilitado está a sua definição como um ativo, podendo, inclusive, representar uma despesa para a entidade.

Imprescindível é também que o domínio da sociedade sobre o recurso seja amplo, no sentido de obstar que terceiros possam se valer da mesma posição de controlador e excluir a entidade da geração dos benefícios econômicos futuros pretendidos.

Há ainda a necessidade de que o evento que transferiu o recurso para domínio da entidade tenha ocorrido no passado e não represente uma mera expectativa de controle daquele elemento, a fim de possibilitar a sua conceituação como um ativo contabilizável.

Ressalte-se que, além da capacidade de mensuração do ativo nas demonstrações contábeis, outra característica é também muito importante, qual seja, a sua verificabilidade, melhor dizendo, a sua capacidade de representar fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe a destacar.

Destaca-se nos padrões contábeis de registros de mutações patrimoniais, o princípio da continuidade da entidade como elemento balizador dos valores dos ativos sociais a serem fixados quantitativamente e qualitativamente nas demonstrações realizadas com base na expectativa de vida útil da sociedade avaliada.

Diferentes padrões de avaliações e registros patrimoniais dos referidos elementos devem ser utilizados para as sociedades com prazos determinado e indeterminado, em que a continuidade da entidade dependa de uma série de fatores econômicos que influenciam a sua qualificação no tempo.

No caso de dissoluções parciais das sociedades de profissionais intelectuais com forte influência da personalidade dos sócios, mesmo que a entidade tenha a capacidade de evitar que o sócio retirante, excluído ou os herdeiros do morto ofereçam concorrência em relação à

clientela, nada impede que terceiros o façam, demonstrando, em regra, que não há controle efetivo sobre aquele ativo, para que a sua expectativa de geração de benefícios futuros seja separável e registrável como um intangível.

Todavia, diferentemente deve se dar em sociedades uniprofissionais em que a pessoalidade do sócio não mais interfere na saúde financeira da entidade, que já possui autonomia econômica através da própria marca comercial, o que deve ser revisto e refletido pelo legislador e pela comunidade acadêmica brasileira.

Excepcionalmente, caso uma sociedade uniprofissional possua tamanha relação de fidúcia com a clientela, que, independentemente de proteção legal ou contratual, seja capaz de controlar a sua geração de sinergias futuras, referido ativo pode ser qualificado como individualizável, e, conseqüentemente, reconhecido como um intangível, conforme autoriza o Comitê de Pronunciamentos Contábeis 04<sup>24</sup>.

Já uma expertise técnica poderá ser identificável, controlável e geradora de benefícios econômicos futuros, se, por exemplo, puder ser separada e protegida por prerrogativas legais, a exemplo do seu registro como propriedade intelectual.

Qualidade essa bem difícil de ser consolidada, eis que, mesmo a criação de metodologias de trabalho com base em expertises singulares, raramente possui os elementos de novidade e não obviedade necessários a ter sua exploração protegida.

Neste contexto, o *goodwill*, em regra, como a mera expectativa de rentabilidade futura de uma sociedade, gerado internamente pela reunião de expertises pessoais, destaca-se como um ativo intangível não identificável contabilmente, principalmente em sociedades uniprofissionais. Referido potencial de projeção econômica é destacado dentro do conceito de fundo de comércio, pelo artigo 179 da Lei 6.404/76.

---

<sup>24</sup>16. A entidade pode ter uma carteira de clientes ou participação de mercado e esperar que, em virtude dos seus esforços para criar relacionamentos e fidelizar clientes, estes continuarão a negociar com a entidade. No entanto, a ausência de direitos legais de proteção ou de outro tipo de controle sobre as relações com os clientes ou a sua fidelidade faz com que a entidade normalmente não tenha controle suficiente sobre os benefícios econômicos previstos, gerados do relacionamento com os clientes e de sua fidelidade, para considerar que tais itens (por exemplo, carteira de clientes, participação de mercado, relacionamento e fidelidade dos clientes) se enquadrem na definição de ativo intangível. Entretanto, na ausência de direitos legais de proteção do relacionamento com clientes, a capacidade de realizar operações com esses clientes ou similares por meio de relações não contratuais (que não sejam as advindas de uma combinação de negócios) fornece evidências de que a entidade é, mesmo assim, capaz de controlar os eventuais benefícios econômicos futuros gerados pelas relações com clientes. Uma vez que tais operações também fornecem evidências de que esse relacionamento com clientes é separável, ele pode ser definido como ativo intangível.

Assim destaca o Manual de Contabilidade Societária da Fipecafi<sup>25</sup>, sobre a sua incapacidade de identificação:

Um intangível atende ao critério da identificação quando: (i) for separável ou, em outras palavras, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independentemente da intenção de uso pela entidade; ou (ii) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. Essa identificação é necessária para diferenciá-lo do *goodwill*, que é um intangível não identificável.

Desta forma, a expectativa interna de rentabilidade futura desses bens e direitos, mesmo quando realizada economicamente, certa, provável ou confiavelmente mensurável, carece de identificação que lhe proporcione ser capaz de contabilizá-la de forma acurada, respeitando a veracidade da informação registrada nas demonstrações apropriadas.

O desenvolvimento de um *goodwill* sobre o aprimoramento de expertises intelectuais de sócios pode ser comparado à fase de pesquisa de uma propriedade intelectual, onde a entidade somente incorre em despesas para qualificação dos serviços a serem oferecidos ao mercado, sem a garantia do retorno econômico futuro, frente à quantidade de variáveis a serem vencidas para possibilitar sua identificação contábil.

Assim, a qualidade pessoal do sócio denominada de *know how* não seria registrável pelos custos incorridos pelo mesmo para a prestação do serviço a que se propõe, como é possível para a aquisição ou desenvolvimento de alguns ativos intangíveis, tais como as propriedades intelectuais.

No caso mencionado acima, referido método não seria facilmente justificável, levando em consideração, também, que as despesas incorridas no exercício da atividade já possuem natureza jurídica e contábil diversa dentro do contexto organizacional da sociedade.

Além do que, as demais despesas incorridas para a prestação do serviço a que se propõe dentro da organização societária devem ser consideradas comuns à entidade e seus integrantes, sendo raro o caso em que a individualização da conduta gere custos singulares por todo o período de convivência social.

Nesse sentido, por exemplo, as contraprestações financeiras a título de pró-labore também já possuem classificação contábil própria dentro do contexto societário, nem sempre podendo a sua geração e disponibilização ser individualizada com acuracidade, como custo de originação da expertise destacada.

---

<sup>25</sup> GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo. Atlas, 2018. p. 276.

Também não seria possível o seu registro e reconhecimento pelos frutos econômicos e financeiros gozados pela sociedade a título de entradas no caixa, e gerados diretamente pelo sócio detentor da expertise originadora enquanto integrante da organização, eis que constitui a própria receita contábil da entidade.

Finalmente, os lucros distribuídos no formato de dividendos configuram frutos da organização, coletivamente oriundos de deliberações societárias sobre o destino dos resultados financeiros, após consolidação no patrimônio social de todas as expertises pessoais reunidas.

Portanto, qualquer tentativa de individualizar a geração de lucros à conta de expertises individuais resultaria em desconsiderar as receitas, despesas e passivos como contas coletivas da sociedade, o que não é razoável nem permitido pela legislação contábil societária.

Mesmo que os dividendos declarados sejam distribuídos aos integrantes de forma desproporcional à participação no capital social, tal escolha ocorre com base em critérios subjetivos e particulares que norteiam as deliberações dos sócios participantes, e não na necessidade da individualização do resultado sobre a contribuição individual de cada um.

Desta forma, esclarecidos os requisitos legais de identificação e reconhecimento contábil de ativos intangíveis, com destaque para a clientela e o *goodwill* gerados internamente sobre as expertises individuais de integrantes de sociedades uniprofissionais, resta recorrer sobre os possíveis critérios de avaliação econômica destes elementos, quando da apuração de haveres em dissoluções parciais de referidas entidades.

## 2.2.2 AVALIAÇÃO ECONÔMICA

Embora a expertise intelectual do sócio de uma entidade uniprofissional não tenha os requisitos contábeis para ser reconhecida no balanço ordinário da sociedade, nada impossibilita que possa ser avaliada economicamente numa transação privada entre a organização e um ex-integrante, com base na sua capacidade de geração de caixa.

Neste contexto, a expectativa de rentabilidade futura representada pela clientela social pode ser mensurada pelo método de fluxo de caixa descontado, quando da dissolução parcial de sociedades uniprofissionais em que houver independência econômica e comercial em relação ao ex-integrante, e, portanto, o reconhecimento de um fundo de comércio.

Desta forma, considerando o efetivo controle do ativo intangível pela entidade, poderão as partes ajustarem a transferência de parte da clientela para o ex-integrante, desde



que com a anuência dos contratantes, para futura performance e realização financeira do potencial avaliado, por sua conta e risco, havendo quitação do quanto devido pela sociedade a título de haveres.

Os métodos de contabilização e avaliação econômica são processos que não se confundem e invariavelmente produzem resultados financeiros diversos, porque distintas são as suas funções e finalidades nos contextos utilizados.

Distintas também são as demonstrações contábeis utilizadas para tanto, sendo o registro e reconhecimento de ativos realizados em balanços ordinários e as avaliações para apuração de haveres realizadas em balanços extraordinários, também denominados de balanços de determinação.

Inobstante, referidos métodos produzem resultados diversos sobre uma mesma universalidade, que, quando organizada os geram como produtos das finalidades propostas pela reunião dos elementos economicamente alocados na execução do objeto social e destinados a diferentes contextos.

Nesse sentido, Glauco da Rocha esclarece<sup>26</sup>:

Quando o foco é a descontinuidade, os ativos costumam ser considerados pelo seu valor de venda, diminuindo os gastos necessários para que essa venda se realize, bem como para saldar o passivo perante terceiros. Quando o foco é a continuidade, os modelos de avaliação são classificados em três grandes grupos: (i) técnicas comparativas de mercado, para aferir o valor comparando-se empresas similares; (ii) técnicas baseadas em ativos e passivos contábeis ajustados, trazendo-se a valor de mercado; (iii) técnicas baseadas no desconto do fluxo de benefícios futuros.

Quando possível é a contabilização do recurso social, mais fácil é a sua avaliação para fins de apuração de haveres, eis que a mensuração de um custo incorrido para o desenvolvimento de certos bens ou direitos é, no mínimo, uma forma de posicionamento patrimonial da sua capacidade de geração de benefícios futuros, embora critérios distintos possam ser utilizados para tanto.

Importa ressaltar que os ativos tangíveis são, em regra, registráveis contabilmente, eis que como materialização de um bem, possuem capacidade de serem avaliados pelo custo incorrido para a sua aquisição ou desenvolvimento, e, portanto, quando uma sociedade somente possui este tipo, a apuração de haveres se torna menos complexa.

---

<sup>26</sup> ROCHA, Glauco. **A apuração de Haveres: Uma Aproximação Sobre a Evolução Recente do Tema e a Prática dos Peritos Contadores.** In: BARBOSA, HENRIQUE; BOTREL, Sérgio (coord.). *Novos Temas de Direito e Corporate Finance.* São Paulo. Quartier Latin, 2019. p. 170.

Outrossim, quando oportuno, o método de valor de mercado também pode ser utilizado para qualificação do recurso avaliado, a depender da quantidade e publicidade de transações ocorridas no contexto econômico em que o ativo se identifica.

Já dentre os ativos intangíveis, conforme mencionado, alguns são contabilizáveis e facilmente avaliáveis, mas outros não. Esta dificuldade se dá não somente pela incerteza da geração de benefícios futuros para a organização empresarial, como também, eventualmente, pela falta de parâmetros confiáveis de definição e individualização dos custos incorridos para registro de alguns deles, ou até de precificação quando da disponibilização no mercado.

Dentre os ativos intangíveis mais facilmente contabilizáveis, tem-se a propriedade intelectual, que é mensurável pelos custos específicos incorridos para o seu desenvolvimento ou aquisição, representando uma cifra registrável para fins de mutação patrimonial da contabilidade societária, porque certa, identificável, já realizada e que remete a uma expectativa de provável geração de efeitos positivos futuros.

A capacidade de avaliar estes ativos também diz respeito à sua identificação em similitude com outros no mercado, através da publicização de operações comerciais que transacionem referidos recursos, criando paradigmas econômicos de mensuração financeira.

Destaque-se que o mundo vive um momento exponencial de desenvolvimento e negociação de produtos tecnológicos, o que tem tornado mais fácil a avaliação econômica de ativos intangíveis do tipo, frente ao crescente número de transações de mercado que ocorrem.

Dentre os mais difíceis de contabilizar, destacam-se os que dependem do caráter pessoal do sócio integrante da entidade societária para se materializar, correspondendo àquela incerteza que antes era representada somente por uma expectativa de rentabilização, e impactada por diversos fatores econômicos externos ao controle organizacional para geração do benefício pretendido.

Neste contexto de dificuldade de registro e reconhecimento contábil de ativos intangíveis, destaca-se o *goodwill*, que representa a expectativa de rentabilidade futura das aptidões economicamente organizáveis, nas quais está inserida a expertise do sócio que compõe a sociedade.

Embora não registrável contabilmente, em regra o *goodwill* societário pode ser economicamente reconhecido e avaliado na forma de ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura sobre a sinergia produzida num processo de combinação ou separação de negócios, ou ainda gerado internamente através da reunião de recursos contábeis que criem um potencial de geração de receitas.

Principalmente nas sociedades de pessoas, bem como naquelas em que a personalidade de um dos integrantes do quadro societário influencia de forma destacada nos benefícios econômicos gerados pela entidade, a sua incapacidade de contabilização gera problemas administrativos e judiciais frequentes.

Conforme já mencionado, referida personalidade pode ser representada por uma expertise intelectual, um comportamento negocial acurado capaz de gerar novos contratos ou ainda pela capacidade de construção de laços de fideducía com a clientela já existente na organização societária, que fazem a pessoa do sócio ter um valor diferenciado, justificando, inclusive, a própria existência daquela entidade.

Valor este proporcional ao potencial de gerar entradas de caixa na sociedade, através do acúmulo de contratos no formato de clientela e realização financeira da expertise intelectual oferecida no mercado atuante, que projeta em dados quantitativos a capacidade econômica daquele profissional.

Assim ratificam Thomas A. Doucet e Russel M. Barefield<sup>27</sup>:

Uma parte significativa de muitos negócios, principalmente no setor de serviços, pode ser atribuída ao valor de seus clientes estabelecidos ou base de clientes. Essas bases de clientes garantem um fluxo de recebíveis imediato e contínuo, especialmente quando comparado com a alternativa de tentar criar uma base de clientes "do zero". Alguns exemplos de bases de clientes que são rotineiramente avaliadas de maneira explícita incluem clientes de consultorias contábeis, jurídicas e médicas, assinantes de jornais ou revistas, clientes de agências de seguros e depositantes bancários.

Referido potencial personalíssimo de geração de resultados representados pela clientela qualifica-se, geralmente, como não contabilizável, eis que carece dos principais elementos básicos para tanto, seja a título de identificação, controle, mensuração de valor ou probabilidade de produção de benefícios econômicos para a entidade, quando presentes muitas variáveis que possam obstaculizar sua consolidação com continuidade.

Excepcionalmente, existe autorização legal, através do CPC04, para realizar o registro e reconhecimento contábil da clientela como parte do fundo de comércio em entidades de profissionais intelectuais, quando a personalidade do sócio não mais interfere na prosperidade financeira da organização.

---

<sup>27</sup> DOUCET, Thomas A.; BAREFIELD, Russell M. **Client Base Valuation: The Case of a Professional Service Firm**. Journal of Business Research; v. 44(2). Elsevier, 1999. p. 127. Disponível em <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0148296398000046?via%3Dihub>>. A significant part of many business, particularly in the service sector, can be attributed to the value of their stablished customer or client base. Such client bases ensure an immediate and continuing revenue stream particularly when compared with the alternative of trying to create a customer or client base "from scratch". Some examples of client bases that are routinely valued in an explicit manner include clients of accounting, law, and medical practices, subscribers to newspaper or magazines, customers of insurance agencies, and bank depositors. Tradução nossa.

É neste intangível denominado de clientela que reside o maior problema e que origina grandes conflitos nas apurações de haveres em sociedades uniprofissionais, eis que o seu registro contábil e mensuração econômica se torna tarefa acentuadamente desafiadora, a depender do nível de dependência financeira da entidade em relação à expertise pessoal do sócio integrante.

Desafiadora porque o potencial gerador de entradas de caixa na sociedade pode depender ou não da expertise do sócio integrante para ser concretizado financeiramente, eis que algumas sociedades uniprofissionais já possuem certa projeção comercial da sua marca, que apresentam independência econômica em relação aos membros individualmente considerados.

A dificuldade em lidar com este tipo de direito nas demonstrações ordinárias e apurações de haveres se dá, também, porque embora possa haver um mínimo de certeza da sua capacidade de geração de benefícios futuros, esta depende de efetiva performance contratual, além da gestão de riscos concorrenciais, dificultando a sua individualização e controle como elementos destacáveis no balanço levantado.

Inobstante, com base em tudo o quanto exposto, principalmente na dificuldade de registro contábil do *know how*, *goodwill* e clientela nas mutações patrimoniais da contabilidade societária, cabe analisar os critérios utilizados para avaliação econômica dos referidos ativos intangíveis, quando da apuração de haveres em sociedades de profissionais intelectuais.

Vale mencionar que há controvérsias jurisprudenciais sobre a existência da figura do fundo de comércio em referidas entidades, principalmente a depender da forma societária e estrutura gerencial utilizada no exercício da atividade econômica destacada.

Nesse sentido, a figura do *goodwill*, embora não identificável contabilmente, somente existe em sociedades empresárias, sendo em regra a clientela das sociedades uniprofissionais pertencente à figura pessoal do próprio sócio, eis que inerente à fidúcia sobre a prestação de serviços intelectuais oferecida.

No mesmo contexto, Wilson Alberto Zappa Hoog<sup>28</sup> denomina o *goodwill* em sociedades simples, de fundo individual econômico:

Depende das suas habilidades, de muito labor, de muita perseverança, de muito boa vontade, de muito estudo aprimorando-se dia após dia, promovendo utilidade e benefícios intelectuais que vão enriquecendo o seu fundo individual econômico e valorizando o seu serviço. O fundo individual econômico pertence a uma pessoa

---

<sup>28</sup> HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Resolução de Sociedade & Avaliação do Patrimônio na Apuração de Haveres**. Curitiba. Editora Juruá, 2018. p. 197.

física, e o fundo de comércio pertence a uma pessoa jurídica que tenha o elemento de empresa. O fundo individual econômico, forma viripotente, não pertence a uma sociedade ou a uma pessoa coletiva e sim, à pessoa física do sócio, ou de um profissional liberal, por ser direito personalíssimo, é intransmissível e irrenunciável, nos termos da lei. O fundo individual econômico é o contra-polo do fundo de comércio. Pois, o fundo individual econômico nasce e cria robustez na pessoa natural, enquanto o fundo de comércio, que tem origem histórica na França, na teoria dos atos de comércio do Código da França de 1807, que foi seguida na Itália na figura da *azienda commerciale*, desenvolve-se no Brasil em uma pessoa coletiva.

Portanto, caso não haja óbice econômico ou comercial, nada obstaculiza que o sócio retirante, excluído ou que os herdeiros de um integrante falecido levem consigo a clientela conquistada, quando da saída da sociedade, colocando em risco a própria existência e saúde financeira da entidade, a depender da importância daquele elemento intelectual humano.

Nestas sociedades uniprofissionais em que não haja o reconhecimento de um fundo de comércio composto por ativos tangíveis e intangíveis, a avaliação do quinhão social do ex-integrante não encontra grandes dificuldades de ser liquidada, sendo mais fácil a sua mensuração a preço de mercado, dos bens materiais utilizados para a prestação dos serviços oferecidos.

Ainda neste sentido, não existem meios legais de obrigar a clientela captada pelo sócio retirante, excluído ou morto, a permanecer como tomador de serviços daquela entidade em que a pessoa que era sua referência de fidúcia e intelectualidade não mais faz parte.

Entretanto, vale lembrar que, excepcionalmente, quando uma entidade uniprofissional tem certo controle econômico sobre a clientela, independentemente do sócio integrante, capaz de ser individualizada e geradora de benefícios econômicos futuros, o CPC04 permite o seu registro contábil como um ativo intangível.

Assim, cabe considerar a possibilidade de reconhecimento da existência de fundo de comércio em sociedades simples limitadas que tenham alcançado tamanha complexidade econômica da sua estrutura negocial, que já se vislumbra uma separação entre o padrão de qualidade dos serviços oferecidos pela entidade e a pessoalidade dos sócios integrantes.

É nas apurações de haveres de entidades uniprofissionais com clientela própria que a mensuração da participação social do sócio retirante, excluído ou morto gera discussões mais complexas a serem elucidadas, diante da avaliação econômica do potencial de geração de caixa inerente ao quinhão dissolvido.

Embora métodos diversos possam ser utilizados para a mensuração financeira da participação do ex-integrante na entidade uniprofissional, seja com base em lucros contábeis, entradas de caixa ou redução de despesas, recomenda-se que, quando oportuno, a expectativa

de rentabilidade futura inerente ao quinhão do sócio seja avaliada economicamente pelo método de fluxo de caixa descontado.

Assim leciona Eliseu Martins<sup>29</sup>:

Entre os modelos apresentados, o fluxo de caixa é tido como aquele que melhor revela a efetiva capacidade de geração de riqueza de determinado empreendimento. O conceito de lucro contábil geralmente deixa a desejar nesse aspecto, conforme os comentários efetuados no capítulo anterior. (Talvez grande parte dessa dificuldade se deva à falta de confiança ou de domínio de seus conceitos fundamentais e da total uniformidade da aplicação de seus critérios.) Como indicador da capacidade de geração de riqueza, encontramos no fluxo de caixa a evidência da eficiência esperada de determinado negócio. Assim, são superadas algumas das dificuldades existentes no lucro contábil. Ele propõe-se a retratar o potencial econômico dos itens patrimoniais de determinado empreendimento, inclusive o *goodwill*.

O valor presente líquido apurado numa avaliação pelo referido método, leva em conta uma projeção futura da capacidade de geração de caixa, corrigida a uma certa taxa, num prazo razoável de duração, e, finalmente, trazido ao momento da mensuração.

A taxa de correção deverá ser aquela em que os ativos líquidos societários rendam quando investidos no mercado financeiro ou os juros pagos em remuneração do endividamento da sociedade com terceiros, podendo ainda ser utilizada uma média ponderada de ambas as taxas, que expressem o custo de oportunidade do capital investido.

O prazo deverá ser o da média de duração dos contratos de prestação de serviços firmados com a clientela, ou, em sendo de difícil mensuração, a média previamente estipulada em contrato social ou acordo de sócios, a ser considerada para liquidação financeira do quinhão dissolvido.

Sobre o referido método, explica José Carlos Marion<sup>30</sup>:

O valor presente (Valor Atual), bastante utilizado em Matemática Financeira, é a determinação do valor de um recebimento futuro em moeda atual (hoje). Toma-se o montante a receber no futuro, descontado a uma taxa de juros apropriada. Assim, consideramos o conceito de valor do dinheiro no tempo: por exemplo, \$ 500 mil hoje não valerá \$ 500 mil daqui a dois anos. O que eu compro com \$ 500 mil hoje, não comprarei em este mesmo valor daqui a dois anos.

Na tentativa de equilibrar uma dissolução parcial de sociedades de profissionais intelectuais em que haja o reconhecimento de fundo de comércio, nada mais razoável para a manutenção da saúde financeira do negócio e do ex-integrante, que lhe seja dado em pagamento de haveres a possibilidade de levar consigo uma parte da clientela social, para que, com sua expertise e *know how*, rentabilize e realize financeiramente, a méritos próprios, a expectativa existente sobre as capacidades daqueles contratos em gerarem entradas de caixa.

<sup>29</sup> MARTINS, Eliseu. **Avaliação de Empresas: Da Mensuração Contábil à Econômica**. São Paulo. Atlas, 2001. p. 275.

<sup>30</sup> MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo. Editora Atlas, 2015. p. 290.

Outrossim, além da performance técnica como elemento essencial à capacidade de geração de valor econômico nas sociedades de profissionais intelectuais, a gestão profissional de riscos inerentes ao mercado, tais como a concorrência, treinamentos e atualização do conhecimento, dentre outras necessidades da demanda, também devem ser levados em consideração por todos os envolvidos, em contrapartida à sobrevalorização do *know how*.

Nesse sentido, o papel da administração societária é essencial e impacta diretamente na geração de valor à entidade, conforme leciona Edison Carlos Fernandes<sup>31</sup>:

O patrimônio da empresa (posição econômica e financeira) e a sua performance (retorno sobre investimento) são representados pela capacidade de gerar fluxos de caixa líquidos por meio das suas operações ou, eventualmente, pelo aporte de recursos de investidores e credores. Isso quer dizer que o patrimônio da empresa e seu retorno são determinados pelos valores a receber subtraídos dos valores a pagar, considerando a estratégia de negócio definido pela administração. Essa estratégia de negócios implica considerar riscos, responsabilidades e remuneração das transações mercantis realizadas pela empresa. Portanto, há necessidade de julgamento da administração, especialmente no tocante aos riscos assumidos.

Assim, embora a relação de fidúcia ou capacidade intelectual de um sócio integrante seja essencial para a geração de entradas de caixa, não se pode deixar de destacar que a comunhão de diversas expertises, quando bem administrada e alinhada para a produção de sinergias econômicas, tem tanto valor quanto aquele potencial individual do sócio retirante, excluído ou morto.

O mesmo acontece em sociedades de advogados, engenheiros, contadores, médicos e consultores em programação tecnológica, que apresentam ao mercado soluções, utilidades e novidades baseadas num conjunto de variáveis intelectuais combinadas com a fidúcia depositada pela clientela na própria entidade, e não somente no profissional destacado.

A tecnologia em si, muitas vezes, como commodity, possui capacidade de ser avaliada isoladamente através de paradigmas de mercado, que, quando comparáveis, geram uma estimativa de valor econômico plausível, seja pela expectativa de rentabilidade futura ou ainda por múltiplos de geração de lucro operacional.

Entretanto, a atividade de consultoria em desenvolvimento ou aprimoramento de uma tecnologia é bastante dependente da pessoalidade humana para sua contínua evolução, sendo a sequência de algoritmos que origina uma novidade tecnológica, quando produzida através de uma capacidade pessoal do sócio programador, mais dificilmente substituível por outrem

---

<sup>31</sup> FERNANDES, Edison Carlos. **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – Comentários tributários ao Pronunciamento Conceitual Básico**. Revista de Direito Contábil Fiscal; v. I. São Paulo. MP, 2019. p. 233-234.

treinado para tanto, por se tratar de atividade com intensa interação cognitiva entre oferta e demanda, como as demais sociedades de profissionais intelectuais.

Sobre as sociedades de profissionais da tecnologia, assim destacam Roberta Nioac Prado e Renato Vilela<sup>32</sup>:

Uma empresa de tecnologia, em regra, não tem ativos economicamente relevantes, comparativamente a sua geração de caixa. Neste caso, devemos considerar que na situação de dissolução parcial de vínculo societário, a avaliação seja feita com base na metodologia do valor econômico (fluxo de caixa descontado), dado que o seu valor não reside nos ativos que possui, mas na sua capacidade de geração de riquezas.

Dessa forma, a avaliação de ativos intangíveis na apuração de haveres em sociedades uniprofissionais, quando oportunamente feito, deve ser interpretada de forma sistêmica aos investimentos alocados para o seu desenvolvimento, levando em consideração todas as variáveis organizacionais que proporcionaram ao sócio detentor a sua projeção de mercado enquanto integrante daquela entidade.

Finalmente, outorgar ao sócio retirante, excluído ou aos herdeiros do morto, a possibilidade de levar consigo parte da clientela conquistada, nada mais é do que buscar o equilíbrio das relações econômicas, preservando a entidade do desembolso financeiro da sua avaliação patrimonial e proporcionando ao ex-integrante a capacidade de continuar rentabilizando recursos que produziu quando fazia parte da sociedade, frente ao mercado e suas variáveis gerenciais e concorrenciais.

Importa, neste momento, antes de discutir os critérios legais para apuração de haveres trazidos pelo Código Civil e o Código Processual Civil, entender as regras gerais sobre as hipóteses de dissolução parcial apresentadas neste trabalho, para melhor visualização da solução aqui proposta.

### 3. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS

A dissolução de uma sociedade uniprofissional em sentido geral, marca o momento em que ela deixa de executar a finalidade perseguida e descrita no objeto social, bem como o procedimento ou fase destinada a liquidar o patrimônio acumulado, pagar as dívidas e dividir os bens remanescentes pelos sócios participantes daquela entidade, que deixa de existir para todos os efeitos legais.

---

<sup>32</sup> PRADO, Roberta Nioac; VILELA, Renato. **Sair por Quanto? Adequação do Método de Avaliação de Participação Societária em Dissolução Parcial de Sociedade.** In: AZEVEDO, Luís André N. de Moura; CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de (coord.). Sociedade Limitada Contemporânea. São Paulo. Quartier Latin, 2013. p. 700.



Sua previsão legal para as sociedades de pessoas, bem como as causas para tanto, encontram-se principalmente nos artigos 1.028 a 1.035<sup>33</sup> do Código Civil, e são basicamente as mesmas das sociedades empresárias. Podem os sócios ainda preverem contratualmente outros motivos para a dissolução da entidade.

Nesse sentido, a dissolução societária configura um conjunto de acontecimentos em que se determina a inexistência da sociedade para um, alguns ou todos os sócios integrantes, fazendo com que aqueles que não mais compartilhem os interesses ali acordados se tornem credores do investimento realizado, caso exista um saldo positivo a ser partilhado quando da fase de liquidação total ou parcial da entidade.

---

<sup>33</sup> Art. 1.028. No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota, salvo:

I - se o contrato dispuser diferentemente;

II - se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade;

III - se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido.

Art. 1.029. Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade; se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de sessenta dias; se de prazo determinado, provando judicialmente justa causa.

Parágrafo único. Nos trinta dias subseqüentes à notificação, podem os demais sócios optar pela dissolução da sociedade.

Art. 1.030. Ressalvado o disposto no art. 1.004 e seu parágrafo único, pode o sócio ser excluído judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente.

Parágrafo único. Será de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada nos termos do parágrafo único do art. 1.026.

Art. 1.031. Nos casos em que a sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á, salvo disposição contratual em contrário, com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

§ 1º O capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os demais sócios suprirem o valor da quota.

§ 2º A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo de noventa dias, a partir da liquidação, salvo acordo, ou estipulação contratual em contrário.

Art. 1.032. A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

Art. 1.033. Dissolve-se a sociedade quando ocorrer:

I - o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado;

II - o consenso unânime dos sócios;

III - a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado;

IV - a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias;

V - a extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso IV caso o sócio remanescente, inclusive na hipótese de concentração de todas as cotas da sociedade sob sua titularidade, requeira, no Registro Público de Empresas Mercantis, a transformação do registro da sociedade para empresário individual ou para empresa individual de responsabilidade limitada, observado, no que couber, o disposto nos arts. 1.113 a 1.115 deste Código. ([Redação dada pela Lei nº 12.441, de 2011](#)) ([Vigência](#))

Art. 1.034. A sociedade pode ser dissolvida judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando:

I - anulada a sua constituição;

II - exaurido o fim social, ou verificada a sua inexecutibilidade.

Art. 1.035. O contrato pode prever outras causas de dissolução, a serem verificadas judicialmente quando contestadas.

Dissolução, portanto, é causa, motivo ou melhor dizendo, acontecimento gerador da vontade ou obrigação de encerramento do contrato firmado entre os integrantes da entidade constituída e personificada.

Objetivamente, vale destacar três diferentes conceitos inerentes ao contexto aqui apresentado, sendo a dissolução um momento e ao mesmo tempo a causa da extinção da pessoa jurídica. A liquidação é uma fase procedimental inserida numa situação jurídica com regramento próprio em que a entidade altera os objetivos imediatos, convertendo a prioridade da obtenção do lucro para a apuração financeira do saldo remanescente do patrimônio social. Já a extinção representa o término da existência da sociedade, com o fim da personalidade jurídica adquirida pelo registro em órgão competente.

Assim leciona André Luiz Santa Cruz Ramos<sup>34</sup>:

Quando se estuda a dissolução das sociedades, é preciso fazer duas observações relevantes, de início. Em primeiro lugar, é imprescindível distinguir o *procedimento de dissolução* da sociedade, com o *ato de dissolução* da sociedade. Este precede aquele, isto é, antes há o ato de dissolução, que pode ser extrajudicial ou judicial, e após esse ato se desencadeia todo o procedimento dissolutório, que abrange ainda a liquidação e partilha.

Caso a dissolução da sociedade seja total, após o procedimento de liquidação do patrimônio social a entidade estará formalmente extinta, não mais sendo capaz de adquirir bens e direitos ou assumir obrigações.

Caso a dissolução seja parcial, a liquidação da participação do sócio que sai da entidade chama-se de “apuração de haveres” e tem o condão de extinguir o vínculo societário com aquele integrante, transformando-o num eventual credor de ativos que remunerarão o investimento realizado, com redução ou não do capital social e do patrimônio acumulado.

A dissolução parcial de organizações uniprofissionais tem como objetivo primordial a preservação dos interesses contratuais acumulados na sociedade, após a fase de liquidação do patrimônio social para pagamento dos eventuais créditos aos integrantes que não mais desejem ou possam permanecer vinculados à entidade.

Neste contexto, o procedimento de liquidação depende bastante do nível de pessoalidade com que os sócios mantenham a saúde financeira da entidade, o que impactará diretamente nos tipos e valores dos elementos contábeis a serem considerados para fins de avaliação do quinhão social dissolvido.

Fruto de construção doutrinária e jurisprudencial do direito comercial, a importância da preservação da entidade após a dissolução parcial destaca a continuidade das relações

---

<sup>34</sup> RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito Empresarial**. São Paulo. Forense, 2017. p. 433.

travadas com o próprio Estado, fornecedores, credores e com os demais sócios, possibilitando a perpetuidade do ciclo econômico contratual que objetiva criar valor para todos os envolvidos.

Em regra, todas as causas de dissolução total de sociedades uniprofissionais podem ser aplicadas para fundamentar a dissolução parcial, desde que compatíveis com o princípio da preservação da entidade, que os sócios remanescentes deliberem pela continuidade das relações firmadas e que não haja impedimento legal ou contratual para tanto.

Dentre as causas de dissolução previstas nos artigos 1.028 a 1.035 do Código civil, focar-se-á naquelas motivadas pelo falecimento de sócio (artigo 1.028), exercício do direito de retirada imotivada (artigo 1.029) e exclusão de sócio (artigo 1.030) integrante de sociedade uniprofissional.

Finalmente, cabe esclarecer que a dissolução parcial de sociedades uniprofissionais pode se dar de forma consensual ou contenciosa, a depender da existência de processo judicial ou arbitral para reconhecimento da sua causa, ou definição do valor a ser pago a título de haveres aos ex-integrantes.

Sobre a matéria, leciona José Edwaldo Tavares Borba<sup>35</sup>:

A dissolução pode ser tanto amigável quanto judicial.  
Quando amigável, opera-se através de um distrato, que não é senão um instrumento firmado pelos sócios, disciplinando o encerramento da sociedade.  
Quando judicial, dependerá de sentença, a ser proferida em função de requerimento do interessado e após comprovação do motivo alegado. A dissolução judicial encontrava-se regulada pelos arts. 655 a 674 do CPC de 1939, cuja vigência havia sido mantida pelo art. 1.218 do CPC de 1973. O atual CPC (art. 1.046, §3º), ao revogar essa disposição, submeteu a dissolução e liquidação judicial de sociedades ao procedimento comum previsto do CPC de 2015

Destaca-se, nesse contexto, a importância de uma efetiva e bem elaborada convenção em contrato social ou acordo de sócios que possa previamente estipular a melhor solução jurídica e econômica para todos os envolvidos na apuração de haveres em dissoluções parciais de sociedades uniprofissionais.

De acordo com a metodologia adotada neste artigo, importa analisar os procedimentos e discussões legais inerentes a cada hipótese de dissolução parcial aqui destacada, antes de explicar os critérios utilizados nas apurações de haveres consensuais ou contenciosas.

---

<sup>35</sup> BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito Societário**. São Paulo. Atlas, 2017. p. 109.

### 3.1 MORTE DE SÓCIO

A morte de um sócio em sociedade uniprofissional com dependência comercial e econômica da expertise individual do ex-integrante é fato de extrema importância a ser prevista em contrato social ou acordo de quotistas, frente à quantidade de variáveis que devem ser conciliadas para manutenção das atividades sociais.

Já nas entidades que não apresentam tamanha dependência da pessoalidade dos integrantes, o procedimento de liquidação da quota do sócio morto deve seguir o mesmo padrão das sociedades empresárias, com a inclusão de ativos intangíveis no fundo de comércio avaliado.

No caso de morte de integrante de sociedade uniprofissional, à luz do artigo 1.028 do Código Civil, salvo estipulação contratual em sentido diverso, caberão aos sócios remanescentes deliberarem sobre a liquidação da quota do *de cujus* e pagamento de eventual crédito ao espólio representante, dissolverem integralmente a sociedade ou aceitarem a entrada dos herdeiros na própria entidade, em substituição ao sócio falecido.

Nesse sentido, destaca Karime Costalunga<sup>36</sup>:

O enunciado apresenta quatro soluções que podem encaminhar para rumos diversos o processo de sucessão das quotas deixadas pelo *de cujus*, muito embora tendo-se sempre em mente a preservação da sociedade. Para que se encontre a melhor alternativa, deve-se considerar que a substituição do sócio falecido por um de seus herdeiros não significa o automático surgimento da *affectio societatis* entre este e a sociedade – que deve ser encontrado na busca do fim comum. É iminente, portanto, que a solução dada para o desdobramento do direito em relação à quota tenha em foco a consecução do fim comum, o que nem sempre é possível, mesmo que a constituição societária, se puder opinar, aceite um novo quadro.

Vale destacar que o espólio de um sócio morto não tem capacidade de tornar-se automaticamente integrante daquela entidade, pois não constitui sujeito de direito para tanto, representando somente uma universalidade gestora do patrimônio a ser repartido entre os herdeiros do titular daquele quinhão societário, subordinada às regras legais ou convencionais existentes sobre a liquidação parcial da sociedade.

Enquanto não encerrada a partilha do patrimônio representado por referida universalidade, não poderá o espólio, em regra, através do inventariante, participar de deliberações societárias, mas tão somente receber dividendos como se mera credora daquela distribuição financeira fosse.

---

<sup>36</sup> COSTALUNGA, karime. **O Direito do Meeiro do Sócio na Apuração de Haveres**. Proposta de Interpretação da Legislação Civil. São Paulo. Quartier Latin, 2019. p. 123-124.

No caso específico, cabe ressaltar que antes de qualquer ocorrência do tipo, os integrantes de uma sociedade de profissionais intelectuais podem construir previsão contratual em pacto social ou parassocial que regule a matéria, com estipulação de regras para liquidação da sociedade, substituição de sócio morto por seus herdeiros, critérios de cálculos para apuração dos haveres, bem como forma de pagamento de eventual crédito devido aos seus sucessores, o que destacadamente se recomenda, devendo ser respeitado e cumprido, desde que legal, possível e eficaz.

Na ausência de previsão convencional que regule a situação específica, os sócios remanescentes devem decidir por dissolver total ou parcialmente a sociedade, o que levaria a consequências distintas em relação aos sucessores do integrante morto, havendo apuração de haveres ou liquidação com extinção da entidade.

No caso de decidir-se pela dissolução parcial com a liquidação do quinhão do sócio falecido e pagamento de eventual crédito ao espólio representante daquele patrimônio, haverá extinção da relação societária na data de abertura da sucessão do ex-integrante, para todos os efeitos legais, inclusive de apuração dos haveres.

Nesse sentido, observa Tiago Asfor Rocha Lima<sup>37</sup>:

Faz sentido, realmente, que o espólio, representado pelo inventariante, detenha legitimação ativa para promover a apuração dos haveres do *de cujus* nos casos em que nem todos os sucessores passarão à condição de quotista da sociedade. Isso ocorre porque, nessas situações, será necessário calcular-se o equivalente financeiro da participação de cada sucessor na sociedade e efetuar-se, em seguida, o adimplemento da quota parte do sucessor não ingressante nos quadros sociais, ou mesmo a compensação financeira com outro patrimônio do espólio.

As regras para referida apuração e forma de pagamento deverão seguir critérios legais e jurisprudenciais que serão discutidos em capítulo próprio, pelo que, para fins do escopo aqui elucidado, este momento do trabalho se reservará a explicar as hipóteses gerais de dissolução parcial societária de organizações uniprofissionais, conforme previsto no Código Civil.

No caso de deliberar-se pela dissolução total da entidade, somente será destinado qualquer crédito aos herdeiros, caso, após liquidação da sociedade, com pagamento de todas as despesas e passivos, sobrar algum saldo a ser partilhado na proporção da participação dos integrantes no capital social.

Nada impossibilita que a sociedade delibere em comum acordo com os sucessores da herança, em vender o quinhão de participação societária do sócio morto para um terceiro, utilizando o valor da alienação para pagamento dos haveres devidos aos herdeiros do antigo

---

<sup>37</sup>LIMA, Tiago Asfor Rocha. **Aspectos Processuais da Apuração de Haveres *Post Mortem* e o Novo Código de Processo Civil**. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). *Processo Societário II*. São Paulo. Quartier Latin, 2015. p. 814-815.

integrante, preservando o patrimônio da própria sociedade e evitando a redução do capital social.

No caso de substituição do sócio falecido por herdeiros, algumas são as variáveis destacáveis no processo decisório, tais como a aceitação dos próprios sucessores e dos sócios remanescentes, a qualificação técnica dos novos integrantes e a existência de estipulação em contrato social ou acordo de sócios que previamente tenha deliberado sobre a matéria.

Em não havendo estipulação contratual prévia que regule a matéria, inicialmente é importante verificar se os herdeiros concordam e os sócios remanescentes aceitam receber um ou vários novos integrantes na entidade, eis que, em sendo uma sociedade de pessoas, destaca-se o caráter personalíssimo daquela organização e a vontade de permanecerem associados uns aos outros como condição de existência da própria sociedade uniprofissional.

Em geral, nestes tipos de sociedades não há uma confusão patrimonial entre eventual fundo de comércio social e a clientela acumulada pelos sócios, sendo essencial também que os novos integrantes tenham a capacidade técnica e pessoal de substituir aquele componente falecido.

Em falando de capacidade técnica, destaca-se o segundo requisito acima listado, qual seja, a habilitação profissional do herdeiro que se dispõe a compor a sociedade uniprofissional parcialmente desfalcada com a morte de um sócio integrante.

Melhor dizendo, é necessário que o herdeiro tenha formação profissional adequada e compatível com o objeto social daquela entidade, inclusive para manutenção dos benefícios societários e tributários inerentes ao tipo específico.

Assim ocorre nas sociedades de médicos, consultores, contadores, engenheiros e arquitetos, eis que a ausência de critérios técnicos de formação profissional de herdeiros interessados a permanecerem como sócios integrantes pode modificar a qualidade societária da entidade, de uniprofissional do tipo simples pura ou simples limitada, para uma sociedade limitada, de fato ou irregular, perdendo inúmeros benefícios econômicos e sujeitando-se a regramentos diversos dos existentes para aquela categoria.

Situação mais complicada se dá nas sociedades de advogados, eis que além de não poderem funcionar em tipos societários diversos, também não há possibilidade de ser sócio integrante de banca aquele que não tiver formação profissional na área do direito e ser registrado na Ordem dos Advogados do Brasil, após aprovação em exame de qualificação técnica aplicado pela mesma instituição.

Nesses casos, em havendo estipulação contratual que previamente tenha acordado sobre a automática substituição de herdeiros ao sócio falecido, esta somente poderá ser consolidada caso os sucessores concordem e satisfaçam os requisitos acima destacados, sob pena de ineficácia da própria deliberação.

Entretanto, supondo que haja previsão que regule a substituição automática de sócio morto por seus herdeiros, e estes sejam habilitados tecnicamente para integrarem aquela sociedade, não necessariamente o preenchimento de referidas condições significará a solução de todos os problemas da entidade.

Assim destaca porque não somente os requisitos técnicos da formação profissional importam para uma eficiente substituição do sócio ausente. A habilitação profissional é uma condição legal para manutenção do tipo societário da entidade, entretanto, na prática, é necessário também que haja a transferência da relação de fidúcia da clientela, antes depositada no substituído, para o novo representante daquela expertise desenvolvida.

Nesse sentido, caso o sócio falecido não tenha, durante o desenvolvimento da sua carreira, trabalhado a sucessão desta relação de fidúcia e expertise para seus herdeiros, estes podem acabar se tornando sócios daquela sociedade uniprofissional temporariamente, provocando a futura dissolução da entidade por motivos de incompatibilidade pessoal ou econômica com os demais integrantes.

Neste sentido, destaca Marlon Tomazette<sup>38</sup>:

De outro lado, a natureza personalista da sociedade simples pode impedir o prosseguimento da empresa, diante da importância que o sócio falecido possuía na vida da sociedade. Nesse caso, os sócios podem deliberar a dissolução total da sociedade, que agora não é consagrada como a regra, mas como uma exceção que depende de manifestação dos sócios em assembléia, ou no próprio contrato social.

No caso de sociedades uniprofissionais em que a pessoalidade dos sócio não mais interfira na relação comercial com a clientela, apresentando marca de renome e gestão profissional do portfólio de clientes, a transferência de fidúcia da clientela entre sócio morto e herdeiros habilitados se torna menos complexa, eis que a própria entidade tem a capacidade de administrar os contratos como se um intangível em fundo de comércio fosse, situação que, frise-se, merece tratamento diverso na apuração de haveres dessas organizações.

Desta forma, importa destacar que a substituição de sócio morto por herdeiros legalmente habilitados para tanto, em sociedades uniprofissionais com forte influência da pessoalidade dos integrantes, é matéria de extrema importância a ser prevista em contrato

---

<sup>38</sup> TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial**. Teoria geral e direito societário; v. I. São Paulo. Saraiva, 2019. p. 351.

social ou acordo de sócios, mas é também um processo de transferência de expertise e *know how* que, quando possível, deve começar em vida, através da construção de laços de fidúcia entre a clientela acumulada pelo profissional sucedido e o futuro sucessor daquele legado em transição, para que haja sinergia entre todos os envolvidos.

### 3.2 DIREITO DE RETIRADA IMOTIVADA

O exercício do direito de retirada imotivada por um sócio de grande importância para a saúde financeira da entidade impacta diretamente no posicionamento da organização perante o mercado atuante, eis que a clientela tende a o seguir nos movimentos econômicos realizados. O mesmo não acontece em sociedades uniprofissionais que possuem marca de renome e independência comercial em relação à personalidade dos integrantes.

O artigo 1.029 do Código Civil traz o direito potestativo do sócio integrante de sociedade uniprofissional constituída por tempo indeterminado, de se retirar da organização mediante notificação prévia destinada aos demais integrantes, desde que de boa fé e com antecedência mínima de 60 dias.

Facultativa é a possibilidade do contrato social ou acordo de quotistas em criar procedimento com prazo mais amplo para a notificação sobre o exercício do referido direito, que se encontra fundamentado em norma legal e dispensa ratificação material em pacto diverso, nas sociedades do tipo.

Oportuna também é a previsão contratual de notificação dos demais integrantes no endereço da sociedade e para ela destinada, eis que o direito é exercido contra a própria entidade, podendo os demais sócios residirem em locais diversos que dificultem a formalização necessária.

Nos 30 dias subsequentes ao recebimento da referida notificação, caso os demais sócios entendam ser inviável a continuidade da entidade sem a expertise daquele componente humano retirante, podem deliberar pela dissolução total da sociedade.

Em sendo a sociedade constituída por prazo determinado e omissa o contrato social, o sócio retirante somente poderá se afastar da condição de integrante da entidade se provar judicialmente uma justa causa para tanto. Neste caso, o legislador optou por proteger o equilíbrio econômico-financeiro do negócio, desde que as partes tenham pré-ajustado um termo final para a sua dissolução.



Ainda neste tipo de sociedade, as partes são livres para estabelecerem causas, formas e prazos para exercício do direito de retirada, caso assim desejem, havendo flexibilidade para ajustes materiais sem necessidade de utilização da via judicial.

O fundamento legal para a existência do direito de retirada em sociedades uniprofissionais é a própria autonomia da vontade dos contratantes em permanecerem vinculados a negócios jurídicos de execução continuada, sem limite de término daquela relação pessoal. É a faculdade de não ser eternamente vinculado a uma posição negocial, salvo se assim expressamente determinado e acordado, enquanto o eterno tiver um prazo de duração.

Vale esclarecer que a retirada é um direito inerente à posição política e patrimonial da condição de sócio integrante de sociedade uniprofissional, e seu exercício, bem como efeitos negativos, se dá contra a própria entidade, não podendo ser excluído por ajuste contratual complementar.

O mesmo não acontece com a cessão ou transferência de quotas para um terceiro. Nesta, sua relação se dá com o destinatário final da negociação, que, de forma gratuita ou onerosa recebe o quinhão societário transferido, sem efeito contábil ou patrimonial direto na entidade.

Importa diferenciar o direito de retirada da “renúncia”, onde o sócio também expressa vontade de se desligar da sociedade, mas renuncia a quaisquer créditos ou direitos patrimoniais existentes sobre o seu quinhão social abdicado.

Inevitavelmente, o exercício do direito de retirada por um sócio provoca a redução do patrimônio social da entidade, bem como, invariavelmente, do capital social, deixando os demais integrantes com um impacto negativo no fluxo de caixa da sociedade, que precisará ser compensado ou reestruturado.

Assim ocorre porque a clientela captada e administrada pelo sócio retirante, em regra tende a acompanhá-lo nos movimentos societários em que se envolva, ante a relação de fidesse pessoal depositada naquela pessoa ou profissional.

O mesmo não ocorre em entidades que já não dependam da individualidade dos integrantes para manutenção da saúde financeira e posicionamento econômico no mercado atuante, independentemente da estrutura gerencial que utilizam, eis que a clientela se qualifica como um ativo social e não pessoal dos sócios.

Nesse sentido, ressalta Renato Din Oikawa<sup>39</sup>:

É importante lembrar que o exercício do direito de retirada significa o recebimento antecipado de haveres pelo sócio retirante, em prejuízo do capital social; questão, essa, que não é ignorada pelo Direito Brasileiro – veja-se, por exemplo, o art. 83 da Lei 11.101/2005, que dispõe que não são oponíveis à massa os valores decorrentes de direito de sócio ao recebimento de sua parcela do capital social na liquidação da sociedade, bem como que considera os demais créditos de sócio como créditos subordinados. Além disso, o artigo 1.032 do CC também prevê mecanismo de responsabilização por dívidas sociais do sócio que se retirou.

A redução do capital social não acontece quando o sócio retirante integralizou seu investimento com serviços, pelo que pode ter participação nos lucros da entidade, mas não na cifra contábil que reflete apenas aportes financeiros.

O procedimento para avaliação e liquidação da participação do sócio retirante perante a entidade chama-se de “apuração de haveres” e deverá seguir as regras contratuais ou legais sobre o instituto, conforme será apresentado em capítulo próprio.

Por ora, vale destacar que não é a utilização de estrutura gerencial de outros tipos societários que deve nortear o reconhecimento de fundo de comércio na apuração de haveres das sociedades simples uniprofissionais, mas o nível de independência da entidade em relação à expertise dos sócios integrantes, como um dos principais critérios de qualificação econômica do patrimônio social.

Sobre a matéria, esclarecem Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França e Marcelo Vieira von Adamek<sup>40</sup>:

O que ao sócio que se retirou assiste, porém, é o direito de apurar e receber os seus haveres; e, em determinadas situações excepcionais, também não é de se excluir a propositura de medidas de preceito cominatório para constranger a sociedade e os sócios remanescentes a atualizarem cadastros fiscais e outros registros que, se mantidos desatualizados, podem vir a induzir terceiros a erro. Seja como for, decorrido o prazo de pré-aviso, o sócio retirante perde o *status socii* e torna-se credor da sociedade. Para além disso, a regra processual altera, em certa medida (ou complementa, como querem outros), a regra do Código Civil: neste diploma material prescreve-se que a notificação de retirada deve ser encaminhada aos demais sócios (CC, art. 1.029); no CPC /2015, alude-se apenas à sociedade, que até mesmo em tese é realmente destinatária primária da notificação.

Nas sociedades por prazo determinado, em geral, caso não haja estipulação contratual que regule a matéria, considera-se rompido o vínculo societário na data de ajuizamento da ação judicial que pede o reconhecimento de justa causa para exercício do referido direito.

Cabe esclarecer que, embora o ajuizamento do processo judicial seja a data-base para cálculo dos haveres devidos, é somente com a sentença constitutiva do direito que ocorrerão

<sup>39</sup>OIKAWA, Renato Din. **Direito de Retirada e Affectio Societatis**. In: FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes (coord.). **Direito Societário Contemporâneo II**. São Paulo. Malheiros, 2015. p. 81.

<sup>40</sup>FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo Vieira von. **Da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade**. São Paulo. Malheiros, 2016. p. 64.

os seus efeitos, sendo oportuno ao demandante pleitear uma decisão antecipatória de tutela para ser afastado das obrigações societárias até então vinculado.

Nas sociedades por prazo indeterminado, em sendo omissa o contrato social ou acordo de quotistas, considerar-se-á rompido o vínculo societário na data de recebimento, pelo último dos demais sócios, da notificação que registra o exercício do referido direito, embora seus efeitos somente se operem 60 dias após, prazo este oportuno para eventuais deliberações sobre a continuidade da entidade ou substituição do retirante.

Em resolvendo o sócio retirante questionar judicialmente o valor de eventuais haveres recebidos, nada deve mudar em relação à data-base para cálculo da conta a ser revisada, caso não haja prazo diverso previamente ajustado sobre a matéria.

O Código de Processo Civil de 2015, no seu artigo 605<sup>41</sup>, diverge sobre a data-base utilizada para apuração dos haveres devidos, considerando, nos recessos imotivados, o sexagésimo dia após o recebimento pela sociedade da notificação de exercício do direito, e nos recessos judiciais por justa causa, o trânsito em julgado da decisão que reconhece o direito pretendido.

Referidas previsões, data máxima vênua, fogem ao racional de extinção do vínculo societário entre as partes, eis que a utilização da data-base de 60 dias após o recebimento da manifestação de vontade, no caso de sociedades por prazo indeterminado, ou do trânsito em julgado de decisão judicial constitutiva, no caso de sociedades por prazo determinado, pode motivar comportamento oportunístico dos integrantes remanescentes, no sentido de desvalorizar o patrimônio social para redução de eventual crédito a ser recebido pelo sócio retirante, o que não condiz com a segurança jurídica necessária para regular as situações narradas.

Assim esclarecem Ricardo Alexandre da Silva e Eduardo Lamy<sup>42</sup>:

Da mesma forma, nos casos de saída do sócio por ato de vontade – o direito de retirada ou recesso, cujo significado e estruturação foram explicados nos comentários ao art. 600, IV – a data de saída será regulamentada pelo direito material, não pelo direito processual. O CC prevê expressamente as circunstâncias e

<sup>41</sup>Art. 605. A data da resolução da sociedade será:

I - no caso de falecimento do sócio, a do óbito;

II - na retirada imotivada, o sexagésimo dia seguinte ao do recebimento, pela sociedade, da notificação do sócio retirante;

III - no recesso, o dia do recebimento, pela sociedade, da notificação do sócio dissidente;

IV - na retirada por justa causa de sociedade por prazo determinado e na exclusão judicial de sócio, a do trânsito em julgado da decisão que dissolver a sociedade; e

V - na exclusão extrajudicial, a data da assembleia ou da reunião de sócios que a tiver deliberado.

<sup>42</sup>SILVA, Ricardo Alexandre da; LAMY, Eduardo. **Comentários ao Código de Processo Civil. Artigos 539 ao 673**. In: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel (coord.). Coleção comentários ao Código de Processo Civil; v. IX. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2016. p. 470.

o momento em que se operacionaliza a saída do sócio na espécie, e os incs. II, III e IV do art. 605 repetem a previsão daqueles dispositivos.

Finalmente, cabe reiterar, por tudo o quanto acima exposto, a importância de se prever contratualmente, via pacto social ou acordo de quotistas, a forma de exercício do direito aqui discutido, bem como o método de cálculo de apuração de haveres e eventual prazo de pagamento, para que se evitem conflitos ou prolongadas discussões judiciais sobre a matéria, o que somente causa desgastes econômicos e pessoais aos envolvidos.

### 3.3 EXCLUSÃO DE SÓCIO

A decisão social de excluir um sócio que tenha influência significativa na manutenção da saúde financeira da entidade uniprofissional deve ser bem pensada e refletida pelos demais integrantes. Já na sociedade em que a pessoalidade do sócio faltoso não interfira no seu posicionamento perante o mercado, a deliberação social se torna mais racional e simples de ser tomada.

Mais uma vez o Código Civil, em seu artigo 1.030, prevê outra causa de dissolução parcial de sociedade uniprofissional, ao regular a possibilidade de exclusão de sócio com extinção do vínculo societário e necessidade de apuração de haveres para pagamento de eventual crédito ao integrante desligado da entidade.

Ao contrário do direito de retirada imotivada, a exclusão de sócio inverte a lógica decisória da extinção do vínculo contratual, sendo naquela originada pelo próprio integrante, e nesta pela sociedade, à sua conveniência e sem o consentimento do excluído.

Assim explica Henrique Cunha Barbosa<sup>43</sup>:

Finalmente, a Exclusão de Sócio tem lugar para extirpar da sociedade o elemento que venha a descumprir com seu dever basilar de conferimento ou, ainda, cometa atos de gravidade tal que ponham em risco real a continuidade da empresa. Detectada a prática de atos dessa natureza, resta configurada a infração ao dever de colaboração por parte do sócio faltoso, caracterizando a imprescindível justa causa para sua despedida (expulsão) compulsória.

Com exceção do processo decisório sobre a extinção do vínculo, conforme acima destacado, a lógica da exclusão judicial de sócio segue o mesmo padrão procedimental das demais formas de dissolução parcial societária, sendo considerado a data base para apuração de eventuais créditos a serem recebidos pelo ex-integrante, aquela do trânsito em julgado da

---

<sup>43</sup> BARBOSA, Henrique Cunha. **Dissolução Parcial, Recesso e Exclusão de Sócios: Diálogos e Dissensos na Jurisprudência do STJ e nos Projetos de CPC e Código Comercial**. In: AZEVEDO, Luís André N. de Moura; CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de (coord.). Sociedade Limitada Contemporânea. São Paulo. Quartier Latin, 2013. p. 357.

decisão constitutiva que ratifica a deliberação social realizada, quando necessário for a utilização do poder judiciário.

Ressalte-se que a exclusão somente pode ocorrer quando motivada por uma justa causa, ou seja, pelo advento de uma falta grave no cumprimento de suas obrigações sociais, ou pela ocorrência de fatos que não mais possibilitem a permanência do sócio naquela entidade, a exemplo da incapacidade superveniente, falência ou liquidação da sua quota para remição de dívidas pessoais com terceiros.

Resta esclarecer que a deliberação sobre a exclusão de sócio em sociedades uniprofissionais é baseada na conveniência da medida e não na sua obrigação de assim proceder. A entidade pode julgar oportuno manter um sócio que tenha cometido falta grave no exercício de suas atribuições, diante da sua expertise ou importância para gestão da clientela atendida.

A qualificação de fatos que justifiquem a ocorrência de justa causa pode advir de previsão legal ou contratual, levando em consideração que cada atividade econômica tem suas peculiaridades, e, em sociedades de pessoas, os sócios têm a prerrogativa de acordarem sobre comportamentos e valores morais a serem preservados durante a vida útil da entidade.

Importa destacar que a perda de habilitação profissional também pode configurar justa causa para a exclusão de sócio, eis que o registro da qualificação técnica dos integrantes é, muitas vezes, condição legal para exercício da profissão, bem como para manutenção do tipo societário e seus benefícios econômicos, a exemplo das bancas de advogados, sociedades de contadores e organizações de agentes autônomos dedicados à consultoria em investimentos.

Para aquele sócio que integralizou serviços como investimento na sociedade, a perda da qualificação profissional ocasiona a impossibilidade de continuar contribuindo para o desenvolvimento da entidade, não restando alternativa senão a extinção do vínculo social.

Igualmente pode acontecer com o sócio que não integralizou o capital subscrito, eis que este se torna inadimplente com a contribuição que se comprometeu a fazer para desenvolvimento da entidade, justificando a sua compulsória saída do quadro de integrantes da mesma, com redução ou não do capital social, nos termos do parágrafo único do artigo 1.004<sup>44</sup> do Código Civil.

---

<sup>44</sup>Art. 1.004. Os sócios são obrigados, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social, e aquele que deixar de fazê-lo, nos trinta dias seguintes ao da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo dano emergente da mora.

Parágrafo único. Verificada a mora, poderá a maioria dos demais sócios preferir, à indenização, a exclusão do sócio remisso, ou reduzir-lhe a quota ao montante já realizado, aplicando-se, em ambos os casos, o disposto no § 1º do art. 1.031.

Cabe esclarecer que, para o sócio falido ou que teve o seu quinhão social liquidado para pagamento de credores pessoais, não há necessidade de apuração de haveres, eis que seu eventual crédito já foi avaliado e destinado para remição de dívidas com terceiros, nos termos do parágrafo único do artigo 1.026<sup>45</sup> do Código Civil.

Nestes casos específicos, dispensa-se a utilização da via judicial para formalizar a extinção do vínculo societário com o ex-integrante, eis que a perda compulsória do seu status e quinhão social não se dá por deliberação da sociedade, mas por procedimento judicial que antecede a liquidação.

Ainda sobre a hipótese acima destacada, após procedida a liquidação do quinhão, devem os sócios remanescentes averbarem perante o cartório de registro competente a devida alteração contratual, para publicização da extinção do vínculo societário com o ex-integrante e produção de efeitos em relação a terceiros.

Nas demais hipóteses de exclusão de sócio fundamentada em justa causa, a utilização da via judicial é essencial. Nesse sentido, embora haja liberdade para previsão contratual de hipóteses de configuração de falta grave como motivos de extinção do vínculo, é essencial que haja razoabilidade nas escolhas das referidas condutas, eis que o Juiz do processo também haverá de ser convencido sobre a gravidade do comportamento ali destacado.

Assim, é necessário que a conduta que fundamenta a deliberação tenha efeito direto contra a sociedade, a exemplo de concorrência desleal, fraude na administração ou subtração de patrimônio social sem autorização, e possa ser devidamente comprovada.

Hipóteses estas que dispensam previsão em pacto social ou parassocial, diante da gravidade intrínseca à sua ocorrência e à amplitude legal do próprio conceito de falta grave utilizado pelo legislador.

Assim ratifica o Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças<sup>46</sup>:

A maioria dos demais sócios poderá excluir judicialmente sócio por falta grave no cumprimento de suas obrigações ou por incapacidade superveniente. Nosso Código, ao prever a possibilidade de exclusão judicial de sócio que praticar falta grave no cumprimento de suas obrigações, institui mais um conceito legal indeterminado, conferindo ao juiz a competência para estabelecer quais faltas serão consideradas graves para autorizar a exclusão judicial daquele.

---

<sup>45</sup> Art. 1.026. O credor particular de sócio pode, na insuficiência de outros bens do devedor, fazer recair a execução sobre o que a este couber nos lucros da sociedade, ou na parte que lhe tocar em liquidação. Parágrafo único. Se a sociedade não estiver dissolvida, pode o credor requerer a liquidação da quota do devedor, cujo valor, apurado na forma do art. 1.031, será depositado em dinheiro, no juízo da execução, até noventa dias após aquela liquidação.

<sup>46</sup> CALÇAS, Manoel de Queiroz Pereira. **Sociedade Simples**. In: FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis; PROENÇA, José Marcelo Martins (coord.). Tipos Societários. São Paulo. Saraiva, 2014. p. 146.

Caso não haja previsão contratual sobre o procedimento a ser adotado, a deliberação social que avalia a aprovação da medida deve ser tomada por maioria do capital social, nos termos do artigo 1.010<sup>47</sup> do Código Civil, e em reunião preferencialmente pautada para esta finalidade, a ser realizada por qualquer meio em direito admitido.

Referido encontro físico ou virtual dispensa a convocação e presença do sócio a ser excluído, que pode participar, mas não vota no conclave e ainda tem o seu quinhão desconsiderado para fins de quórum na aprovação da matéria, independentemente de ser majoritário ou minoritário.

Assim ocorre porque o sócio excluído terá a oportunidade de discutir a decisão tomada durante o processo judicial necessário à sua consolidação, sem prejuízo de outras medidas destinadas à suspensão da deliberação social, não havendo, portanto, qualquer supressão do seu direito constitucional de ampla defesa e contraditório.

Caso haja empate na deliberação por maioria de participação no capital social, utiliza-se o critério de quantidade de sócios por cabeça para elucidação da matéria pautada. Em persistindo o empate, somente a via judicial poderá ser utilizada para prosseguimento da deliberação e consolidação da extinção do vínculo.

É possível que os sócios, via contrato social ou acordo de quotistas, optem por utilização do procedimento arbitral para elucidação de controvérsias do tipo, o que pode ser mais rápido, eficiente e confidencial, preservando o valor econômico e reputacional da sociedade, além de evitar o desgaste provocado pelo longo decurso de tempo necessário para obter uma solução judicial.

Finalmente, cabe mencionar que, nos termos do artigo 600<sup>48</sup>, inciso V do Código de Processo Civil, a legitimidade ativa para a propositura da ação judicial de reconhecimento e

---

<sup>47</sup> Art. 1.010. Quando, por lei ou pelo contrato social, competir aos sócios decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor das quotas de cada um.

§ 1º Para formação da maioria absoluta são necessários votos correspondentes a mais de metade do capital.

§ 2º Prevalece a decisão sufragada por maior número de sócios no caso de empate, e, se este persistir, decidirá o juiz.

§ 3º Responde por perdas e danos o sócio que, tendo em alguma operação interesse contrário ao da sociedade, participar da deliberação que a aprove graças a seu voto.

<sup>48</sup> Art. 600. A ação pode ser proposta:

I - pelo espólio do sócio falecido, quando a totalidade dos sucessores não ingressar na sociedade;

II - pelos sucessores, após concluída a partilha do sócio falecido;

III - pela sociedade, se os sócios sobreviventes não admitirem o ingresso do espólio ou dos sucessores do falecido na sociedade, quando esse direito decorrer do contrato social;

IV - pelo sócio que exerceu o direito de retirada ou recesso, se não tiver sido providenciada, pelos demais sócios, a alteração contratual consensual formalizando o desligamento, depois de transcorridos 10 (dez) dias do exercício do direito;

V - pela sociedade, nos casos em que a lei não autoriza a exclusão extrajudicial; ou

VI - pelo sócio excluído.

ratificação da deliberação tomada é da própria sociedade, que decide por maioria dos demais integrantes, mas contra ela é que é exercido o direito de apurar haveres.

Outrossim, cabem aos sócios remanescentes, inclusive aos minoritários, a legitimação extraordinária para propositura da ação, caso a administração social assim não o faça em tempo hábil ou por receio de represálias dos controladores.

Assim explicam Marcelo Guedes Nunes e Rodrigo Mendes de Araújo<sup>49</sup>:

A outorga de legitimidade ativa à sociedade, contudo, não impede a exclusão judicial do sócio majoritário, pois o texto do artigo 1.030 do CC dispõe que o “sócio pode ser excluído judicialmente, mediante *iniciativa* da maioria dos demais sócios”. Ao fazer referência à iniciativa da maioria dos demais sócios, entendemos que o artigo 1.030 do CC conferiu uma autorização especial a esta minoria qualificada para *representar* a sociedade em ação de exclusão contra o sócio majoritário.

Desta forma, inobstante não existir um prazo estipulado em lei para tanto, deve haver ponderação e razoabilidade quanto à medida a ser tomada, eis que exige antecipação por parte dos legitimados extraordinários, dos custos necessários à defesa dos interesses sociais, tais como custas judiciais, honorários de advogados e periciais contábeis, que devem ser reembolsados pela sociedade, tão logo seja possível.

Mais uma vez ratifica-se a conveniência de previsão em contrato social ou acordo de quotistas, das causas, regras e procedimentos para consolidação do instituto aqui destacado, tais como os critérios de apuração de haveres e forma de pagamento, utilizando-se a via judicial ou arbitral somente para consolidação das convenções anteriormente firmadas.

Na ausência de referidas previsões, os critérios utilizados para quantificação dos haveres a serem recebidos pelo ex-integrante serão aqueles discutidos no próximo capítulo, e variará a depender da dissolução parcial se dar de forma consensual ou contenciosa, bem como do nível de influência da personalidade do sócio na saúde econômica da entidade.

## 4. APURAÇÃO DE HAVERES

### 4.1 DO CRITÉRIO DO ARTIGO 1.031 DO CÓDIGO CIVIL

Nas apurações de haveres das sociedades uniprofissionais em que os ativos intangíveis pertençam aos sócios integrantes, o critério de valor patrimonial de mercado, previsto no

---

Parágrafo único. O cônjuge ou companheiro do sócio cujo casamento, união estável ou convivência terminou poderá requerer a apuração de seus haveres na sociedade, que serão pagos à conta da quota social titulada por este sócio.

<sup>49</sup> NUNES, Marcelo Guedes; ARAÚJO, Rodrigo Mendes de. **A Exclusão de Sócio na Limitada e o Projeto de Código de Processo Civil**. In: AZEVEDO, Luís André N. de Moura; CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de (coord.). Sociedade Limitada Contemporânea. São Paulo. Quartier Latin, 2013. p. 621.



artigo 1.031 do Código Civil, deve ser utilizado apenas para mensuração econômica dos elementos tangíveis imobilizados, individualmente considerados, a preço médio de reposição.

Já nas dissoluções parciais de sociedades uniprofissionais em que haja o reconhecimento de fundo de comércio social, por conta da independência econômica em relação à expertise dos sócios integrantes, o valor patrimonial de mercado do conjunto de ativos tangíveis e intangíveis poderá ser mensurado pelo método de fluxo de caixa descontado, eis que consiste em uma metodologia apropriada para a avaliação dinâmica do potencial de geração de caixa da referida universalidade, compatível com o paradigma legalmente exigido pelo artigo 1.031 do Código Civil.

O artigo 1.031 do Código civil dispõe que a avaliação da quota do sócio, nos casos de resolução em relação à sociedade, salvo disposição contratual em sentido contrário, deverá ser realizada com base na sua situação patrimonial, à data da saída e em balanço especialmente levantado, além de paga em dinheiro no prazo de 90 dias.

Conforme já registrado, com a ocorrência de fatos que configurem motivos para a dissolução parcial de sociedades de profissionais intelectuais, e, após deliberação neste sentido, inicia-se o processo de liquidação do quinhão pertencente ao ex-integrante, chamado de apuração de haveres, daí extinguindo-se o vínculo societário.

Cabe esclarecer que o herdeiro do sócio morto, bem como o ex-integrante retirante ou excluído, será mero detentor do direito de exigir a apuração de haveres do seu quinhão, e somente se constatado a existência de saldo positivo é que será credor de quantia certa a receber da entidade. Se constatado saldo negativo, poderá ainda responder subsidiariamente pelas dívidas não cobertas pelo patrimônio social acumulado.

Portanto, em havendo saldo positivo a ser pago ao ex-integrante, a sociedade deixará de registrar parte dos seus ativos para corresponder a uma obrigação passiva de remição do crédito daquele terceiro, que não mais ostenta a condição de sócio da entidade, mas tem a expectativa de recebimento dos seus haveres na forma mais valorizada possível.

Por outro lado, a sociedade tem o interesse de realizar o pagamento dos haveres do ex-integrante da forma que menos impacte na sua saúde financeira, possibilitando a continuidade da atividade econômica explorada.

Ressalte-se que a contribuição de sócios em sociedades de profissionais intelectuais pode dar-se com dinheiro, bens avaliáveis economicamente ou serviços. Nesse sentido, a liquidação do seu quinhão, em caso de dissolução parcial, pode acontecer com ou sem

redução do capital social, o que não impacta no procedimento de apuração do valor patrimonial da sua participação.

Em havendo contribuição destinada ao capital social, e efetivamente realizada, a apuração de haveres deverá levar em conta o percentual de participação do sócio naquela cifra contábil, para fins de avaliação do seu montante perante o patrimônio acumulado.

No caso de ter havido contribuição em serviços, não há vinculação entre o percentual de participação no capital social e o valor do seu quinhão, mas ao quanto estabelecido contratualmente com o ex-integrante, principalmente em relação aos lucros acumulados e não distribuídos, que deixou de receber.

Nesse sentido, cabe ressaltar a importância de aproveitar-se do momento de constituição ou de bom entrosamento entre os sócios, para pensar nos critérios de apuração de haveres e forma de pagamento, em caso de dissolução parcial.

É natural que as divergências sobre a matéria somente aconteçam após os desentendimentos, dificultando a escolha por uma solução apta a conciliar os interesses do ex-integrante e a preservação da entidade.

A liberdade para escolha das variáveis que serão levadas em consideração na apuração de haveres é uma prerrogativa inerente à autonomia da vontade, que deve ser bem utilizada e explorada nos momentos de melhores entendimentos entre os sócios.

Assim ressaltam Roberta Nioac Prado e Renato Vilela<sup>50</sup>:

Como antes do problema se apresentar não é possível saber qual sócio, o(s) retirante(s) ou o(s) remanescente(s), estará em posição economicamente vantajosa em relação aos demais, é importante que em momentos de paz, valendo-se da boa fé, se negocie e se estabeleça um procedimento prévio, mais facilmente exequível na prática, que dê conta do problema e torne mais isonômica e segura a relação entre os sócios.

É possível, inclusive, o estabelecimento de critérios diferentes para cada hipótese de dissolução parcial, com a inserção de distintas variáveis nas contas a serem elaboradas e registradas em laudo próprio, a depender do motivo ensejador da extinção do vínculo e das características econômicas da sociedade.

Na ausência de referida previsão contratual, o artigo 1.031 do Código Civil propõe a utilização da situação patrimonial da entidade para que possa ser oferecido ao espólio do sócio morto, bem como ao retirante ou excluído, o recebimento em dinheiro do valor do seu quinhão social, avaliado em demonstração especialmente levantada e denominada de balanço de determinação.

---

<sup>50</sup> PRADO, op. cit., p. 702.

Sobre a elaboração do referido balanço contábil em sociedade de pessoas, leciona Hernani Estrela<sup>51</sup>:

A bem dizer, nas sociedades de pessoas não há, a rigor, nítida separação entre propriedade e direção, como ocorre nas sociedades de capital, em que, ao revés, a direção pode e normalmente é confiada a estranhos. Em vista de tudo isso, os associados estão em relações íntimas e contínuas como se fôra uma só família, em que tudo que respeita ao fim comum. Daqui vem que o balanço é, em maior ou menor medida, obra de todos os sócios. Traduz ou sintetiza o complexo de operações realizadas, sob as vistas, contrôle e conselho de todos êles. Muito embora a feitura técnico-contábil do balanço seja, de ordinário, confiada a um estranho (preposto, guarda-livros, ou contador legalmente habilitado), nem por isto é menos certa a *autoria* que, conforme o exato conceito jurídico dos tratadistas já citados (80), não é de quem forma materialmente o documento, mas daquele por conta de quem se forma. Esta é, precisamente, a posição dos sócios, em relação à autoria do balanço, a teor do disposto nos arts. 10, 12, 23 e 77 do Cód. Comercial. Aliás, a norma que se desume destes textos condiz perfeitamente com o sentido que, em linha de doutrina, se empresta ao balanço havido, conceitualmente, como “obra comum de todos os sócios”.

Uma leitura superficial do artigo 1.031 do Código Civil, sem avaliação de externalidades jurídicas e econômicas práticas, pode levar à interpretação de que o diploma legal elegeu o critério de registro patrimonial contábil para elaboração das contas destinadas à apuração dos haveres.

O maior problema deste critério está no fato de a escrituração contábil geralmente registrar como valor dos ativos e passivos sociais, o seu preço de custo histórico, ou seja, o preço incorrido pela sociedade na aquisição dos bens, direitos e obrigações ali contidos.

Há que se ressaltar a importância da manutenção de uma escrituração contábil idônea, regular e atualizada, eis que constitui um dos instrumentos mais importantes na tomada de decisões corporativas e de avaliação do patrimônio social.

Entretanto, as sociedades uniprofissionais não costumam registrar a existência de grandes investimentos em ativo sociais, eis que a sua maior riqueza está nos contratos celebrados com a clientela, muitas vezes fruto da expertise e *know how* pessoal de cada sócio integrante da entidade, que justifica o seu *goodwill*, conforme ratifica Christof Binder<sup>52</sup>.

Desta forma, não se deve levar em consideração, na interpretação do critério trazido pelo referido preceito legal, que em relação ao patrimônio social acumulado somente haja

<sup>51</sup> ESTRELA, Hernani. **Apuração dos Haveres de Sócio**. Rio de Janeiro. Editor José Confino, 1960. p. 169.

<sup>52</sup> As empresas de contabilidade são adquiridas principalmente pelo valor de seus clientes existentes; o relacionamento com o cliente representa, em média, 38% do valor da empresa. O valor do cliente é influenciado pela estabilidade das relações com os clientes (negócios repetidos, como advogados e auditores de PI, ou negócios de projetos, como litígios ou consultoria de finanças corporativas), margem excessiva (maior em projetos, menor em repetição de negócios em andamento) e independência nas relações com os clientes de indivíduos-chave. Sobre a amostra total, o ativo do cliente tem uma vida útil relativamente curta de 10 anos. Eventualmente, o valor do cliente deve ser garantido por meio de ESOPs (planos de participação acionária não-competitivos ou de funcionários) para impedir que indivíduos importantes deixem e aceitem clientes. Tradução nossa.

uma reprodução dos valores históricos registrados nas demonstrações ordinárias da entidade, eis que assim o fazendo desvalorizar-se-ia o investimento realizado pelo ex-integrante, promovendo um enriquecimento sem causa da sociedade.

A situação patrimonial a que se refere o artigo 1.031 do Código Civil deverá ser aquela em que se atualizem os bens e direitos registrados em demonstração contábil regular, a preço médio de mercado dos elementos ali constantes, com a utilização de peritos avaliadores, para que se evite a diluição injustificada do patrimônio representativo do quinhão de participação do ex-sócio na entidade, conforme previsto pelo Enunciado 487 da V Jornada de Direito Civil<sup>53</sup>.

Assim destacam Marcelo Fernandez Trindade e Thiago Saddi Tannous<sup>54</sup>:

Portanto, o balanço do art. 1.031 do Código Civil deve considerar todos os itens do ativo e do passivo, e quaisquer bens e direitos, inclusive intangíveis identificáveis, pelo seu valor de mercado, e é nisso que esse balanço difere dos balanços rotineiros.

Ainda nesse sentido, em sociedades qualificadas por forte influência da personalidade dos sócios, com impossibilidade de reconhecimento de ativos intangíveis em um eventual fundo de comércio, a utilização de critérios meramente contábeis acabaria por subavaliar os haveres devidos.

Inobstante, a sociedade também estaria diante de um considerável problema, eis que caberia ao ex-sócio levar consigo toda a clientela captada, representando a perda do principal ativo por ela administrado, que é o potencial de geração de caixa, ainda mais se aquele integrante possuía tamanha importância na manutenção do portfólio de clientes da entidade.

Por outro lado, caso a sociedade possua independência econômica e comercial em relação ao ex-integrante, é inevitável reconhecer-se a existência de um fundo de comércio social composto por clientela e propriedade intelectual, o que naturalmente dificulta ao sócio em levar consigo os contratos celebrados enquanto participante da entidade.

Neste último caso, em apuração de haveres de referidas sociedades uniprofissionais, caberá à entidade, desde que previamente acordado e em balanço econômico especialmente levantado, realizar a mensuração financeira dos bens, direitos e obrigações sociais, incluindo os intangíveis, tais como marca e clientela, e deliberar, alternativamente ao pagamento do eventual crédito em dinheiro, sobre a possibilidade de o ex-integrante levar consigo parte dos contratos celebrados.

---

<sup>53</sup> 487 - Na apuração de haveres de sócio retirante (art. 1.031 do CC), devem ser afastados os efeitos da diluição injustificada e ilícita da participação deste na sociedade.

<sup>54</sup> TRINDADE, Marcelo Fernandez; TANNOUS, Thiago Saddi. **O art. 1.031 do Código Civil e a sua interpretação**. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. Processo Societário II. São Paulo. Quartier Latin, 2015. p. 501.

Recomenda-se, na situação acima narrada, a avaliação dos ativos intangíveis representados pela clientela, com base no método de fluxo de caixa descontado, para que se possa ter uma visão mais objetiva do seu valor presente líquido no contexto econômico daquela transação.

A utilização do referido método é recomendada, eis que a predominância de ativos intangíveis desafia a mensuração dinâmica dos elementos economicamente considerados, utilizando-se paradigmas de geração de caixa para alocação a preço de mercado do seu potencial financeiro.

Melhor dizendo, uma forma apropriada de avaliar a universalidade composta de ativos tangíveis e intangíveis, que somente juntos são capazes de gerar entradas de caixa para uma sociedade, é através do seu valor presente líquido, eis que outro método estático de comparação dos elementos individualmente considerados, com paradigmas de mercado, não seria capaz de mensurar de forma tão precisa aquele potencial existente no conjunto de bens economicamente reunidos.

Desta forma, em sociedades uniprofissionais com autonomia econômica em relação à personalidade dos sócios integrantes, o valor patrimonial de mercado do quinhão social avaliado, conforme previsto pelo artigo 1.031 do Código Civil, poderá ser mensurado pelo método do fluxo de caixa descontado, não apresentando qualquer incompatibilidade ou limitação técnica com o quanto disposto legalmente.

Assim esclarecem Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França e Marcelo Vieira von Adamek<sup>55</sup>:

[...]Além disso, se a avaliação de bens tangíveis já é de per si matéria repleta de sutilezas técnicas, a de intangíveis é, então, das mais controvertidas e, sobretudo quando realizada de forma isolada, é missão das mais delicadas e suscetíveis de imensas variações, não sendo por outra razão que, na praxe do foro e da própria ciência de avaliação de empresas, o critério de fluxo de caixa descontado vinha sendo o mais utilizado para empresa em andamento com perspectiva de continuidade das suas atividades: o fluxo de caixa avalia indiretamente todos os ativos, inclusive os intangíveis, desde que sejam operacionais (e, se não o forem, devem apenas estes serem tratados pelo avaliador) justamente na medida em que os ativos operacionais influem ou repercutem na capacidade que a empresa tem de gerar fluxos de caixa positivos.[...]

Assim, caso não seja oportuno, ou a sociedade não tenha condições de arcar com o pagamento em dinheiro de eventual saldo positivo do método de avaliação dos ativos sociais acima destacado, pode possibilitar ao ex-integrante que leve consigo parte da clientela social

---

<sup>55</sup> FRANÇA, op. cit., p. 71.

captada, para que performando o seu potencial de geração de caixa, proporcione a preservação da entidade, bem como das atividades intelectuais do ex-integrante.

Entretanto, para que tal equilíbrio conciliatório de interesses ocorra, essencial se faz a estipulação prévia em contrato social ou pacto parassocial, dos critérios de apuração de haveres e forma de pagamento, possibilitando que eventual dissolução parcial societária preserve os interesses recíprocos.

Destaque-se que a previsão contratual que aqui se defende não pode criar critérios excessivamente onerosos para somente uma das partes, devendo as condições ali pactuadas estabelecerem premissas equitativas para todos os envolvidos, de forma a desestimular o comportamento oportunístico e evitar desgastantes discussões judiciais sobre a legalidade da convenção.

#### 4.2 DO CRITÉRIO DO ARTIGO 606 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Independentemente do nível de influência da personalidade dos sócios na sociedade uniprofissional, a elaboração de convenção contratual que previamente defina os critérios de apuração de haveres nos casos de dissolução parcial, é a melhor maneira de preservar a saúde financeira e econômica das partes. A utilização de um conceito tão aberto, como o critério trazido pelo artigo 606 do Código de Processo Civil, torna ainda mais complexa e de difícil solução uma eventual discussão judicial sobre o tema.

A matéria é tratada no capítulo intitulado de *ação de dissolução parcial de sociedade*, constante dos artigos 600 e seguintes do Código de Processo Civil, onde se regula, na verdade, a liquidação de quotas decorrente da extinção de vínculo societário com o sócio morto, retirante ou excluído, nas causas determinadas pelo Código Civil.

Ressalte-se que, de acordo com o artigo 1.035 do Código Civil, nada impede o sócio de entidade uniprofissional em discutir judicialmente a causa dissolutiva do vínculo com a sociedade em que participa, nos casos não previstos no diploma material.

Na ação de dissolução parcial regulada pela legislação processual e fundamentada nas causas previstas dos artigos 1.028 e 1.029 do Código Civil, a utilização da via contenciosa se limitará a analisar apenas o procedimento de liquidação do respectivo quinhão societário e sua forma de pagamento.

Especialmente no seu artigo 606<sup>56</sup>, o Código de Processo Civil prevê que o Juiz definirá como critério de apuração de haveres, caso não haja outro estabelecido contratualmente, o valor patrimonial da quota, apurado em balanço de determinação, levando em consideração o “preço de saída” de ativos tangíveis e intangíveis, bem como do passivo de igual forma.

Ainda na ausência de convenção previamente estabelecida, o valor apurado deve ser pago em dinheiro, à luz do artigo 1.031 do Código Civil, conforme reiterado no artigo 609<sup>57</sup> do diploma processual.

O ponto de partida da análise do método de avaliação trazido pela legislação processual é o mesmo utilizado pelo Código Civil em seu artigo 1.031, qual seja, o da situação patrimonial da quota, apurado em balanço de determinação, onde se entende que devem ser atualizados os valores de registro dos elementos contábeis para os mais próximos possíveis dos de mercado.

Entretanto, pecou o referido diploma ao eleger o “preço de saída” dos elementos constantes do balanço patrimonial da sociedade, para liquidação do quinhão social de ex-integrante, eis que referido critério não possui um racional de objetividade que permita estabelecer um valor justo do direito perseguido.

A escolha por um conceito tão aberto não é a mais propícia para um momento de divergência processual em que, no âmbito conciliatório, as partes não conseguiram chegar a um consenso sobre o eventual valor a ser pago.

Assim complementam Alexandre Ferreira de Assumpção Alves e Allan Nascimento Turano<sup>58</sup>:

Por isso, entende-se que a atuação do Judiciário nesse contexto deve levar em consideração as especificidades do caso concreto, para que eventual imposição quanto ao critério de apuração e pagamento dos haveres, em flagrante dissonância com o disposto no *caput* do art. 1.031 do Código Civil que indica a prevalência no disposto no contrato social, se dê de forma responsável. Necessário é que se tutelem os interesses do sócio ao qual a sociedade se resolve, conjugando-os com o dos remanescentes, bem como com os de toda a coletividade.

<sup>56</sup> Art. 606. Em caso de omissão do contrato social, o juiz definirá, como critério de apuração de haveres, o valor patrimonial apurado em balanço de determinação, tomando-se por referência a data da resolução e avaliando-se bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, além do passivo também a ser apurado de igual forma.

Parágrafo único. Em todos os casos em que seja necessária a realização de perícia, a nomeação do perito recairá preferencialmente sobre especialista em avaliação de sociedades.

<sup>57</sup> Art. 609. Uma vez apurados, os haveres do sócio retirante serão pagos conforme disciplinar o contrato social e, no silêncio deste, nos termos do [§ 2º do art. 1.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 \(Código Civil\)](#).

<sup>58</sup> ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção; TURANO, Allan Nascimento. **Resolução da Sociedade Limitada em Relação a um Sócio e a Ação de Dissolução Parcial**. Curitiba. Juruá, 2016. p. 92.

Mesmo em contexto amigável, recomenda-se a previsão em contrato social ou acordo de quotistas, num momento de bom entrosamento entre as partes, da escolha do critério objetivo a ser aplicado, visando justamente evitar discussões sobre possibilidades tão amplas de apuração dos haveres devidos.

Nem a contratação de peritos, conforme autoriza a norma processual, tem a capacidade de tornar precisa a quantificação dos elementos registrados contabilmente, eis que a opção por um conceito tão aberto pode levar a valores diferentes em tempos e pontos de vista distintos.

O método de “preço de saída” pode ser mais facilmente aplicável em sociedades do tipo comercial empresária, que possua parte considerável dos seus bens e direitos qualificados como ativos circulantes e mobilizados a serem negociados num específico nicho de mercado, com um volume de transações que minimizem as dúvidas sobre sua liquidação financeira.

O “preço de saída” de bens, direitos e obrigações sociais depende de estratégias de negociação que oscilam de acordo com as variáveis econômicas do mercado em que as partes estão envolvidas, e pode apresentar distorções acentuadas pela subjetividade do momento avaliado.

Nas sociedades de profissionais intelectuais com forte influência da pessoalidade dos sócios, os intangíveis representados pela clientela pertencem aos próprios integrantes, e não à entidade, podendo até haver convenção que regule a sua inserção no cálculo de haveres, em caso de dissolução parcial, mas inexistente nexo legal para a inclusão de referidos elementos numa avaliação processual mercadológica da organização, inclusive porque dependente da própria fidúcia na expertise do elemento humano para ser performado economicamente.

Assim ratificam Eduardo Bastos de Barros e Marcia Carla Pereira Ribeiro<sup>59</sup>:

Ora, presente essas circunstâncias, ou seja, quando a pessoa do sócio, por seu talento, habilidades ou outros atributos pessoais, tem íntima e decisiva ligação com os resultados da sociedade, parece lícito sustentar que não é cabível a inclusão de valores a título de aviamento na apuração de haveres.

Neste sentido, numa sociedade com forte influência da pessoalidade e expertise dos sócios para manutenção da sua saúde econômica, o patrimônio social tangível não possui condições de ser avaliado por um interesse momentâneo da sua alienação, mas senão por parâmetros estáticos de reposição a preços médios de mercado, ou outros critérios objetivos previamente estabelecidos.

---

<sup>59</sup> BARROS, Eduardo Bastos de; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Apontamentos sobre a inclusão do aviamento no cálculo da apuração de haveres**. Revista de Direito Empresarial - RDemp; n. 3 (set./dez. 2013). Belo Horizonte. Fórum, 2013. p. 86-87.



Outrossim, ressalte-se que as sociedades do tipo aqui destacado não fazem grandes investimentos em ativos de elevado valor econômico de mercado, com exceção de eventuais imóveis utilizados na prestação dos serviços, mas tão somente naqueles destinados à execução das rotinas intelectuais.

Dentre os referidos ativos imobilizados, muitos bens e direitos não são tão facilmente negociáveis no mercado, diante do custo de oportunidade negativo em alienar um elemento já desgastado e obsoleto, a exemplo de computadores, móveis de escritório ou livros, o que dificulta a sua mensuração com base em um “preço de saída”.

No caso de sociedades uniprofissionais que não dependam da pessoalidade dos sócios para manutenção da sua saúde financeira, a utilização do “preço de saída” como critério de liquidação também se torna uma tarefa complexa, eis que a avaliação dos elementos do fundo de comércio, a exemplo da clientela e propriedades intelectuais, levaria em conta a performance do ativo para a sua quantificação, mensurável por diferentes formas, como fluxo de caixa descontado ou múltiplos de rentabilidade, dentre outros, a depender do contexto de negociação.

Mesmo nas sociedades empresárias é controversa a avaliação de certos elementos constantes do fundo de comércio para o cálculo de haveres em dissoluções parciais. Assim acontece porque a própria dinamicidade da sua natureza é responsável pela mensuração econômica do *goodwill*, num contexto em que, após liquidação, põe-se em risco a existência da entidade, pela redução da sua capacidade de gerar caixa.

Complementa Marcio Tadeu Guimarães Nunes<sup>60</sup>, que:

Independente de maiores discussões sobre o assunto, é ponto controverso a existência de fundo de comércio a ser levado em consideração por ocasião da dissolução parcial destas peculiares formas associativas, o que remarca (e até recomenda) a possibilidade de disciplinamento da questão em sede contratual e, por extensão, a validade dessa espécie de convenção.

Portanto, até nas sociedades uniprofissionais em que haja um afastamento da relação da clientela com o profissional intelectual, dificilmente se consegue aplicar o método subjetivo de “preço de saída” para avaliação do fundo de comércio social, devendo ser priorizado a utilização dos critérios pré-estabelecidos de forma convencionada e baseada em livre autonomia negocial.

Assim leciona Fábio Ulhoa Coelho<sup>61</sup>:

---

<sup>60</sup> NUNES, Marcio Tadeu Guimarães. **Dissolução Parcial, Exclusão de Sócio e Apuração de Haveres nas Sociedades Limitadas**. São Paulo. Quartier Latin, 2015. p. 205.

<sup>61</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. **A Dissolução de Sociedades no Código de Processo Civil**. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. **Processo Societário III**. São Paulo. Quartier Latin, 2018. p. 153.

Em relação ao critério de apuração de haveres, o juiz deve se ater estritamente ao contido no contrato social. Se o acordado entre os sócios é a avaliação das quotas, no momento da dissolução parcial, por determinado critério, não pode o Poder Judiciário deixar de prestigiar esta vontade, negando eficácia ao encontro de vontades. Mesmo sendo o instrumento omissivo, também não cabe ao juiz definir livremente o critério. Em caso de omissão, o critério é o estabelecido pelo art. 1.031 do Código Civil, reproduzido, com pequena correção de ordem técnica, pelo art. 606 do CPC; vale dizer, o do valor patrimonial real, derivado do BPD.

Caso não haja referida convenção particular, duas hipóteses podem ocorrer diante da apuração de haveres em sociedades do tipo uniprofissional, quais sejam, o sócio sair e levar consigo parte da clientela social, ou um complexo conflito societário para mensuração do quinhão dissolvido, pondo em risco a própria saúde financeira das partes. No último caso, dificilmente haveria equilíbrio econômico na solução judicial arbitrada.

Finalmente, a prevalência de convenção particular para estabelecimento de critérios na apuração de haveres e forma de pagamento é ratificada pela norma processual, pelo que devem os sócios integrantes de sociedades uniprofissionais explorarem a criatividade na construção prévia das melhores condições de dissolução parcial para todos os envolvidos.

Posteriormente, de grande utilidade para melhor entender a importância da prévia estipulação contratual sobre a dissolução parcial de sociedades uniprofissionais, será analisar os posicionamentos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, elucidando os desafios técnicos a serem ultrapassados, caso seja necessária a utilização da esfera contenciosa de solução de eventuais litígios.

#### 4.3 DA JURISPRUDÊNCIA

Os critérios jurisprudenciais utilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e pelo Superior Tribunal de Justiça para apuração de haveres em sociedades uniprofissionais não criam a segurança jurídica necessária em poder contar com a esfera contenciosa judicial para uma adequada solução de conflitos oriundos de dissoluções parciais das referidas entidades.

A prioridade da análise jurídico normativa sobre a inclusão do fundo de comércio na apuração de haveres de sociedades uniprofissionais deve se dar, primeiramente, sobre o tipo societário utilizado para desenvolvimento das atividades econômicas, e, posteriormente, sobre o nível de dependência financeira da entidade em relação à personalidade dos sócios integrantes, como critérios de aplicação da mais adequada regra de liquidação do quinhão social dissolvido.

Para melhor visualização e entendimento dos comentários abaixo tecidos sobre a pesquisa jurisprudencial realizada, cabe explicar brevemente os critérios e indicadores utilizados na procura por decisões que analisaram o tema deste artigo científico.

A busca por decisões judiciais foi limitada àquelas prolatadas no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e no Superior Tribunal de Justiça, entre os anos de 2012 e 2021, focando em trazer à discussão os principais fundamentos utilizados nos acórdãos mais recentemente publicados e em contextos selecionados com base nos conceitos acima definidos.

Importa ainda destacar que as expressões utilizadas como critérios de pesquisa focaram nas palavras-chave “apuração de haveres”, “fundo de comércio”, “sociedade uniprofissional”, “sociedade simples”, sociedade simples limitada”, “sociedade de médicos”, “sociedade de advogados”, “sociedade de engenheiros”, “sociedade de contadores”, “dissolução parcial” e “goodwill”.

A análise destacará primeiramente os fundamentos e indicadores jurisprudenciais utilizados para a prolação de decisões no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e, posteriormente, como a matéria está sendo tratada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, seguindo, portanto, uma ordem hierárquica de apresentação.

Embora seja pequena a quantidade de decisões judiciais encontradas sobre sociedades uniprofissionais, levando em consideração o intervalo de tempo pesquisado, observa-se que não há consenso jurisprudencial sobre os critérios utilizados na apuração de haveres de organizações de profissionais intelectuais, em relação à existência e inclusão do fundo de comércio nas contas realizadas.

O acesso público às discussões sobre a inclusão de eventual fundo de comércio em apuração de haveres das grandes entidades uniprofissionais, a exemplo de bancas de advogados e sociedades de auditoria e consultoria contábil, está impossibilitado pelo segredo de justiça ou ainda pelo sigilo arbitral inerente a esta específica forma de solução de conflitos, o que limitou a pesquisa aqui realizada ao âmbito judicial sem restrição de consulta.

Inobstante, percebe-se no ambiente jurisprudencial brasileiro, uma confusão operada pelos julgadores em relação ao tipo societário escolhido pelos agentes para execução do empreendimento econômico e a atividade efetivamente exercida pela entidade, independentemente da sua estrutura de gestão.

As sociedades de médicos são as que mais se destacam em números de processos levados à esfera judicial, a respeito de controvérsias sobre os critérios de apuração de haveres

utilizados nos casos de dissoluções parciais e a eventual inclusão do fundo de comércio nas contas realizadas.

Verdadeiramente, a falta de uniformidade dos fundamentos apresentados nos casos analisados leva à insegurança jurídica do desenvolvimento de sociedades de profissionais intelectuais sem uma prévia estipulação contratual sobre os critérios de apuração de haveres, frente ao diferente tratamento jurisprudencial dado em semelhantes situações de dissoluções parciais.

A maior parte dos Magistrados signatários das decisões analisadas não apresentaram fundamentos econômicos relevantes à manutenção de uma segurança jurídica e econômica no tratamento dado às entidades uniprofissionais, muitos deles se reservando a ratificarem os laudos contábeis periciais ali produzidos pelos auxiliares experts.

Auxiliares estes que, muitas vezes, conforme relatado nas próprias decisões, elaboraram laudos diversos, levando em consideração os possíveis cenários a serem vislumbrados pelos Magistrados, seja a título de as entidades serem qualificadas como empresárias ou intelectuais, simples ou limitadas, bem como a inclusão ou não de ativos intangíveis nas contas elaboradas.

Os critérios de avaliação dos ativos também são aplicados de diferentes formas, a depender do caso concreto, sendo utilizado predominantemente o critério dinâmico de fluxo de caixa descontado para todos os ativos representados pelo quinhão liquidado, quando da inclusão de eventual intangível ou *goodwill* nas contas, bem como o valor patrimonial de mercado quando da consideração somente dos tangíveis.

As decisões sobre o tema, no contexto de sociedades empresárias, são mais fáceis de serem encontradas, entretanto, também não possuem uma sintonia de entendimentos sobre a inclusão do *goodwill* no cálculo de haveres em dissoluções parciais, exigindo, igualmente, uma análise caso a caso de cada demanda judicializada.

Invariavelmente, as decisões prolatadas mandam observar com prioridade o quanto disposto contratualmente, tutelando a autonomia da vontade, conforme ordenado nos artigos 1.031 do Código Civil e 606 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido, mais uma vez ratifica-se a importância de uma prévia e bem elaborada estipulação contratual sobre o critério de cálculo e forma de pagamento de haveres, em cada hipótese de dissolução parcial de entidades uniprofissionais prevista nos artigos 1.028 a 1.030 do Código Civil.

Referida conduta é a melhor medida a ser tomada preventivamente, para que se evitem longas disputas judiciais, desde que não há possibilidade de realização de uma segura análise do custo de oportunidade em contar com a referida esfera contenciosa de solução de conflitos.

Assim destacou o Desembargador Grava Brasil, em Acórdão prolatado no Agravo de Instrumento de número 2200599-57.2019.8.26.0000<sup>62</sup>, oriundo da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, que ratifica a importância de se observar o quanto disposto contratualmente:

Portanto, nesse tópico, é caso de ajuste da decisão, para que seja expressamente observada a regra contratual, na apuração dos haveres do agravado. Além disso, considerando que a contrato social não prevê o pagamento de pro labore (cf. cláusula sexta, a fls. 11646, de origem), não tem eficácia o capítulo da decisão que estipula que "Também deve ser incluído entre os haveres do réu o valor do prolabore que este tenha direito até a data da resolução parcial da sociedade". É a observação que se faz.

A aplicação do quanto previamente estipulado também restou destacada na Decisão prolatada pelo Desembargador Maurício Pessoa, nos autos da Apelação de número 1073239-55.2016.8.26.0100<sup>63</sup>, oriunda da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando negou a aplicação do critério do fluxo de caixa descontado, para priorizar o método descrito nos contratos sociais de um grupo de Salões de Beleza formatados sob a forma de sociedades limitadas:

Assim, tem-se que o método que melhor reflete a situação patrimonial da(s) sociedade(s) na data da resolução é o balanço especial de determinação a que se refere o art. 1.031 do Código Civil e estipulado nos contratos sociais de ambas as sociedades.

Em geral, nas decisões encontradas destaca-se a impossibilidade de inclusão de fundo de comércio e *goodwill* nas contas realizadas em apurações de haveres de dissoluções parciais de sociedades de advogados, eis que nem se quisessem poderiam ser enquadradas como empresárias, prevalecendo a aplicação do método do valor patrimonial do quinhão dissolvido.

Neste sentido decidiu a 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, quando da prolação de acórdão pelo Desembargador Fortes Barbosa, nos autos da Apelação de número 0256753-43.2007.8.26.0100<sup>64</sup>, quando deferiu o pagamento de haveres com base no simples valor patrimonial contábil, conforme abaixo destacado:

---

<sup>62</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento no 2200599-57.2019.8.26.0000, da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 29 de novembro de 2019.

<sup>63</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 1073239-55.2016.8.26.0100, da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 18 de junho de 2018.

<sup>64</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 0256753-43.2007.8.26.0100, da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 12 de setembro de 2013.

O valor estabelecido na sentença recorrida decorreu de apuração contábil, realizada por perito oficial nomeado e, na fundamentação foi reproduzida grande parcela de voto proferido pelo Desembargador Ênio Zuliani quando do julgamento da Apelação 600.040-4/1-00 (TJSP, 4ª Câm. D. Priv., j. 29.10.2009), reconhecida, frente ao conteúdo da atividade profissional estatuída como objeto social, a inviabilidade da afirmação de um “fundo de comércio” e a necessidade de reembolso do simples valor patrimonial das quotas sociais.

Sobre a impossibilidade de aplicação de regras de apuração de haveres com a inclusão de fundo de comércio nas sociedades de advogados, como se empresárias fossem, decidiu também a 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, quando da prolação de acórdão pelo Desembargador Enio Zuliani, nos autos da Apelação de número 0196863-71.2010.8.26.0100<sup>65</sup>, no seguinte sentido:

A sociedade de advogados não é empresária e sequer poderá ser classificada, pelo advento do CC, de 2002, como sociedade simples, porque dotada de regramento específico (Lei 8906/94, art. 15 e provimentos internos da OAB, notadamente o n. 92, que disciplina a forma de apuração de haveres), com personificação apropriada. Não é permitido decidir os litígios envolvendo advogados associados da mesma maneira que se resolvem lides entre sócios de sociedades empresárias.

Corroborando o mesmo entendimento, decidiu o Desembargador Roberto Maia, pela 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando da prolação de acórdão nos autos da Apelação de número 9075699-97.2007.8.26.0000<sup>66</sup>, em que se julgava o método de apuração de haveres a ser aplicado na dissolução parcial de uma renomada banca de advogados:

Ademais, na apuração de haveres, através da perícia contábil a ser realizada, haverá a possibilidade de se verificar a responsabilidade dos apelados quanto a eventuais prejuízos causados à sociedade e o acerto das quotas não integralizadas, consignando-se que a sociedade de advogados não é uma sociedade empresária, possuindo regime especial regido pela Lei nº 8.904/94, artigos 15 a 17, Regulamentos e Provimentos da OAB, notadamente o nº 92 (fls. 339/341).

Em recente acórdão sobre o tema, que envolveu a conhecida Banca Cescon, Barriau, Flesch e Barreto, o Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças ratificou, em voto convergente prolatado nos autos da Apelação de n. 1050857-97.2018.8.26.0100<sup>67</sup>, oriundo da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, que as Bancas de Advogados não podem ser equiparadas a sociedades empresárias, rechaçando a inclusão de fundo de comércio nos haveres apurados:

<sup>65</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 0196863-71.2010.8.26.0100, da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 30 de outubro de 2012.

<sup>66</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 9075699-97.2007.8.26.0000, da 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 19 de março de 2013.

<sup>67</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 1050857-97.2018.8.26.0100, da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 24 de fevereiro de 2021.

Nesta linha de ensinamento, adotamos o posicionamento de que é inadmissível imaginar-se que o "escritório de advogados" possa ser comparado a um estabelecimento empresarial, estabelecimento comercial, *azienda*, "*fonds de commerce*", "*maison de commerce*", etc. Por isso, repelimos a possibilidade de se falar em "fundo de comércio", "fundo de empresa", "aviamento", "freguesia", quando se trata de uma sociedade de profissionais liberais: advogados, médicos, engenheiros, etc. Ousamos afirmar que a relação entre a clientela e o profissional liberal é fundamentada na relação de "confiança". Não quadra hipótese de se explorar um "escritório de advocacia".

Assim também entendeu o Superior Tribunal de Justiça, conforme se observa do Acórdão prolatado no Recurso Especial de número 1.227.40 – SP (2010/0230258-0), de autoria do Ministro Luis Felipe Salomão<sup>68</sup>, abaixo transcrito:

4. As sociedades de advogados são sociedades simples marcadas pela inexistência de organização dos fatores de produção para o desenvolvimento da atividade a que se propõem. Os sócios, advogados, ainda que objetivem lucro, utilizem-se de estrutura complexa e contem com colaboradores nunca revestirão caráter empresarial, tendo em vista a existência de expressa vedação legal (arts. 15 a 17, Lei n. 8.906/1994).
5. Impossível que sejam levados em consideração, em processo de dissolução de sociedade simples, elementos típicos de sociedade empresária, tais como bens incorpóreos, como a clientela e seu respectivo valor econômico e a estrutura do escritório.

Os argumentos trazidos à tona para fundamentar os entendimentos sobre o tema se baseiam no tipo de atividade explorada e na pessoalidade da relação de fidúcia do sócio prestador de serviços com a clientela atendida, destacando a capacidade de geração de rentabilidade como um potencial do próprio integrante, e não da sociedade.

Neste contexto, importa apresentar as devidas ressalvas aos argumentos utilizados nas referidas Decisões, eis que certas sociedades de advogados já alcançaram tamanha autonomia econômica em relação aos seus integrantes, que possuem seus próprios ativos intangíveis, o que desafia a inclusão do fundo de comércio nas apurações de haveres destas excepcionais entidades, ante a clara existência de um patrimônio social destacável da pessoalidade dos sócios.

Nas sociedades de prestação de serviços de consultoria em corretagem de seguros, mesmo quando formatadas em tipo simples limitada, restou destacado a importância da escolha da adequada forma societária para o exercício das atividades, conforme se vê no Agravo de Instrumento de número 2259958-69.2018.8.26.0000, originado da 2ª Câmara

---

<sup>68</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial no 1.227.40, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, DF, 26 de maio de 2015.

Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, relatado pelo Desembargador Sérgio Shimura<sup>69</sup>:

[...]Para apuração de haveres, ficou definido que o critério é o valor patrimonial à data da resolução (falecimento do sócio) (art. 1.031, Código Civil, e arts. 605, I e 606, CPC/2015CPC/2015) - Descabe cogitar do método de “fluxo de caixa de caixa descontado”. Primeiro, que os critérios de apuração dos haveres já foram definidos por decisão passada em julgado. Segundo, que no caso vertente, trata-se de sociedade simples (corretagem de seguro), e não empresária, não se podendo falar de “ponto comercial”, muito menos em valor atual de mercado da empresa. Terceiro, que a alegada receita futura não constitui ativo existente na data da dissolução parcial, não integrando a situação patrimonial da sociedade à data do óbito. RECURSO DESPROVIDO.

Já em sentido contrário, demonstrando a falta de sintonia entre os entendimentos jurisprudenciais no Estado de São Paulo, sobre o mesmo contexto de inclusão de fundo de comércio em apuração de haveres de sociedades simples uniprofissionais, desta vez com objeto social de consultoria empresarial, destacou o Desembargador Hamid Bdine, nos autos do Agravo de Instrumento de número 2246670-88.2017.8.26.0000<sup>70</sup>, oriundo da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça, ser devida a sua inclusão, conforme se destaca:

Este Tribunal reconhece que o fundo de empresa é de ser considerado na apuração de haveres também nas hipóteses envolvendo sociedades em que a figura do sócio é essencial para o desenvolvimento da atividade:

Em outros casos, a escolha do tipo societário simples ou limitada não pareceu influenciar os Magistrados prolores das decisões analisadas. Os respeitáveis Julgadores priorizaram destacar o objeto social da entidade dissolvida, como empresária ou não, do que a forma escolhida pelos integrantes para desenvolvimento das atividades econômicas.

Neste sentido, percebe-se certa confusão jurisprudencial em separar a forma societária utilizada para desenvolvimento das atividades intelectuais, do conteúdo econômico da entidade analisada e seu nível de dependência da personalidade dos sócios.

Em decisão prolatada nos autos da Apelação de número 0146452-87.2011.8.26.0100, de autoria do Desembargador Ricardo Negrão<sup>71</sup>, oriunda da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, onde foi parte uma empresa de engenharia constituída sob a forma de sociedade limitada, restou destacado que não era

<sup>69</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento no 2259958-69.2018.8.26.0000, da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 15 de maio de 2019.

<sup>70</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento no 2246670-88.2017.8.26.0000, da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 15 de janeiro de 2018.

<sup>71</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 0146452-87.2011.8.26.0100, da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 14 de dezembro de 2016.



devida a inclusão da clientela no cálculo de apuração de haveres, pela importância da pessoalidade do sócio no tratamento comercial assistido ao cliente, mesmo diante de um tipo societário com destacável patrimônio social:

SOCIEDADE - Apuração de haveres - Sociedade formada exclusivamente por engenheiros, cujo objeto social é a prestação de serviços exclusivamente intelectuais - Clientes conquistados pelo trabalho pessoal dos profissionais - Bem incorpóreo não incluído na apuração de haveres - Apelação do réu improvida neste tocante.

Assim também o fez o Superior Tribunal de Justiça, no Acórdão lavrado nos autos do Recurso Especial de número 958.116 – PR (2007/0125095-0), de autoria do Ministro João Otávio de Noronha<sup>72</sup>, onde analisa a existência de fundo de comércio em sociedade empresária constituída sob a forma de limitada, mas com forte influência dos integrantes na preservação da clientela social:

3. Nada obstante o tratamento dispensado pelo Código Civil de 2002 às sociedades civis, elevando-as à condição de empresárias, certo é que algumas não exercem atividade exploratória, sendo, por isso, meras organizações formadas para o desempenho de atividades técnicas de seus sócios, embora economicamente relevantes.

Verificando-se, no caso concreto, que a sociedade empresária assim formada não tem fundo de comércio agregado a valores incorpóreos, pois subjetivos e agregados à pessoa dos sócios (tal como habitualmente acontece nos escritórios de advocacia), esse valor não poderá ser computado na apuração de haveres, já que não se indeniza uma pessoa pela honorabilidade de outra.

É importante frisar que a escolha do tipo societário limitada para execução das atividades econômicas propostas, por si só já traz uma qualidade inerente à existência de um patrimônio social destacável da pessoalidade dos integrantes e capaz de limitar a responsabilidade do sócio perante credores, através do conjunto de ativos tangíveis e intangíveis acumulados, que também devem ser levados em consideração na apuração de haveres em dissolução parcial.

Já a escolha do tipo simples ou simples limitada traz a necessidade da análise caso a caso da existência ou não de referido patrimônio destacável da pessoalidade dos integrantes. Assim acontece porque a evolução econômica provocada pelo desenvolvimento dos mercados inerentes às profissões intelectuais tem criado entidades que fogem à regra da relação de fidúcia pessoal com a clientela atendida, e, através de marcas de renome, representam uma estrutura mais importante do que o *know how* dos sócios individualmente considerados.

Principalmente em sociedades de médicos há a referida confusão. O exercício de atividade intelectual do tipo, no formato de entidades empresárias, tem produzido diferentes entendimentos sobre a inclusão de ativos intangíveis na apuração de haveres.

<sup>72</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial no 958.116, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Brasília, DF, 22 de maio de 2012.

Mesmo com a presença de sócio sem formação médica e formatação como sociedade empresária limitada, o Desembargador Enio Zuliani, nos autos da Apelação de número 0042038-66.2006.8.26.0309<sup>73</sup>, oriunda da 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, considerou não ser apropriada a inclusão do aviamento no cálculo de haveres devidos a sócio retirante da entidade, nos seguintes termos:

Muito embora a sociedade em questão seja da espécie limitada e vise à obtenção de lucros, não se pode olvidar que os serviços por ela prestados se revestem de uma peculiar personalidade, como bem aduziu a r.sentença. Registre-se também que o referido contrato foi firmado em 13.08.1999 antes de o apelante integrar a sociedade, o que se deu só no ano de 2002.

O Superior Tribunal de Justiça também já se manifestou neste sentido, ratificando a importância de se analisar sistematicamente o tipo societário escolhido e o nível de influência da personalidade dos sócios para o desenvolvimento da entidade, conforme se observa da Ementa da decisão prolatada no Agravo Interno em Agravo em Recurso Especial de número 1.539.784 - SC (2019/0204767-3), de autoria do Ministro Luis Felipe Salomão<sup>74</sup> e abaixo transcrito:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE APURAÇÃO E PAGAMENTO DE HAVERES. SÓCIO EXCLUÍDO DE SOCIEDADE SIMPLES. LAUDO PERICIAL. INCLUSÃO DO FUNDO DE COMÉRCIO PARA VALORAÇÃO DAS QUOTAS SOCIETÁRIAS DO SÓCIO EXCLUÍDO. SOCIEDADE CIVIL. REGRAS DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. INCIDÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE FUNDO DE COMÉRCIO. VALOR ECONÔMICO VINCULADO À PESSOA DE CADA MÉDICO ASSOCIADO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO AUSENTE. SÚMULA 211 DO STJ. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

Já a decisão prolatada nos autos do Agravo de Instrumento de número 2045721-19.2015.8.26.0000<sup>75</sup>, oriundo da 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e relatado pelo Desembargador Francisco Loureiro, destaca a estrutura gerencial da entidade constituída sob o tipo simples, mesmo que reconheça ser a atividade médica de caráter personalíssimo, resolvendo por incluir o fundo de comércio nas contas elaboradas a título de apuração de haveres, independentemente do nível de importância da personalidade dos sócios no atendimento à clientela, conforme se destaca:

<sup>73</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 0042038-66.2006.8.26.0309, da 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 30 de janeiro de 2014.

<sup>74</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno em Agravo em Recurso Especial no 1.539.784, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Brasília, DF, 29 de outubro de 2019.

<sup>75</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento no 2045721-19.2015.8.26.0000, da 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 20 de outubro de 2015.

Não olvido que em sociedades de prestação de serviços médicos se afigura essencial a atividade personalíssima dos sócios, seu carisma, sua competência profissional, sua capacidade de atrair novos clientes.

De outro lado, porém, seria ingenuidade acreditar que em prestação de serviços para planos de saúde medicina de massa não conte o bom nome da Clínica Portugal e o fato de ser credenciada pelas operadoras, estimulando os segurados a ali procurar atendimento sem custo, ou com custo subsidiado.

Finalmente, ainda sobre o reflexo jurídico do tipo societário escolhido, na inclusão de ativos intangíveis em apuração de haveres de sociedade de médicos constituída sob a forma limitada, acertadamente o Desembargador Enio Zuliani<sup>76</sup>, nos autos da Apelação de número 0122177-84.2005.8.26.0100, oriunda da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, esclareceu:

A sociedade, embora constituída por prestadores de serviços, atua com organização e empreendimento próprio de sociedade empresária e deve ser assim considerada, sendo de rigor reconhecer a existência de fundo de comércio. O perito agiu corretamente ao elaborar o laudo pericial (fls. 430) levando-se em conta o valor patrimonial efetivo, seu ativo permanente, incluindo-se, ainda, os valores incorpóreos da empresa, isto é, seu fundo de comércio. Isso, porque, não se trata de sociedade simples, como pretendem os apelantes, mas de sociedade empresária e, portanto, correto o modo como foi elaborado o laudo pelo expert.

Assim o fez também o Desembargador Helio Faria<sup>77</sup>, nos autos da apelação de número 0003715-30.2007.8.26.0576, oriunda da 8ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, esclarecendo a importância da escolha do tipo societário utilizado para a prestação do serviço intelectual:

É o que emana com clareza da norma do artigo 1031 do Código Civil, particularmente no caso da autora que deliberou constituir-se consoante o modelo societário das limitadas, destacando que era uma atividade empresarial lucrativa e que os seus resultados avançavam ao longo dos anos na conformidade dos arranjos negociais empreendidos na prestação de serviços médicos de anestesia e analgesia.

O Superior Tribunal de Justiça ratificou a inclusão do fundo de comércio na apuração de haveres de sócio morto, em demanda que envolveu uma entidade médica constituída sob a forma de limitada, no Estado da Bahia, onde a personalidade dos sócios não mais interferia no atendimento da clientela, criando um patrimônio social independente da individualidade dos integrantes, conforme se percebe do Acórdão lavrado no Agravo Interno em Agravo em Recurso Especial de número 990.996 - BA (2016/0255877-0), de relatoria do Ministro Moura Ribeiro<sup>78</sup>:

<sup>76</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 0122177-84.2005.8.26.0100, da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 7 de novembro de 2013.

<sup>77</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 0003715-30.2007.8.26.0576, da 8ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 27 de fevereiro de 2013.

<sup>78</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno em Agravo em Recurso Especial no 990.996, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Brasília, DF, 4 de abril de 2017.

Como se vê, o Colegiado a quo entendeu que a CLIVALE é uma sociedade empresarial, considerando inquestionável que o fundo de comércio seja levado em conta na apuração de haveres do sócio falecido e, no caso dos autos, de seus herdeiros.

Portanto, os critérios jurisprudenciais mais importantes para a criação de segurança jurídica sobre o tema devem ser aqueles inerentes ao tipo societário escolhido para exercício das atividades intelectuais e o nível de influência dos integrantes para o desenvolvimento econômico da entidade, conforme já destacam algumas decisões, que, quando sistematicamente interpretados, podem oferecer conclusões mais racionais e adequadas a cada demanda analisada.

Finalmente, quando não houver preocupação prévia em estabelecer contratualmente os critérios para apuração de haveres em caso de morte, retirada imotivada ou exclusão de sócio de entidade uniprofissional, consistirá em uma verdadeira loteria o ingresso de demanda judicial visando a solução de eventual conflito, ante a ausência de segurança jurídica sobre o tema no ambiente judicial brasileiro.

## CONCLUSÃO

A escolha do correto tipo societário para exploração de atividades intelectuais, artísticas ou literárias é critério de extrema importância no tratamento jurídico e econômico dispensado às sociedades uniprofissionais, em caso de apuração de haveres nas dissoluções parciais.

Quando utilizada a estrutura gerencial de sociedades empresárias, tais como a instalação de conselhos, comitês e contratação de terceiros não sócios para a gestão da sociedade, podem ser chamadas formalmente de simples limitadas.

Entretanto, a utilização de estrutura gerencial mais complexa não as exonera das qualidades essenciais do tipo simples, quais sejam, o registro de constituição em cartório civil de pessoas jurídicas, a manutenção da responsabilidade subsidiária e ilimitada dos sócios pelas obrigações assumidas em nome da entidade, bem como a preservação do regime de insolvência civil.

Dessa forma, aquela sociedade que mesmo explorando atividade intelectual, arquiva seus atos em órgão de registro de comércio, deverá ser classificada como se empresária fosse, para todos os efeitos legais, diante da importância que a escolha da correta forma societária e seus procedimentos de constituição apresenta para o desenvolvimento da mesma.

Portanto, nada obsta que uma sociedade simples uniprofissional tenha estrutura gerencial complexa, porte econômico de grande dimensão, gere muitos empregos e ainda assim seja registrada em cartório civil de pessoas jurídicas, gozando dos benefícios inerentes ao tipo de atividade intelectual explorada.

Da mesma forma, a influência da personalidade dos sócios na manutenção da saúde econômica e financeira da entidade é outro critério de extrema importância a ser analisado, quando do tratamento jurídico inerente ao reconhecimento de fundo de comércio nas organizações uniprofissionais.

Referida conclusão se baseia no fato de, excepcionalmente, haver sociedades do tipo uniprofissional que já não dependem da expertise e *know how* dos integrantes para um bom posicionamento econômico no mercado atuante, acumulando marca de renome e clientela própria como patrimônio social destacável dos sócios, o que desafia as regras de apuração de haveres em casos de dissolução parcial destas organizações.

São exemplos de tipos de organizações uniprofissionais as de advogados, médicos, engenheiros, agentes autônomos de investimentos, consultores e programadores, as quais,

mesmo quando possuem dimensão de grande porte, estrutura empresarial de gestão e são constituídas sob a forma de sociedades simples, podem preservar as características do tipo, principalmente em relação à inexistência de fundo de comércio, caso a pessoalidade dos sócios seja essencial à manutenção da clientela na sociedade.

Os elementos do balanço patrimonial que ordinariamente são avaliados para mensuração do quinhão societário de ex-integrantes de sociedades uniprofissionais, são aqueles tangíveis imobilizados e utilizados no dia a dia das atividades intelectuais, tais como computadores, móveis, livros e, excepcionalmente, imóveis.

Entretanto, nestas organizações de profissionais intelectuais, o principal ativo de valoração econômica da reunião dos experts ali integrantes é a relação de fidúcia construída com a clientela conquistada e administrada, que gera valor através da expectativa de rentabilização futura dos contratos celebrados.

Em regra, quando a relação de confiança do serviço prestado é depositada nos sócios experts que atendem a clientela, referida expectativa de rentabilidade não pertence à entidade, mas aos próprios integrantes que justificam a existência da sociedade, mesmo que organizados com personalidade jurídica.

Assim, quando da dissolução parcial de sociedades uniprofissionais com forte influência do sócio na manutenção da clientela conquistada, esta tende a seguir o integrante retirante, excluído ou algum herdeiro do sócio morto, por conta da confiança depositada naquele expert.

Excepcionalmente, é possível que em virtude de um maior afastamento da relação de fidúcia dos sócios com a clientela atendida, seja a estrutura profissional e comercial da sociedade o principal motivo de manutenção do contrato firmado, sendo inevitável reconhecer, nestes casos, a existência de um fundo de comércio a ser avaliado quando da apuração de haveres em dissoluções parciais, o que pode provocar complexos conflitos societários.

Independentemente do contexto, é essencial que os sócios de entidades uniprofissionais prevejam antecipadamente, quando da constituição da sociedade, em contrato social ou acordo de quotistas, aproveitando um bom momento de entrosamento, os critérios de apuração de haveres nos casos de morte, retirada imotivada ou exclusão de qualquer integrante.

Mais importante ainda é a estipulação prévia sobre eventual inclusão de referido ativo intangível do tipo clientela, nas contas a serem elaboradas, bem como sua forma de

pagamento, se à vista ou parcelado, em bens, dinheiro ou até através da possibilidade de o ex-integrante ou seus herdeiros levarem consigo parte dos clientes captados.

Nos casos de reconhecimento da existência de fundo de comércio, a dação em pagamento com parte dos ativos intangíveis serviria para remição do quanto devido a título de haveres, através da realização econômica daquele potencial de rentabilidade via performance técnica pós-dissolução, preservando a entidade e a saúde financeira de ambas as partes, desde que haja, logicamente, anuência da clientela cedida.

Vale destacar que a clientela, quando dependente da personalidade do sócio para geração dos benefícios econômicos esperados, não possui os requisitos legais de registro e reconhecimento contábil para ser incluída nas demonstrações ordinárias da entidade uniprofissional.

Assim acontece porque referido ativo intangível, quando oriundo da fidúcia dos contratantes na personalidade dos sócios integrantes, não possui os elementos de identificação, autonomia, controle, probabilidade de geração de benefícios futuros e capacidade de mensuração confiável, constantes do CPC 04, para que possa ser registrado e reconhecido como um direito da entidade.

Entretanto, nas sociedades uniprofissionais em que haja um maior afastamento da importância do sócio expert para manutenção da relação com a clientela atendida, se torna inevitável reconhecer que o controle sobre aquele ativo pertence à entidade, e não aos integrantes, autorizando a norma contábil, excepcionalmente, o seu registro de mutação patrimonial.

De qualquer forma, sua eventual inclusão em demonstração extraordinária da entidade, denominada de balanço de determinação para apuração de haveres, tem a única finalidade de avaliar economicamente o quinhão societário pertencente ao ex-integrante, e não deve ser confundida, em forma ou conteúdo, com as demais demonstrações contábeis ordinárias da sociedade.

Sobre os motivos de dissolução parcial das entidades uniprofissionais, a solução proposta foi direcionada para as hipóteses de morte, retirada imotivada ou exclusão de sócio, contidas, respectivamente, nos artigos 1.028, 1.029 e 1.030 do Código Civil.

A morte de sócio pode resultar na liquidação da quota do ex-integrante e pagamento de haveres aos herdeiros, substituição do falecido por um sucessor tecnicamente habilitado para tanto, de acordo com a classe de serviços oferecida pela sociedade uniprofissional, ou dissolução total da entidade.

Referida decisão sobre o futuro da sociedade deverá ser tomada pelos sócios remanescentes, sempre respeitando prévia deliberação contratual sobre a situação ocorrida, ratificando, mais uma vez, a importância de se ajustar antecipadamente, soluções diversas para os diferentes motivos de dissolução parcial da entidade.

Nos casos de significativa influência da pessoalidade do sócio morto para manutenção dos contratos firmados, ressaltou-se que a mera habilitação técnica profissional do herdeiro para substituição do falecido não tem a capacidade, isoladamente, de proporcionar a continuidade da entidade, eis que o sucessor deve também ser capaz de administrar com fidúcia a clientela captada, habilidade esta que pode ser, preferencialmente, ensinada em vida pelo substituído.

No caso de retirada imotivada, a continuidade da sociedade pode ser impossibilitada caso o sócio retirante seja de grande importância na captação e manutenção da clientela que justifica a existência da entidade, e tenda a sair com o ex-integrante.

O mesmo pode ocorrer no caso de exclusão de sócio por justa causa, que deve ser bem pensada e ponderada diante da importância daquele integrante na captação e manutenção do principal ativo que justifica a geração de caixa para a entidade, qual seja, a relação de fidúcia com a clientela.

Em todos os casos de dissoluções parciais, a apuração de haveres é essencial para a avaliação do quinhão societário pertencente ao ex-integrante. Caso haja critério pré-estabelecido em contrato social ou acordo de quotistas, os dispositivos legais ordenam a sua aplicação, prioritariamente.

Na ausência de previsão contratual, o artigo 1.031 do Código Civil ordena que os haveres em sociedades uniprofissionais sejam calculados levando em conta os valores patrimoniais atualizados dos bens, direitos e obrigações da entidade, a preço de mercado, em balanço especialmente levantado com base na data de desligamento do sócio.

Em realidade, embora o conceito não seja absolutamente claro, considera-se “preço de mercado” o valor de reposição dos bens, direitos e obrigações sociais, que podem ser mensurados por critérios estáticos, quando da avaliação somente de ativos tangíveis, ou ainda por metodologias dinâmicas, quando da inclusão de intangíveis nas contas a serem elaboradas.

Exemplo de critério estático é o preço médio de reposição dos bens individualmente considerados, e de critérios dinâmicos tem-se o múltiplo de rentabilidade financeira ou ainda o fluxo de caixa descontado, aqui recomendado para apuração do valor presente líquido da capacidade de geração de caixa daquela universalidade coletivamente considerada.



Já o artigo 606 do Código de Processo Civil, utilizado quando existe discussão judicial sobre as contas apuradas em haveres, ordena que referidos bens, direitos e obrigações sejam atualizados de acordo com a situação patrimonial da entidade, entretanto, levando em consideração o “preço de saída” dos elementos destacados.

Critério este que traz insegurança e subjetividade nos valores projetados, diante dos inúmeros cenários que podem influenciar o “preço de saída” de referidos ativos e passivos do contexto societário, seja por uma necessidade de liquidação financeira a qualquer preço ou o aproveitamento de janelas de oportunidades econômicas da entidade perante o mercado.

A ausência de critérios objetivos utilizados pelas decisões judiciais no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do Superior Tribunal de Justiça, para julgamento sobre a inclusão de eventual fundo de comércio em apuração de haveres de sociedades de profissionais intelectuais, dificulta o estabelecimento de um padrão a ser analisado.

Ainda assim, poucas são as decisões que levam em consideração o tipo societário escolhido pelas entidades dissolvidas, para aplicação das devidas regras legais e contábeis inerentes à eventual existência de um fundo de comércio.

Outras já expressam a importância de se levar em consideração a personalidade dos sócios para a manutenção das atividades econômicas exploradas, embora ainda seja pequena a quantidade de decisões que aliam referido critério ao tipo societário utilizado.

Muitas decisões aplicaram regras do tipo societário simples, negando a inclusão de eventual fundo de comércio nas contas realizadas em sociedades empresárias constituídas sob a forma limitada, somente porque possuíam atividade econômica compatível com uma qualidade intelectual.

Outros Acórdãos utilizaram regras das sociedades empresárias, incluindo o fundo de comércio nos haveres apurados em sociedades simples pura ou simples limitada, levando em consideração a estrutura gerencial da entidade, demonstrando certa confusão de premissas contábeis e societárias para a tomada de decisões de extrema importância e impacto econômico.

Destaque-se que, em regra, a maioria das decisões tendeu a priorizar a aplicação de convenções pré-estabelecidas em contratos sociais ou acordos de quotistas, somente avançando nas discussões processuais quando ausente a preocupação dos integrantes em prevenir os litígios.

Finalmente, com base nos critérios jurídicos, contábeis, legais e jurisprudenciais, ratifica-se a importância da elaboração de cláusulas contratuais a serem inseridas em ato

constitutivo ou acordo de quotistas de sociedades uniprofissionais, prevendo os critérios para apuração de haveres em caso de dissolução parcial, bem como sua forma de pagamento.

Em assim o fazendo, preferencialmente num momento de bom entrosamento entre as partes, estarão os sócios agindo cautelosamente e evitando que qualquer disputa judicial possa causar maiores prejuízos a todos os envolvidos, diante do tempo dispendido e da insegurança jurídica existente sobre o tema no ambiente judicial brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ADVOGADOS, Pinheiro Neto. **Sociedade de advogados**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 1975.

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção; TURANO, Allan Nascimento. **Resolução da Sociedade Limitada em Relação a um Sócio e a Ação de Dissolução Parcial**. Curitiba. Juruá, 2016.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Novas Mudanças Contábeis nas IFRS**. São Paulo. Atlas, 2016.

BARBOSA, Henrique Cunha. **Dissolução Parcial, Recesso e Exclusão de Sócios: Diálogos e Dissensos na Jurisprudência do STJ e nos Projetos de CPC e Código Comercial**. In: AZEVEDO, Luís André N. de Moura; CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de (coord.). *Sociedade Limitada Contemporânea*. São Paulo. Quartier Latin, 2013.

BARROS, Eduardo Bastos de; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Apontamentos sobre a inclusão do aviamento no cálculo da apuração de haveres**. Revista de Direito Empresarial - RDemp; n. 3 (set./dez. 2013). Belo Horizonte. Fórum, 2013.

BINDER, Christof. **Practice Management: Valuing Professional Service Firms**. The CPA Journal; dezembro, 2017. Disponível em: <<https://www.cpajournal.com/2018/01/05/valuing-professional-service-firms/>>.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito Societário**. São Paulo. Atlas, 2017.

BORINELLI, Márcio Luiz; PIMENTEL, Renê Coppe. **Contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais**. São Paulo. Atlas, 2019.

BRASIL. Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm)>. Acesso em 03 de setembro de 2019.

BRASIL. Lei no 8.906 de 04 de julho de 1994. **Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8906.htm)>. Acesso em 28 de outubro de 2019.

BRASIL. Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em 28 de junho de 2019.

BRASIL. Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm)>. Acesso em 03 de setembro de 2019.

BRASIL. Lei 13.105 de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial no 958.116, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Brasília, DF, 22 de maio de 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial no 1.227.40, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, DF, 26 de maio de 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno em Agravo em Recurso Especial no 990.996, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Brasília, DF, 4 de abril de 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno em Agravo em Recurso Especial no 1.539.784, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Brasília, DF, 29 de outubro de 2019.

BRASÍLIA. JORNADAS DE DIREITO CIVIL I, III, IV E V: **Enunciados aprovados**. Conselho da Justiça Federal. Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em <<https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/372>>. Acesso em 18 de setembro de 2019.

CALÇAS, Manoel de Queiroz Pereira. **Sociedade Simples**. In: FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis; PROENÇA, José Marcelo Martins (coord.). Tipos Societários. São Paulo. Saraiva, 2014.

CAMPOS, Aline França. **A natureza das sociedades limitadas: tratamento jurídico conferido às sociedades empresárias e às sociedades simples**. In: LUPION, Ricardo (org.). Sociedades Limitadas: Estudo em comemoração aos 100 anos. Porto Alegre. Editora Fi, 2019.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Novo Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2017.

\_\_\_\_\_. **A Dissolução de Sociedades no Código de Processo Civil**. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. Processo Societário III. São Paulo. Quartier Latin, 2018

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento conceitual básico R1. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em 03 de setembro de 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico contábil CPC 04 (R1). Ativo Intangível. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/187\\_CPC\\_04\\_R1\\_rev%2013.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2013.pdf)>. Acesso em 05 de setembro de 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico contábil CPC 15 (R1). Combinação de Negócios. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/235\\_CPC\\_15\\_R1\\_rev%2013.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/235_CPC_15_R1_rev%2013.pdf)>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

COSTALUNGA, karime. **O Direito do Meeiro do Sócio na Apuração de Haveres.** Proposta de Interpretação da Legislação Civil. São Paulo. Quartier Latin, 2019.

DOUCET, Thomas A.; BAREFIELD, Russell M. **Client Base Valuation: The Case of a Professional Service Firm.** Journal of Business Research; v. 44(2). Elsevier, 1999. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0148296398000046?via%3Dihub>>.

ESTRELA, Hernani. **Apuração dos Haveres de Sócio.** Rio de Janeiro. Editor José Confino, 1960.

FERNANDES, Edison Carlos. **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – Comentários tributários ao Pronunciamento Conceitual Básico.** Revista de Direito Contábil Fiscal; v. I. São Paulo. MP, 2019.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Da inexistência de fundo de comércio nas sociedades de profissionais de engenharia.** In: Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro; v. 36, n. 111. São Paulo. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1998.

FRANÇA, Erasmo Valadão Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo Vieira von. **Da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade.** São Paulo. Malheiros, 2016.

GARCIA, Edino Ribeiro; MENDES, Wagner. **Enciclopédia de lançamentos contábeis.** São Paulo. SAGE-IOB, 2019.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Sociedade de Médicos.** São Paulo. Lex Editora, 2010. p. 79.

\_\_\_\_\_; FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e Sociedade de Pessoas.** In: CARVALHOSA, Modesto (coord.). Coleção tratado de direito empresarial; v. II. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2016.

\_\_\_\_\_. **Direito de Empresa.** São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2017.

GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade societária.** São Paulo. Atlas, 2018.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Resolução de Sociedade & Avaliação do Patrimônio na Apuração de Haveres.** Curitiba. Juruá, 2018.

LIMA, Tiago Asfor Rocha. **Aspectos Processuais da Apuração de Haveres Post Mortem e o Novo Código de Processo Civil.** In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). Processo Societário II. São Paulo. Quartier Latin, 2015.

MAMEDE, Gladston. **Direito Societário: Sociedades simples e empresárias.** São Paulo. Editora Atlas, 2018.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo. Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu. **Avaliação de Empresas: Da Mensuração Contábil à Econômica**. São Paulo. Atlas, 2001.

NUNES, Marcelo Guedes; ARAÚJO, Rodrigo Mendes de. **A Exclusão de Sócio na Limitada e o Projeto de Código de Processo Civil**. In: AZEVEDO, Luís André N. de Moura; CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de (coord.). *Sociedade Limitada Contemporânea*. São Paulo. Quartier Latin, 2013.

NUNES, Marcio Tadeu Guimarães. **Dissolução Parcial, Exclusão de Sócio e Apuração de Haveres nas Sociedades Limitadas**. São Paulo. Quartier Latin, 2015.

OIKAWA, Renato Din. **Direito de Retirada e Affectio Societatis**. In: FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes (coord.). *Direito Societário Contemporâneo II*. São Paulo. Malheiros, 2015.

PRADO, Roberta Nioac; VILELA, Renato. **Sair por Quanto? Adequação do Método de Avaliação de Participação Societária em Dissolução Parcial de Sociedade**. In: AZEVEDO, Luís André N. de Moura; CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de (coord.). *Sociedade Limitada Contemporânea*. São Paulo. Quartier Latin, 2013.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito Empresarial**. São Paulo. Forense, 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. São Paulo. Saraiva, 2013.

ROCHA, Glauco. **A apuração de Haveres: Uma Aproximação Sobre a Evolução Recente do Tema e a Prática dos Peritos Contadores**. In: BARBOSA, HENRIQUE; BOTREL, Sérgio (coord.). *Novos Temas de Direito e Corporate Finance*. São Paulo. Quartier Latin, 2019.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 0196863-71.2010.8.26.0100, da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 30 de outubro de 2012.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 0003715-30.2007.8.26.0576, da 8ª Câmara Reservada de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 27 de fevereiro de 2013.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 9075699-97.2007.8.26.0000, da 10ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 19 de março de 2013.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 0256753-43.2007.8.26.0100, da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 12 de setembro de 2013.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 0122177-84.2005.8.26.0100, da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 7 de novembro de 2013.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 0042038-66.2006.8.26.0309, da 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 30 de janeiro de 2014.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento no 2045721-19.2015.8.26.0000, da 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 20 de outubro de 2015.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 0146452-87.2011.8.26.0100, da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 14 de dezembro de 2016.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento no 2246670-88.2017.8.26.0000, da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 15 de janeiro de 2018.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 1073239-55.2016.8.26.0100, da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 18 de junho de 2018.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento no 2259958-69.2018.8.26.0000, da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 15 de maio de 2019.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento no 2200599-57.2019.8.26.0000, da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 29 de novembro de 2019.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação no 1050857-97.2018.8.26.0100, da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 24 de fevereiro de 2021.

SILVA, Ricardo Alexandre da; LAMY, Eduardo. **Comentários ao Código de Processo Civil. Artigos 539 ao 673.** In: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel (coord.). Coleção comentários ao Código de Processo Civil; v. IX. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2016.

SUSSKIND, Richard. **Tomorrow's Lawyers.** Oxford. Oxford University Press, 2013.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial.** Teoria geral e direito societário; v. I. São Paulo. Saraiva, 2019.

TRINDADE, Marcelo Fernandez; TANNOS, Thiago Saddi. **O art. 1.031 do Código Civil e a sua interpretação.** In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. Processo Societário II. São Paulo. Quartier Latin, 2015.

## ANEXOS

### ANEXO A – SUGESTÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS SOBRE AS CAUSAS DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS

#### DO FALECIMENTO, RETIRADA IMOTIVADA E EXCLUSÃO DE SÓCIO

DO FALECIMENTO DE SÓCIO: Nos termos do artigo 1.028 do Código Civil, o falecimento de quaisquer dos sócios não implicará na dissolução parcial ou total da sociedade, desde que concordem os herdeiros do sócio morto em se tornarem integrantes desta entidade. Neste sentido, os sócios remanescentes desde já acordam em autorizar a participação dos herdeiros e sucessores no quadro de sócios desta organização uniprofissional, em substituição ao *de cujus*.

Parágrafo primeiro: Somente poderão fazer parte da sociedade os herdeiros tecnicamente habilitados para o exercício da atividade a que se propõe a entidade. Referida habilitação deverá ser aquela requerida pelo conselho de classe representante da atividade econômica da sociedade, quando houver, ou qualquer outra hábil a manter a qualidade de sociedade simples e seus benefícios econômicos inerentes ao tipo societário e objeto social explorado.

Parágrafo segundo: Os herdeiros que não se qualifiquem tecnicamente para o exercício da atividade econômica desta entidade receberão os eventuais haveres apurados com base nas disposições convencionadas em capítulo próprio, sendo permitido o ingresso na sociedade de somente parte dos herdeiros habilitados que manifestem vontade de participar do quadro de sócios desta organização uniprofissional, caso assim seja acordado entre os sucessores.

Parágrafo terceiro: Enquanto não encerrada a partilha dos bens e direitos do sócio morto, os herdeiros tecnicamente habilitados que desejarem participar do quadro de sócios da entidade não estarão autorizados a intervirem nas rotinas gerenciais da sociedade, sendo representados pelo espólio gestor do patrimônio herdado, nas distribuições de eventuais resultados financeiros destinados ao ex-integrante, sem qualquer direito de voz ou voto nas reuniões e assembleias de sócios, salvo convenção posterior e expressa em sentido contrário.



Parágrafo quarto: Na hipótese de haver substituição do sócio falecido por herdeiros tecnicamente habilitados, os sucessores outorgarão à entidade, como condição para ingresso no quadro de sócios e administradores, uma opção de compra das quotas herdadas, em instrumento próprio, a ser firmado juntamente com a alteração do contrato social que consolidar a efetiva entrada na sociedade.

Parágrafo quinto: Referida opção de compra será exercitável por valor pré-fixado, correspondente àquele apurado nos haveres levantados para avaliação do quinhão recebido pelos sucessores, atualizados pela taxa Selic do período, com prazo de vencimento de 12 meses, período este em que os sócios remanescentes poderão se reunir em evento pautado com o fim específico de deliberar sobre o exercício do referido direito por parte da sociedade, com base na compatibilidade pessoal e econômica dos novos integrantes para a continuidade da entidade, excluindo a participação dos sócios herdeiros no quórum de deliberação desta específica matéria.

DA RETIRADA IMOTIVADA: Nos termos do artigo 1.029 do Código Civil, qualquer sócio poderá se retirar desta sociedade, desde que de boa-fé e que a entidade se mantenha por prazo indeterminado.

Parágrafo primeiro: Para o efetivo exercício do direito de retirada imotivada, faz-se necessário que o sócio retirante notifique os demais sócios e a sociedade, com, no mínimo, 90 dias de antecedência, por carta registrada com aviso de recebimento, destinada ao endereço da sede administrativa social, dispensando-se o envio de notificações para os endereços pessoais dos outros integrantes. Referido prazo iniciar-se-á no primeiro dia útil após o efetivo recebimento da notificação de exercício do direito.

Parágrafo segundo: Durante o prévio aviso, o sócio retirante poderá se afastar das atividades sociais que não ponham em risco a saúde financeira da organização uniprofissional. Em optando pelo afastamento das deliberações e rotinas sociais, o integrante renuncia ao recebimento de eventuais contraprestações financeiras a título de pró-labore, caso não ocupe cargo de administrador social.

Parágrafo terceiro: Caso o sócio retirante ocupe cargo de administrador da sociedade, não poderá se afastar dos deveres fiduciários inerentes à função durante o prévio aviso, até a averbação da alteração do contrato social que registre a sua saída e eleja novo gestor social, salvo expressa e posterior deliberação em sentido contrário.

Parágrafo quarto: Em permanecendo na administração social até ulterior averbação da sua saída em cartório competente, continuará o sócio retirante a receber eventuais contraprestações financeiras a título de pró-labore, para a gestão da sociedade.

**EXCLUSÃO DE SÓCIO:** Nos termos do artigo 1.030 do Código Civil, os sócios representando maioria do capital social poderão deliberar em excluir da sociedade, desde que por incapacidade superveniente ou justa causa, o sócio que esteja colocando em risco a continuidade da entidade, em virtude de atos de inegável gravidade.

Parágrafo Primeiro: Serão considerados atos de inegável gravidade que justifiquem a exclusão por justa causa, exemplificadamente, aqueles que resultarem em subtração do patrimônio em comum com os demais sócios e a entidade, sem autorização social, prática de concorrência desleal, bem como atos de agressão física ou moral contra a sociedade, sócios ou administradores.

Parágrafo segundo: Será ainda considerada justa causa a perda de habilitação técnica para exercício da profissão inerente ao objeto social da entidade, sendo esta, para todos os efeitos legais, a suspensão, extinção ou cancelamento, por quaisquer motivos, do registro profissional do sócio em órgão de classe representativo da atividade econômica explorada.

Parágrafo terceiro: A exclusão deverá ser determinada em reunião ou assembleia especialmente convocada para este fim, dispensando-se a notificação e ciência do sócio a ser excluído para que participe da deliberação social.

Parágrafo quarto: Deverá ainda ser desconsiderada a participação societária do sócio a ser excluído para fins de votação sobre a matéria, que ocorrerá, prioritariamente, por maioria no capital social dos demais integrantes.

Parágrafo quinto: Em havendo empate, a deliberação deverá ser tomada pela quantidade de sócios presentes e votantes na reunião ou assembleia instalada. Em persistindo o empate, a exclusão somente poderá ser deliberada através de processo judicial.

## ANEXO B – SUGESTÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS SOBRE A APURAÇÃO E PAGAMENTO DE HAVERES EM SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS QUE POSSUAM FUNDO DE COMÉRCIO

### DA APURAÇÃO E PAGAMENTO DOS HAVERES EM DISSOLUÇÃO PARCIAL

Nos casos de morte, retirada imotivada ou exclusão de sócio, a sociedade providenciará a liquidação da quota do ex-integrante, nos termos do artigo 1.031 do Código Civil, bem como de acordo com as disposições abaixo estipuladas.

Parágrafo primeiro: A liquidação de quotas em apuração de haveres será realizada por balanço de determinação especialmente levantado, levando em consideração os ativos tangíveis e intangíveis inerentes à prestação de serviços a que se destina a sociedade, tais como imóveis, móveis de escritório, automóveis, equipamentos eletrônicos, obras de arte, clientela, dentre outros de propriedade da entidade na exploração do objeto social.

Parágrafo segundo: Em todos os casos, a sociedade deverá indicar, no prazo de 10 dias corridos a contar de uma das causas de dissolução parcial, uma lista composta por 3 nomes de peritos avaliadores, para que o sócio retirante, excluído ou os herdeiros do sócio morto escolham, em idêntico prazo, um dos experts indicados, a fim de proceder à liquidação do quinhão dissolvido.

Parágrafo terceiro: Caso o sócio retirante, excluído ou os herdeiros do sócio morto não exercitem a faculdade inerente à escolha do perito avaliador da quota dissolvida, no prazo acima assinalado, poderá a entidade assim o fazer, por seu exclusivo critério, para fins de prosseguimento do procedimento iniciado.

Parágrafo quarto: Na apuração dos haveres, o perito avaliador deverá utilizar o método de valor presente líquido dos bens, direitos e obrigações sociais liquidados. Em relação a todos os ativos sociais, o valor presente líquido será calculado pelo fluxo de caixa descontado dos elementos tangíveis e intangíveis coletivamente considerados, levando em conta o prazo de 60 meses e a taxa referenciada pelo custo médio ponderado de capital da entidade, registrando os critérios utilizados em notas explicativas da demonstração extraordinária levantada.

Parágrafo quinto: No caso de morte do sócio, a data base para apuração dos haveres deverá ser aquela de abertura da sucessão do ex-integrante, e, em havendo herdeiros que não ingressem no quadro de sócios da entidade, deverá esta pagar àqueles, em dinheiro, o crédito eventualmente apurado, no prazo de 12 meses, sem juros ou correção monetária, salvo expressa disposição em sentido contrário, posteriormente acordada.

Parágrafo sexto: No caso de retirada imotivada, a data base para apuração dos haveres deverá ser aquela de recebimento pelos demais sócios e pela sociedade, em sua sede administrativa, da notificação de exercício do direito por parte do ex-integrante. Neste caso, deverá a entidade pagar ao sócio retirante, em dinheiro, o crédito eventualmente apurado, no prazo de 24 meses, sem juros ou correção monetária, salvo expressa disposição em sentido contrário, posteriormente acordada.

Parágrafo sétimo: No caso de exclusão por justa causa, a data base para apuração dos haveres deverá ser aquela do trânsito em julgado do processo judicial que reconheça a eficácia da deliberação e constitua a situação jurídica social. Neste caso, deverá a entidade pagar àquele integrante excluído, em dinheiro, o crédito eventualmente apurado, no prazo de 36 meses, sem juros ou correção monetária, salvo expressa disposição em sentido contrário, posteriormente acordada.

Parágrafo oitavo: Em todos os casos de dissolução parcial, as partes poderão ajustar o pagamento de eventual crédito devido, em bens, direitos ou parte da clientela da entidade, desde que haja anuência expressa dos respectivos contratantes.

Parágrafo nono: Caso o pagamento se dê com a transferência de ativos tangíveis, tais como imóveis, automóveis, obras de arte, dentre outros, o recurso dado em pagamento deverá ser avaliado, preferencialmente, pelo mesmo perito contratado para a apuração dos haveres devidos e pelo seu preço médio de mercado, calculado com base no custo de reposição à entidade, do valor inerente à recompra de um bem da mesma qualidade.

Parágrafo décimo: Caso o pagamento se dê com a transferência de ativos intangíveis representados por parte da clientela social, a avaliação de referidos direitos deverá ser

realizada, preferencialmente, pelo mesmo perito contratado para a apuração dos haveres devidos, e pelo mesmo método de valor presente líquido utilizado para mensuração do quinhão dissolvido, salvo posterior convenção em sentido contrário.

Parágrafo décimo primeiro: O efetivo recebimento por parte do ex-integrante ou seus herdeiros, dos bens ou direitos dados em pagamento para remição do quanto devido a título de haveres, terá o condão de qualificar a quitação geral e irrevogável, para nada mais reclamar, seja a que título for, sobre o fato gerador da transferência de ativos realizada, para todos os efeitos legais.

Parágrafo décimo segundo: Caso a apuração de haveres resulte em um saldo devedor por parte do sócio retirante, excluído ou dos herdeiros do sócio morto em relação à entidade parcialmente dissolvida, caberão aos integrantes remanescentes deliberarem em reunião própria, sobre os procedimentos para cobrança judicial ou extrajudicial dos valores devidos em virtude da liquidação realizada.